



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

INTERPRETAÇÃO DOS ATOS DE FALA: O PAPEL DA ABDUÇÃO

JOSÉ CARLOS CAMILLO CASTRO NETO

CUIABÁ

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

INTERPRETANDO ATOS DE FALA: O PAPEL DA ABDUÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Epistemologia, Mente e Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Gonçalves Alonso.

JOSÉ CARLOS CAMILLO CASTRO NETO

CUIABÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C183i Camillo Castro Neto, José Carlos.
Interpretação dos atos de fala : O papel da abdução / José Carlos
Camillo Castro Neto. -- 2020
97 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Gonçalves Alonso.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, Cuiabá, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Filosofia da Linguagem. 2. Filosofia da Mente. 3. Intencionalidade.
4. Inferência abductiva. 5. Interpretação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - Cuiabá/MT
Tel : (65)99808-1020 - Email : breno.ricardo@gmail.com

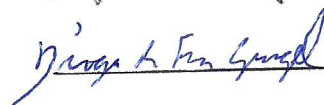
ATA DE DEFESA PÚBLICA
Mestrando José Carlos Camillo Castro Neto

Aos 3 dias do mês de março do ano de 2020, à 14:00 horas, no SETEC, sob a presidência do professor Doutor Bernardo Gonçalves Alonso, orientador, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora de defesa da Dissertação de Mestrado, o discente José Carlos Camillo Castro Neto do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, visando a obtenção de título de Mestre em Filosofia. O Mestrando concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de Mestre, na Área de Concentração Filosofia, e foi aprovado no Exame de Qualificação no dia 30 de agosto de 2019, de acordo com os registros constantes na Secretaria do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA. Esta foi a 32ª sessão pública de Defesa de Dissertação do Programa. Os trabalhos foram instalados às 14:00 horas pelo presidente da Banca Examinadora, constituída pelos professores Doutores Bernardo Gonçalves Alonso (Presidente Banca / Orientador), Diogo de França Gurgel (Examinador Externo/Universidade Federal Fluminense UFF), Beatriz Sorrentino Marques (Examinadora Interna) e Luiz Paulo Da Cas Cichoski (Examinador Suplente). O pós-graduando procedeu à apresentação de seu trabalho, cujo título é "Interpretações dos atos de Fala: o papel da Abdução.". E em seguida foi arguido pelos integrantes da banca. Os trabalhos de arguição foram encerrados às 17:11 horas, e após reunião a Banca deliberou por sua APROVAÇÃO. Proclamando o resultado final pelo(a) Presidente da Banca Examinadora foram concluídos os trabalhos. O título de Mestre será conferido sob condição de apresentação, na Secretaria do Programa, da versão final corrigida na(s) forma(s) e no prazo estabelecido(s) no Regimento Interno do Programa (60 dias) juntamente com o Termo de Aprovação do Orientador. Cumpridas as formalidades, às 18h5 horas, o presidente da mesa encerrou a sessão de defesa, e para constar eu, Jussara Alves da Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos integrantes da banca examinadora em vias de igual teor.

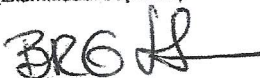
Composição da Banca Examinadora:

 Doutor(a) Bernardo Gonçalves Alonso (Presidente Banca / Orientador)

 Doutora Beatriz Sorrentino Marques (Examinadora Interna)

 Doutor(a) Diogo de França Gurgel (Examinador Externo)

_____ Doutor(a) Luiz Paulo Da Cas Cichoski (Examinador Suplente)



Breno Ricardo Guimarães Santos
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia)

Recomendações da Banca :

Prof. Breno R. Guimarães Santos
Coordenador PPG Filosofia
Siapa: 3003907 - ICHS - UFMT

Ciência do Discente :

CUIABÁ, 03/03/2020.

* Este documento tem validade de 24 meses contados a partir da data de sua emissão.

*Eu não queria significar.
Porque significar limita a imaginação.*
Manoel de Barros

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo.

Agradeço aos amigos Levino e Jean pelo apoio no começo da pesquisa e pelo apoio em viagens para que esta pesquisa fosse apresentada em outras universidades.

Agradeço aos meus pais, Mauro e Marina, e a meu irmão, Mauro Victor, pelo incentivo e apoio ao longo do processo de pesquisa.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo do curso, que me motivaram em momentos de desânimo e discutiram algumas partes da pesquisa comigo. Como menção, específica, agradeço à amizade do Ricardo e do Ronaldo, que foram constantes ao longo desta pesquisa.

Agradeço ao prof. Dr. Luiz Cichoski pelo apoio ao longo do processo de estágio docente e pelo incentivo.

Agradeço ao prof. Dr. Breno Guimarães pelas valiosas observações na banca de qualificação.

Agradeço ao prof. Dr. Diogo Gurgel por aceitar fazer parte da banca de defesa.

Agradeço à prof. Dra. Beatriz Marques não apenas pelas observações na banca de qualificação, mas pelo apoio em encontros de divulgação da pesquisa e pelos momentos de terapia de pós-graduandos.

Agradeço de coração ao meu orientador, prof. Dr. Bernardo Alonso, pela paciência nos longos períodos de improdutividade e pelas sugestões que melhoraram não só este trabalho como também outros projetos acadêmicos.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMT e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo financiamento e suporte desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo estudar o funcionamento da interpretação dos atos de fala. Desse modo, o problema principal que será lidado aqui é: como a abdução peirceana pode ajudar a estabelecer uma proposta de modelo interpretativo que se encaixe à teoria dos atos de fala de Searle? Antes da pesquisa, contudo, algumas escolhas foram tomadas. Primeiro, a aceitação da teoria dos atos de fala como uma proposta aceitável para se estudar a linguagem natural. E segundo, o entendimento de que a Intencionalidade tem um papel importante na produção e interpretação da linguagem. A partir disso, a teoria dos atos de fala conforme proposta por John Searle foi analisada e, segundo ela, a interpretação consiste na aplicação de regras convencionadas da linguagem. Contudo, essa explicação não consegue dar conta de casos como a metáfora em que as regras convencionadas não são suficientes para que a interpretação seja bem-sucedida. Por isso, a semiótica de Charles Peirce foi analisada para, por meio de comparação, entender o que estava faltando na teoria de Searle e ver se esta lacuna em Searle, suprida pela semiótica peirceana seria necessário para explicar o processo interpretativo nos casos lacunosos dos quais a metáfora faz parte. O que se percebeu foi o papel da abdução na interpretação que não aparece na proposta searleana. Definir abdução, contudo, não é tarefa fácil, mas uma definição que satisfaz a teoria peirceana e que se harmoniza com evidências empíricas é que abdução é um conjunto de regras estratégicas, a saber, o princípio da coerência, o princípio da economia e o princípio da não-contradição. Dessa forma, este estudo conclui que a interpretação de atos de fala é a aplicação de dois tipos de regras: as regras convencionais da linguagem e as regras estratégicas, que constituem a abdução.

PALAVRAS-CHAVE: Interpretação; Atos de fala; Intencionalidade; Abdução; Filosofia da Linguagem.

ABSTRACT

This master's thesis has as its goal to study the operation of an interpretation of speech acts. So, the main problem dealt with in here is: how works the interpretation of a speech act? Before starting the research, some choices were made which guided its enterprise. The first one is the acceptance of the theory of speech acts as an acceptable proposal for the study of natural languages. The second choice made was to accept that Intentionality has an important role in the production and interpretation of speech acts. From this perspective, the theory of speech acts according to the proposal of John Searle was analyzed and, according to it, interpretation consists in the correct application of conventional rules of the language in question. However, this proposal cannot explain cases like the one of metaphors, in which conventional rules are not enough for a succeeded interpretation. Therefore, the semiotics of Charles Peirce was also analyzed in order to, through comparison, understand what is in absence in Searle's theory and realize if that which is lacking in Searle's theory is necessary to explain like metaphors in which conventional rules are not enough for such explanation. It was found that abduction is the missing detail in the searlean theory of interpretation. Nevertheless, to define abduction is not an easy endeavor, but a definition that is harmonic with the pearcean semiotics and with empirical evidences is that abduction is a set of strategic rules. More specifically, the principle of coherence, the principle of economy, and the principle of non-contradiction. This study concluded that the interpretation of speech acts is the correct application of two kinds of rules: conventional rules of a particular language and strategic rules, which constitutes what is called abduction.

KEYWORDS: Interpretation; Speech Acts; Intentionality; Abduction; Philosophy of Language.

INDÍCE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Conceito de Frege acerca da predicação	38
FIGURA 2 - Teoria do termo das proposições proposta por Strawson.....	39
FIGURA 3 - Proposta de Searle acerca da proposição.....	39
FIGURA 4 - ERP N400 indicando incômodo semântico com a variação de promover/demitir	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 INTERPRETAÇÃO E INTENCIONALIDADE	15
1.1 SEARLE E OS ATOS DE FALA	16
1.2 INTENCIONALIDADE.....	19
1.3 AÇÃO, CAUSAÇÃO E INTENCIONALIDADE.....	22
1.4 SIGNIFICADO E INTENCIONALIDADE.....	25
1.5 INTENCIONALIDADE	29
1.6 REFERÊNCIA	32
1.7 PREDICAÇÃO.....	37
1.8 SIGNIFICADOS ALÉM DO LITERAL.....	41
1.9 RESUMO E CONCLUSÃO PARCIAL	44
2 INTERPRETAÇÃO E ABDUÇÃO	46
2.1 FANEROSCOPIA	46
2.2 O MÉTODO ANTICARTESIANO	47
2.3 PRAGMATISMO.....	51
2.4 SEMIÓTICA E MENTE	53
2.5 DEFININDO ABDUÇÃO.....	58
2.6 FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE PEIRCE.....	73
2.7 RESUMO E CONCLUSÃO PARCIAL	75
3 ABDUÇÃO E LINGUAGEM EM FUNCIONAMENTO	77
3.1 FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO ABDUTIVO	77
3.2 ABDUÇÃO E COMPREENSÃO NA LINGUAGEM NATURAL	82
3.3 ABDUÇÃO E METÁFORA	87
3.4 RESUMO E CONCLUSÃO PARCIAL	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a linguagem dominaram a filosofia na primeira metade do século XX. Perto de 1950, filósofos como Austin e Grice propuseram a análise da linguagem através da intencionalidade dos atos de fala. Nesta linha, Searle levou avante a descrição da linguagem através dos atos de fala e desenvolveu propostas influentes a respeito do papel da intencionalidade na linguagem.

A linguagem entendida a partir da perspectiva dos atos de fala tem algumas características que permitem uma análise mais aprofundada da mesma por alguns motivos. Primeiro porque diferente de Frege, o primeiro Wittgenstein e talvez Russell cujas teorias apontavam mais para uma linguagem artificial, estudar a linguagem como atos de fala permite uma compreensão mais adequada da linguagem natural.

O segundo motivo é que a teoria dos atos de fala permite, conforme veremos de maneira mais detalhada no capítulo 1, estabelecer uma melhor compreensão da relação entre o que é expresso (dito ou escrito) e algum tipo de conteúdo mental. Assim como numa ação complexa em que há uma transferência de Intencionalidade para o resultado da ação, num ato de fala há uma transferência de Intencionalidade para o que é expresso (o resultado do ato).

Terceiro porque as teorias a respeito dos atos de fala se focam bastante no aspecto comunicacional da linguagem. Isso permite uma abordagem mais pragmática em relação à linguagem facilitando a harmonização da teoria com evidências empíricas e mesmo com simulações em programas computacionais, já que os resultados da teoria podem ser comparados com os resultados de experiências empíricas e de simulações.

Além disso, um quarto motivo é o fato de que o foco na comunicação permite entender melhor o papel social na linguagem. Atos de fala, conforme veremos adiante, são regidos por regras convencionais. Ou seja, regras adotadas por uma comunidade nos permitem entender o que um falante diz.

Um quinto e último motivo se atrela aos dois anteriores. Muitas teorias da linguagem também têm um foco pragmático e reconhecem o papel social da linguagem. Contudo, por um lado, algumas teorias não conseguem encaixar o aspecto social no estabelecimento do significado e, por outro lado, outras teorias negligenciam que a comunicação é bem-sucedida na maioria das vezes porque há uma compreensão acertada do ato expresso. A teoria dos atos de fala consegue apresentar o papel social da linguagem sem desprezar o fato de que é possível compreender o que um falante está expressando.

É preciso reconhecer que outras teorias a respeito da linguagem podem ter vantagens parecidas, como por exemplo, os estudos a respeito da linguagem que levam em conta as propostas da cognição 4E. Contudo, a noção de um conteúdo mental ao qual a linguagem se relaciona parece mais adequada às evidências, especificamente os mal-entendidos, em que se supõe errado a intenção do ato de fala do interlocutor.

Diante disso, escolhi estudar a compreensão da linguagem a partir da teoria dos atos de fala. Mais especificamente, a partir da teoria de John R. Searle. O motivo para tal escolha, além de delimitar melhor a pesquisa, se deve ao fato de que Searle apresentou uma teoria mais ampla e desenvolvida a respeito da relação entre os atos de fala e um conteúdo Intencional, que parece ser uma característica aceita de modo abrangente por outros proponentes de teorias de atos de fala, como Grice.

Desde 1969, Searle vem estudando a linguagem a partir dessa perspectiva. Contudo, ele parece estar interessado em aspectos mais formais do funcionamento da linguagem, especialmente na produção dos atos de fala. Ele dedica pouca atenção à compreensão ou interpretação desses atos. Ele mesmo reconhece em alguns momentos que na linguagem natural, os aspectos formais que ele apresenta são muitas vezes desconsiderados sem que se perca a compreensão do que foi expresso.

Além disso, mesmo alguns aspectos formais de sua teoria ou não se adequam a evidências empíricas ou são contra intuitivos. Por causa disso, considero importante apresentar a proposta de Peirce a respeito da compreensão da linguagem. Charles S. Peirce foi um filósofo americano da segunda metade do século XIX que estava muito preocupado com a relação entre a mente e o mundo. Para ele, essa relação se dá num processo de semiose (produção e interpretação de signos) e funciona do mesmo modo como a mente se relaciona com a linguagem. E, diferente de Searle que se preocupava mais com o processo de produção da linguagem em seu aspecto formal, Peirce dedica mais atenção ao processo interpretativo dos signos, que, no caso da linguagem, é o foco deste trabalho.

Dentro da teoria peirceana de interpretação, um conceito importante surge: a abdução. Para Peirce, abdução é um processo inferencial que produz novas conclusões a partir das premissas e é tanto utilizado na produção científica quanto na interpretação da linguagem. Conforme veremos, a abdução consegue explicar aspectos da linguagem natural que fogem da formalização searleana.

Por isso, o presente trabalho apresentará primeiro a teoria dos atos de fala de Searle, procurando nele uma teoria da interpretação da linguagem e apresentando possíveis lacunas e falhas. Após isso, a teoria semiótica de Peirce será introduzida, apresentando, então, algumas

soluções às dificuldades descobertas na proposta de Searle, destacando a importância da abdução nesse processo. Além disso, será apresentada uma definição parcial de abdução a partir de uma análise minuciosa dos textos peirceanos que tratam desse conceito. Por fim, apresentaremos algumas evidências empíricas que se harmonizam com o papel da abdução na interpretação de atos de fala.

Um detalhe importante antes de seguirmos nosso estudo é que citaremos os textos de Peirce conforme é convencionado por seus intérpretes, a saber, através de uma abreviação do título da obra, seguida do volume, um ponto e o parágrafo ou página, dependendo da obra. Por exemplo, CP 5.24 corresponde à obra *Collected Papers*, volume 5, parágrafo 24. Nas referências bibliográficas, ao fim deste trabalho, os textos de Peirce contém, antes do título por extenso, a abreviação que utilizamos ao longo desta dissertação entre parênteses.

1 INTERPRETAÇÃO E INTENCIONALIDADE

A teoria dos atos de fala não é recente. Contudo, uma construção mais analítica da proposta surgiu com John Langshaw Austin ao longo de artigos publicados em vida e de uma reunião de suas aulas e palestras publicadas após sua morte. Um resumo de suas principais contribuições para a filosofia da linguagem se encontra em *How to do things with words* (1962), que é um compilado de aulas dadas na Universidade Harvard em 1955.

Nessas palestras, ele começa tentando estabelecer uma diferença definitiva entre frases constativas (que avaliam estados do mundo) e frases performativas (que realizam ações no mundo). Um exemplo de frase constativa é “está chovendo agora” e um exemplo de frase performativa é “eu os declaro marido e mulher”. No primeiro caso, afirmações acerca do mundo estão sendo feitas. No segundo caso, a frase em si está modificando o mundo.

Ele, então, procura definir com maior clareza o que são frases performativas. Nesse caso, para que haja uma frase performativa, é preciso que algumas condições sejam supridas:

A₁. É necessário existir um procedimento convencional aceito que tenha um certo efeito convencional; tal procedimento deve incluir o pronunciamento de certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias.

A₂. As pessoas e circunstâncias devem ser apropriadas para que esse procedimento seja evocado.

B₁. O procedimento deve ser executado por todos os participantes tanto corretamente

B₂. Quanto completamente.

C₁. Os participantes devem ter intenção de conduzir tal procedimento e

C₂. Devem, de fato, conduzi-los subsequente a tal intenção.

Ao quebrarem-se qualquer uma dessas regras, um ato performativo não funciona. Por exemplo, no caso de A₂, se uma pessoa não autorizada a dizer “eu os declaro marido e mulher” disser isso, a frase não terá o efeito desejado. Se disser apenas “eu os declaro” e for correndo resolver uma emergência familiar, o efeito também não surgirá, pois descumpriu a condição B₂.

Contudo, é possível perceber que tais condições não se aplicam apenas a frases performativas. Se digo “o dia está” a frase não terá o efeito desejado assim como no caso da frase performativa, apenas para servir de exemplo. O que ele defende, então, é que toda pronúncia e escrita de proposições é ação. Por isso, começa a falar de “atos de fala”. Toda frase

é produzida numa circunstância propícia, com uma intenção e alcança algum efeito se seguir as condições apresentadas acima.

Dentro da teoria dos atos de fala, Austin diferencia os atos ilocucionários dos atos perlocucionários. Os atos ilocucionários são a realização de um ato ao dizer algo e não “de” dizer algo. Em outras palavras, atos ilocucionários são frases (podemos dar o exemplo de proposições) que produzem (ou esperam produzir) efeitos e que, por isso, têm força ilocucionária. Uma promessa, um pedido de desculpas, uma asserção e uma pergunta podem até ter construções linguísticas iguais, mas têm efeitos intencionados diferentes. Nesse caso, são atos ilocucionários diferentes.

Um ato perlocucionário ocorre com a realização de um ilocucionário, mas apresenta um sentido além, pois os efeitos produzidos na audiência vão além dos convencionais. Um exemplo dado por Austin é: ilocução (ele me aconselhou a atirar nela) e perlocução (ele me persuadiu a atirar nela).

Essa teoria dos atos de fala nos ajudará a entender melhor a proposta de Searle que virá a seguir.

1.1 SEARLE E OS ATOS DE FALA

Para lidar com a interpretação dos atos de fala em Searle, é importante, primeiro entender a proposta dele a respeito do funcionamento da linguagem. Destaque será dado à noção de significado, da qual retiraremos sua ideia de interpretação. Interpretar um ato de fala seria, de modo básico, entender o significado dele. Por isso, neste capítulo, apresentaremos a teoria dos atos de fala de Searle, com ênfase em sua noção de significado.

Searle (1969) entende a linguagem como um comportamento Intencional que é possibilitado e realizado de acordo com regras. Por isso, ele propõe estudar a filosofia da linguagem através do que ele chama de “Atos de Fala” e, conforme vimos acima, a realização desses atos depende de convenções ou regras convencionais. As regras pelas quais os atos de fala são realizados, segundo ele, seriam regras constitutivas. Searle (1969, p. 33) diferencia regras regulativas de regras constitutivas.

As regulativas regimentam ações que existem independente das regras. Um exemplo são as regras de etiqueta ao jantar. Comer independe das regras para existir. Ou seja, as regras de etiqueta ao comer não geram o ato de comer, mas apenas o governam.

Por outro lado, as constitutivas são aquelas sem as quais a ação não existiria. Por exemplo, cometer um pênalti. Derrubar um outro ser humano ao acertar o seu pé na canela do

outro é uma ação que independe de regra, mas não é um pênalti. Um pênalti só pode ser realizado por causa da invenção de um sistema de regras que definem o que é um pênalti.

Em linguagem um pouco mais formal, as regras regulativas tem a seguinte estrutura: “faça X” ou “se Y, faça X”; enquanto as constitutivas normalmente seguem uma outra estrutura: “X conta como Y” ou “X conta como Y no contexto C”.

Assim, algumas considerações já podem ser observadas acerca dos atos de fala: 1) a estrutura semântica de uma linguagem é a realização convencionada de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes, o que gera a conclusão de que significado é questão de convenção; e 2) não é necessário explicar porque determinado tipo de ato de fala tem determinado objetivo, já que ele não existiria não fosse esse objetivo. Tomemos o exemplo da promessa. Perguntar porque o ato de prometer implica ao falante que ele se comprometa a fazer uma ação que ele enunciou que faria não faz sentido. Não faz sentido porque é justamente “o sujeito se comprometer a fazer tal ação enunciada por si mesmo” que conta como “prometer” e é justamente essa regra que proporciona a existência de um ato que possa ser denominado “promessa”.

Como a linguagem parece funcionar dessa forma, podemos considerar que ela é expressa através de atos de fala. É possível ampliar e dizer que toda comunicação se dá por atos de fala (*speech acts*, em inglês)¹. Esses atos de fala são realizados em função do significado da frase, por isso, é possível para todo ato de fala ser determinado por uma sentença (SEARLE, 1969, p. 18). Em outras palavras, a estrutura organizadora de um enunciado é o significado. Esse significado poderia ser expresso por meio de uma única sentença que determinaria a frase enunciada, ou seja, por meio de uma proposição.

Tal possibilidade se dá pelo que Searle chama de *Princípio de Expressabilidade*. De acordo com esse princípio, tudo o que pode ser pretendido dizer (*meant*) pode ser expresso por meio de atos de fala. Isso não implica na imediata realização dessa potência caso fosse exigido, mas na possibilidade de sua realização caso as circunstâncias permitam.

Um bom exemplo é o caso de Carmita Wood (MAITRA, 2010), que sofria assédio de um colega em cargo superior, e não conhecia a palavra assédio, mas sabia que o que estava passando era errado e inconveniente. Ela sai do trabalho e pede o benefício desemprego em decorrência da situação de embaraço com a qual saiu do emprego. Contudo, o pedido é recusado porque por não conhecer o termo assédio só conseguiu dizer que estava recebendo uma paquera no trabalho. Alguns anos depois, com o crescimento do feminismo, o termo assédio se tornou

¹ Eu prefiro traduzir *speech acts* por “atos do discurso”, pelo fato de abranger tanto a fala quanto a escrita. Contudo, a tradução “atos de fala” se popularizou e, por isso, a utilizarei.

mais utilizado e hoje se entende que o que Carmita passou foi uma situação de assédio. Assim, a situação inicial da mulher não possibilitava que ela expressasse o que queria dizer, mas a partir do momento em que a situação linguística nos deu essa possibilidade, somos capazes de expressar o que ela quis dizer. Desse modo, tudo o que se é pretendido dizer é possível de ser expresso. As circunstâncias podem impedir ocasionalmente essa expressão, mas não a impedem definitivamente.

Mas, voltando ao assunto do significado, percebe-se o quanto ele é central na filosofia da linguagem de Searle. Afinal, a enunciação de um ato de fala se dá em função dele e o conteúdo de um ato de fala pode ser expresso através de uma sentença/frase que se equivaleria ao significado dessa enunciação. Duas características desse significado já estão evidentes: 1) ele é a função em torno da qual toda linguagem se dá e 2) ele pode ser expresso por meio de uma frase. Mas vamos analisar com mais detalhes esse conceito.

Partindo da proposta de Paul Grice, ele desenvolve seu próprio pensamento acerca do conceito. Grice é o ponto de partida de Searle, porque este concorda com dois pressupostos dessa teoria. O primeiro pressuposto é que significado/sentido e Intencionalidade estão intimamente conectados. O segundo pressuposto é que significado tem função comunicativa: quando alguém pretende dizer algo, ele pretende que seu ouvinte entenda isso que foi dito com base em regras da convenção linguística da qual estão fazendo uso.

Searle (1969, p. 49-50) estabelece, então, em linguagem mais formal como a expressão do significado funciona:

S enuncia a frase *F* e, de fato, quer dizer *F* (a enuncia de modo literal), se e somente se
S enuncia *F* e

- (a) *S* intenciona (*i*-I) que a enunciação *E* de *F* produza no ouvinte *O* o conhecimento que os estados de coisas especificadas pelas regras de *F* obtêm (Efeito Illocucionário, *EI*).
- (b) *S* intenciona que *E* produza *EI* pelo reconhecimento de *i*-I.
- (c) *S* intenciona que *i*-I seja reconhecida em virtude do conhecimento de *O* das regras que regem *F*.

Em outras palavras, quando João (*S*) grita (*E*) “o gato morreu” (*F*) para sua mãe (*O*) e realmente quer dizer que o gato morreu, João intenciona (*i*-I) que seu grito de que o gato morreu produza em sua mãe o conhecimento acerca dessa circunstância, que é previsto pelas regras linguísticas da língua portuguesa (*EI*). Ele intenciona que seu grito produza essa informação por achar que sua mãe irá reconhecer sua intenção de produzi-lo. E ele intenciona que sua intenção seja reconhecida por saber que sua mãe conhece as regras que regem a frase “o gato morreu”.

O significado aqui, então, é a realização de uma Intencionalidade, especificamente, intenção mesmo por meio de regras. Note que cada passo da produção/entendimento do significado se inicia com o verbo intencionar e terminam com uma menção às regras que possibilitam a expressão de tal intenção. Como já explicamos um pouco sobre as regras, que seriam constitutivas e a análise delas pertence mais à linguística do que à filosofia, vamos passar a entender o que Searle quer dizer quando diz que significado e Intencionalidade estão intimamente conectados e como funciona essa intenção que acabamos de mencionar.

Antes de entender a relação entre significado e Intencionalidade, porém, é importante destacar para a realização de nosso objetivo (a saber, estudar a interpretação de atos de fala) que Searle não se deteve aqui no processo de interpretação. O leitor pode notar que, na definição acima, o foco está na expressão do significado e não em sua interpretação. Todavia, embora não seja o foco dessa definição, a interpretação é descrita aqui como Efeito Ilocucionário. Esse efeito seria a obtenção de informação pelo ouvinte, conhecimento esse intencionado pelo falante. Nessa definição também é possível perceber como esse efeito é produzido: a partir do reconhecimento da intenção do falante. E se reconhece a intenção do falante por causa das regras aceitas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte.

Essa descrição de interpretação pode satisfazer a muitos. Porém, conforme veremos mais adiante, embora seja bem intuitiva, ela falha em descrever a capacidade de compreensão de ouvintes de uma linguagem natural quando as regras não são utilizadas de modo completo.

1.2 INTENCIONALIDADE

Searle (1983, p. 1) começa seu estudo sobre Intencionalidade a definindo: “[...] Intencionalidade é a propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual eles são direcionados a ou acerca de ou de objetos e estados de coisas no mundo.”². Nem todos os eventos e estados mentais têm Intencionalidade, mas podemos diferenciar os que tem dos que não tem pela forma como nos referimos a eles. Os estados e eventos mentais que têm Intencionalidade sempre precisam de um complemento quando a eles nos referimos. Exemplo, uma crença sempre é de ou acerca de alguma coisa. A mesma coisa não pode ser dita acerca do estresse, por exemplo, que é um evento que pode ser mental, mas que não precisa de complemento ao ser referido.

² Original em inglês: “Intentionality is that property of many mental states and events by which they are directed at or about or of objects and states of affairs in the world.”

Também há uma separação entre consciência e Intencionalidade. Há estados conscientes que não são Intencionais e há estados Intencionais que não são conscientes. Deste último podemos dar o exemplo da crença. Muitas de nossas crenças não são conscientes, contudo, por se direcionarem a objetos e estados do mundo, elas são Intencionais. Outro fator que é importante destacar: intenções são apenas um tipo de Intencionalidade e não são um tipo especial.

Para entender o funcionamento dessa Intencionalidade (ou seja, para entender como estados e eventos mentais se direcionam ou se relacionam com estados de coisas no mundo), Searle se utilizará da semelhança entre atos de fala e Intencionalidade. E, assim, a partir de um entendimento do funcionamento dos atos de fala, por comparação, se poderá entender o funcionamento da Intencionalidade. Isso, no entanto é apenas uma questão pedagógica, conforme ele mesmo explica. Numa análise lógica, é a Intencionalidade que explica a linguagem.

Quatro características correlacionam atos de fala e estados Intencionais. A primeira é que ambos têm uma distinção entre conteúdo proposicional e força ilocucionária. O ato de fala tem essa distinção enquanto a Intencionalidade tem uma distinção semelhante: todo estado/evento Intencional tem um conteúdo representacional e um modo psicológico. Esses dois conceitos serão mais bem analisados adiante.

A segunda característica que correlaciona atos de fala e estados intencionais é o direcionamento. Uma afirmação tem a direção palavra-para-mundo enquanto uma promessa tem o direcionamento mundo-para-palavra. Isso indica que, no primeiro caso, para que as condições de satisfação do ato de fala sejam cumpridas, a palavra tem que estar de acordo com o mundo. No segundo caso, para que as condições de satisfação se cumpram, o mundo tem que estar de acordo com a palavra. Tal distinção também ocorre em estados Intencionais. Uma crença tem o direcionamento mente-para-mundo, enquanto um desejo tem o direcionamento mundo-para-mente, por exemplo.

A terceira característica que conecta atos de fala e Intencionalidade é que na execução de um ato de fala que tenha conteúdo proposicional, é expresso algum estado Intencional, necessariamente, e esse estado Intencional é a condição de sinceridade desse ato de fala, mesmo que sua execução seja num contexto de mentira. Isso porque ele é a condição de satisfação. Ou seja, é por ele que avaliamos se tal ato de fala é sincero ou não.

Por último, as condições de satisfação de ato de fala são as mesmas condições de satisfação do um estado Intencional que ele quer representar. Assim como as condições de

satisfação de um ato de fala está interna a ele, o mesmo ocorre com as condições de satisfação de um estado Intencional.

Com isso, Searle (1983) conclui que um estado Intencional consiste em um conteúdo representativo e um modo psicológico. Embora representação seja uma palavra muito vaga e com muitas noções equivocadas na história da filosofia, para ele, dizer que um estado Intencional é uma representação é simplesmente dizer que ele tem um conteúdo proposicional e um modo psicológico. O conteúdo proposicional é o conjunto de condições de satisfação do estado Intencional enquanto o modo psicológico aponta o direcionamento desse conteúdo. Por exemplo, na crença de que a Terra é plana, o conteúdo proposicional é o conjunto de condições de satisfação (para que essa crença se satisfaça, a Terra tem que ser plana, o que podemos resumir na proposição “a Terra é plana”) e o modo psicológico é justamente “crença”, que tem o direcionamento mente-para-mundo.

É importante lembrar que um estado Intencional só é capaz de determinar suas condições de satisfação com base numa *Network* (conjunto de estados Intencionais que se relacionam com o objeto em questão) e um Plano-de-Fundo (conjunto de práticas e pressuposições pré-Intencionais que não são parte das condições de satisfação daquele estado Intencional).

Dentro desse arcabouço teórico também é necessário diferenciar intensionalidade e Intencionalidade. A primeira apontaria para o direcionamento de algo que não é extensional. A segunda é a característica que o cérebro tem de representar coisas. Um estado Intencional só é intensional caso seja acerca de outro estado Intencional, como um relatório de um relatório. Para diferenciar bem os dois, as condições de satisfação de estados Intencionais são extensionais, mas quando descrevemos essas condições e as especificamos, essas especificações passam a ser intensionais.

Vou exemplificar para ficar mais claro. Se João acredita que o arco-íris tem sete cores, essa crença de João é extensional porque suas condições de satisfação são relacionadas ao mundo “fora da cabeça”. Porém, se digo que acredito que João acredita que o arco-íris tem sete cores, essa minha crença é intensional no sentido de que as condições de satisfação dela estão no estado Intencional (de João) e não é algo do mundo (extensional). Essa caracterização de intensional e extensional pode parecer estranho a alguns, mas é essa a posição que Searle toma. Intencional seria o que aponta para o mental, enquanto extensional aponta para algo fora do mental.

Por fim, embora Searle tenha relacionado estados Intencionais e atos de fala, há uma diferença clara entre eles: os estados Intencionais têm intensionalidade intrínseca a si enquanto

os atos de fala têm intencionalidade derivada. E o modo como a mente deriva Intencionalidade dos estados mentais para os atos de fala é aplicando um duplo nível de Intencionalidade: 1) o conteúdo Intencional e 2) a intenção (no sentido de pretensão, desejo) de transferir esse conteúdo ao mundo físico, seja através de sons (fala) ou de rabiscos (escrita). Isso fica claro pela diferença entre dizer “Bernardo acredita que p” e dizer “Bernardo quis dizer p”. No primeiro caso, a proposição está completa enquanto no segundo, a proposição precisa de um complemento que pode vir antes “quando Bernardo enunciou E, ele quis dizer p” ou depois dela “Bernardo quis dizer p quando enunciou E”.

1.3 AÇÃO, CAUSAÇÃO E INTENCIONALIDADE

Para entender um pouco melhor essa Intencionalidade derivada, vamos analisar o caso de uma ação, como a ação de mover um braço. No caso de uma ação, especialmente de uma ação complexa, a Intencionalidade é derivada e entender isso nos ajudará a entender melhor o significado. Assim, nesta seção, vamos analisar a Intencionalidade derivada da ação, sua relação com causação mental para, a partir disso, perceber correlações e implicações para o significado na próxima seção.

A ação se diferencia da intenção por ser, na verdade, uma condição de satisfação dela. Mas não só por causa disso. Para estudar a característica intencional do ato, Searle (1983, p. 84) propõe separar as intenções que se formam antes do ato em si e as que estão no ato. Ele chama essas intenções não premeditadas de intenção em ato. Todas as ações, portanto, teriam essa intenção em ato (que está no ato em si), mas nem todas teriam intenções premeditadas. Um exemplo da diferença das duas é no caso de um ensaio para uma dança. Quando se está aprendendo os primeiros passos, cada ação é premeditada e você formula uma intenção de realizar o passo de determinada maneira por determinados meios. Quando já se sabe esses passos, cada um deles é dado intencionalmente, mas não se pode dizer que eles foram realizados por intenções premeditadas.

Feita essa diferença, vamos nos ater à intenção em ato que é a que me interessa mais como exemplo para entender o significado. Um primeiro ponto sobre intenções em ato é que elas são autorreferentes. Isso quer dizer que a própria intenção faz parte das condições de satisfação de si mesma. Por exemplo, “O conteúdo Intencional de minha intenção deve ser, no mínimo, (que eu realize a ação de erguer meu braço como meio de executar *essa intenção*).” (SEARLE, 1983, p. 85).

Desse modo, há uma necessidade de que o próprio estado Intencional (neste caso, a intenção em ato) esteja em relação causal com o resto das condições de satisfação. Dando o exemplo de uma ordem, Searle explica a necessidade dessa relação causal. Imagine que um pai ordene ao filho que saia da sala imediatamente. O filho, então, sai da sala gritando que está saindo porque quer e não porque o pai mandou. Nesse caso, seria muito difícil considerar esse filho como obediente, ou seja, não dá para considerar que ele está obedecendo ao pai.

Isso também vale para uma ação. Digamos que eu tenha a intenção de levantar meu braço direito, mas que, por algum acidente, eu perdi o controle sobre esse braço. Contudo, logo em seguida à formulação dessa minha intenção, meu braço receba acidentalmente uma corrente elétrica que faça com que ele se levante. Neste caso, também não dá para considerar que minha intenção foi satisfeita porque não há relação causal entre o levantamento de meu braço e minha intenção.

Neste ponto, é importante esclarecer o que Searle quer dizer com relações causais. No caso de causalidade e intenção, Searle não se utiliza do conceito tradicional de causalidade, que, segundo ele, tem três princípios: 1) o nexó causal não é observável; 2) um par de causa e efeito instanciam uma regularidade; 3) regularidades causais são diferentes de regularidades lógicas. O problema desse conceito tradicional de causalidade é que ele não consegue explicar bem as causas psicológicas, já que a causa de uma ação específica não depende de uma regularidade. Essa regularidade, na teoria tradicional, seria observada várias vezes para que se percebesse uma relação causal. No entanto, na causação Intencional, é possível conhecer a causa sem observações posteriores.

Outra característica da causação Intencional que a difere da tradicional é que ela não depende de leis causais por ser logicamente consistente. Por exemplo, se bebo água porque sinto sede, não é porque a sede me obriga a beber água (lei causal), mas porque essa minha ação é logicamente consistente com sua causa. Essa consistência lógica se estabelece pelo fato de que o conteúdo Intencional é causalmente relacionado a suas condições de satisfação, conforme vimos acima. Searle (1983, p. 122-123) resume da seguinte forma: se x causa y, então x e y estão em uma relação causal se e somente se:

Ou (a) x é um estado/evento Intencional e y está nas condições de satisfação de x

Ou (b) y é um estado/evento Intencional e x está nas condições de satisfação de y.

Se (a), o conteúdo Intencional de x é um aspecto causalmente relevante sob o qual ele causa y

Se (b), o conteúdo Intencional de y é um aspecto causalmente relevante sob o qual ele é causado por x.

Em outras palavras, numa causação Intencional há um estado/evento Intencional que é autorreferente e essa autorreferência é parte das condições de satisfação desse estado/evento Intencional de maneira que seu requerimento dentro das condições de satisfação causa o resto das condições de satisfação requeridas ou o resto das condições de satisfação causam o próprio estado/evento.

A causação Intencional também é percebida com a realização do ato e não pela observação dele. Contudo, é importante ressaltar que o nexa causal não é objeto da experiência de agir, mas é interno a essa experiência. Ou seja, faz parte da experiência de agir que tenhamos consciência do nexa causal, mas não quer dizer que experimentamos esse nexa.

Voltando à ação, caso haja uma intenção premeditada (anterior), essa intenção causa uma intenção em ato e esta, por sua vez, causa o movimento corporal. Neste caso, tanto a intenção em ato quanto o movimento corporal constituem a ação. Lembrando que essa intenção anterior não é necessária para uma ação intencional. Mas, com ela, podemos perceber uma transitividade de causação: a intenção anterior causa a intenção em ato que causa o movimento.

Isso fica ainda mais claro numa ação complexa. Digamos que José tenha o objetivo de matar João. José tem uma arma e a aponta a João. Ele, então, move seu dedo indicador, como se puxasse um gancho, o gatilho é apertado, o projétil é disparado e acerta João, que, então, morre. Muito se tem discutido sobre o que, de fato, é uma ação de José. Seria a morte de João uma ação de José, ou apenas o movimento de seu dedo? Searle responde que isso é determinado pela Intencionalidade. Se José tem a intenção de matar João por meio de movimentar seu dedo indicador, que puxaria o gatilho, que dispararia o projétil e que, por fim, acertaria e mataria João, então todo esse processo é uma ação, mas por ter várias etapas, pode ser chamada de ação complexa.

Numa ação complexa como a descrita acima, o que acontece é uma transitividade de causação e isso ocorre por um acréscimo nas condições de satisfação. Tomando a definição acima de causação Intencional, a intenção (x) de matar João é um estado/evento Intencional e matar (y) João por meio de (k) mover o dedo indicador que causará (l) o aperto do gatilho, provocando (m) o disparo do projétil com o objetivo de (n) acertar João com esse projétil está nas condições de satisfação dessa intenção (x). Neste caso, o conteúdo Intencional dessa intenção (x) é um aspecto causalmente relevante sob o qual ele causa a morte (y) de João. Essa transitividade de causação por meio de um acréscimo nas condições de satisfação ocorre também nos atos de fala.

1.4 SIGNIFICADO E INTENCIONALIDADE

Com esse arcabouço teórico, estamos agora em condições de apresentar o conceito searleano de significado. Nesse entendimento de Intencionalidade, o significado/sentido seria um tipo derivado de Intencionalidade. Para entendê-lo, seria necessário analisar formas mais “primitivas” de Intencionalidade. As ações são uma delas, especialmente as ações complexas ajudam a entender a adição de condições de satisfação na intenção de sentido/significado.

O que acontece num ato de fala, segundo Searle (1983) é a transferência das condições de satisfação de um estado/evento mental para sons (fala) ou rabiscos (escrita). Essa transferência ocorreria de modo semelhante à de uma ação complexa. Porém, em Searle (1998, p. 141, *itálico do autor*), ele afirma de maneira mais didática que a enunciação de sons com significado “[...] *impõe condições de satisfação nas condições de satisfação.*”. Assim como numa ação complexa, a condição de satisfação de o projétil acertar João está dentro da condição de satisfação da intenção em ato, o mesmo ocorre num ato de fala. Mais à frente exemplificaremos melhor esse processo.

Por causa disso, as condições de satisfação de um ato de fala podem se dividir em dois: 1) o estado psicológico expressado (condição de sinceridade) e 2) a intenção pela qual ele é expressado (intenção de significado). No caso das condições de satisfação da condição de sinceridade, elas são as mesmas que as condições de satisfação do ato do discurso. Isso a difere da intenção de significado, já que o falante pode ter a intenção de fazer uma afirmação verdadeira ou não, por exemplo. Contudo, é a intenção de significado que determina essas condições de satisfação e que iguala a de sinceridade com as do ato de fala.

Por sua vez, as intenções de significado/sentido têm 2 aspectos: 1) a intenção de representar e 2) a intenção de comunicar (produzir certos efeitos na audiência). É importante para a definição searleana de significado o fato de que a representação é anterior e pode prescindir da comunicação. Isso porque eu posso representar sem ter a intenção de comunicar, mas não posso comunicar sem representação.

Podemos entender o significado em seu aspecto de representação como a intenção de que o enunciado tenha as mesmas condições de satisfação que o estado Intencional a ser transferido. Trocando em miúdos, a intenção de representar em um ato de fala é a intenção de que eventos físicos que constituem parte das condições de satisfação desse estado Intencional, tenham eles mesmos as mesmas condições de satisfação do estado. Isso pode ser exemplificado com a ação complexa da página anterior, em que eventos físicos tinham a mesma condição de satisfação que o estado Intencional (intenção, no caso) que o causou: a morte de João. Ambos

(o estado Intencional e os eventos físicos) só seriam satisfeitos caso João morresse. O mesmo se dá no aspecto representacional do significado.

No aspecto comunicacional da intenção de significado, a intenção de comunicação é a intenção de que a audiência reconheça que tal ato de fala foi realizado com a intenção de representação. Mas, conforme já foi dito, a representação tem primazia sobre a comunicação. Isso permite a possibilidade de mentira ou mesmo de indiferença por parte do falante quanto ao entendimento de sua audiência.

Alguém pode representar algo como sendo o caso mesmo quando ele acredita que não é o caso (mentira); mesmo quando ele acredita que é o caso, mas não é (erro); e mesmo se ele não estiver interessado em convencer ninguém que é o caso ou, de fato, [não estiver interessado] em fazer com que sua audiência reconheça que ele está representando aquilo como sendo o caso (SEARLE, 1983, p. 169)³.

Desse modo, quando intenção de representação e intenção de comunicação se alinham, eu pronuncio x e realmente quero dizer x. Searle (1998, p. 145) explica melhor como isso funciona. Caso eu diga “está chovendo” e realmente quero dizer isso, então eu pronunciei “está chovendo” com a intenção de que:

1. eu esteja pronunciando corretamente essa frase de acordo com as regras da língua portuguesa e com seu significado convencional;
2. minha enunciação tenha condições de satisfação, neste caso, que minha frase esteja adequada ao mundo, ou seja, que realmente esteja chovendo; e
3. o ouvinte reconheça a intenção 2 por meio de reconhecer a intenção 1 e isso se dá por meio de seu conhecimento das convenções da língua portuguesa.

Dessa forma, pode-se concluir que o significado literal de uma frase ocorre quando o sentido da frase (convenção do significado das palavras que permite uma relação palavra-mundo) se alinha ao sentido do falante (intenção de significado que traz uma relação palavra-mente) dentro de um contexto. A questão do contexto é muito importante para o significado literal porque, sem ele, não há possibilidade de adequação palavra-mente-mundo. Por exemplo, se eu digo que o mosquito está no copo fora de contexto, a questão de “que copo?” logo surge. Desse modo, o sentido literal também depende não só do alinhamento entre sentido da frase e sentido do falante, mas também da localização desse alinhamento num contexto específico.

³ Original em inglês: “One can represent something as being the case even when one believes that it isn’t the case (a lie); even when one believes that it is the case, but it isn’t (a mistake); and even if one is not interested in convincing anybody that it is the case or indeed in getting them to recognize that one is representing it as being the case.”.

Resumindo até aqui, significado é uma forma derivada de Intencionalidade (modo psicológico e condições de satisfação) que se divide em condição de sinceridade (estado psicológico expressado) e intenção de significado (intenção pela qual ele é expresso). A intenção de significado une as condições de satisfação da condição de sinceridade com as condições de satisfação do estado Intencional que está sendo expresso. Por sua vez, a intenção de significado em si se divide em dois aspectos: 1) intenção de representação (que seria a intenção de que eventos físicos [atos de fala] tenham as mesmas condições de satisfação do estado Intencional representado) e 2) intenção de comunicação (que seria a intenção de que a audiência reconheça a intenção de representação).

Conforme o exposto acima, Searle faz uma pergunta: o que é necessário, então, para que um estado Intencional seja expresso em atos linguísticos? Para formular melhor essa pergunta, ele imagina um ser que seja capaz de ter estados Intencionais, mas não tenha linguagem. O que seria necessário para que esse ser seja capaz de produzir atos de fala?

O primeiro ponto é deliberadamente expressar um estado Intencional com o fim de que outros seres saibam que ele tem tal estado Intencional. O segundo é realizar atos para adquirir competência extralinguística de que se tornará ato de fala, especialmente começando com atos perlocucionários. Um ato perlocucionário é um ato com intenção de provocar efeitos no ouvinte (como ordem, convencimento, etc). O terceiro ponto é introduzir procedimentos convencionais para tornar a correspondência entre esses atos e pontos ilocucionários convencionalizada. Essa convenção permitirá que a audiência entenda a expressão do estado Intencional de maneira correta.

Portanto, podemos concluir que significado, para Searle, provém da transferência das condições de satisfação de um estado Intencional para um evento físico com a intenção de que a audiência entenda que esse estado intencional está sendo expresso. Tanto o funcionamento desse evento físico quanto o entendimento da audiência dependem de regras convencionalizadas. Desse modo, apesar de reiterar várias vezes que o significado é uma questão de convenção, o que percebemos da filosofia da linguagem de Searle é que não é bem assim. A produção de um enunciado significativo, bem como seu entendimento, depende de regras. Em outras palavras, a intenção de comunicação depende de regras convencionalizadas, não a intenção de representação. Assim, a convenção se limita à intenção de que o ouvinte perceba as condições de satisfação que constitui a intenção de representação do falante.

Para exemplificar isso, vou utilizar um famoso diálogo entre Alice e Humpty Dumpty, no *Alice através do espelho*, de Lewis Carroll.

“É só *um* para ganhar presentes de aniversário, vê? É a glória para você!”
 “Não sei o que quer dizer com ‘glória’”, disse Alice.
 Humpty Dumpty sorriu, desdenhoso. “Claro que não sabe... até que eu lhe diga. Quero dizer ‘é um belo e demolidor argumento para você!’”
 “Mas ‘glória’ não significa ‘um belo e demolidor argumento’”, Alice objetou.
 “Quando *eu* uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”
 “A questão é”, disse Alice, “se *pode* fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.”
 “A questão”, disse Humpty Dumpty, “é saber quem vai mandar – só isto.”
 (CARROLL, 2010, p. 244-245).

Neste caso, temos uma intenção de representação bem-sucedida: as condições de satisfação do estado Intencional de Humpty Dumpty foram transferidas para a palavra “glória”. Contudo, ele não estava interessado em fazer com que sua audiência entendesse isso. Por isso, para Alice, que é a audiência neste caso, aquele não era o significado de glória. Por que, para ela, aquele não era o significado? Porque ela não conseguiu entender a intenção de representação por meio do que foi expresso. Contudo, a intenção de representação está bem presente ali, independentemente de seu sucesso em comunicar, como fica claro que frase de Humpty Dumpty em resposta ao argumento de Alice. Tanto que, posteriormente, ele fala de impenetrabilidade e então, Alice pergunta o que aquilo significava, ao que ele responde ““Agora você está falando como uma criança sensata [...]”” e lhe explica sua intenção de representação com aquela palavra.

Esse jogo de significado é possível pela diferença que Searle faz de intenção de comunicação e intenção de representação. E, neste caso, Humpty Dumpty fica na melhor porque, para Searle, a intenção de representação tem primazia sobre a intenção de comunicação⁴. A semiótica de Peirce, por outro lado, consegue responder a isso que Searle pretende. Searle pretende que Humpty Dumpty esteja errado, por fugir da convenção, mas não é isso que a abordagem searleana da intenção de significado evidencia.

⁴ Searle (1984) parece apontar para isso ao dizer que uma frase poderia significar qualquer coisa já que a Intencionalidade não é intrínseca a ela. Mas em outro lugar (SEARLE, 1989) lida melhor com a questão. De modo interessante, ele afirma que Grice, ao dizer que o significado depende da Intencionalidade individual, está levando em conta apenas a intenção de comunicação, enquanto a intenção de representação seria intrinsecamente coletiva. Contudo, ele mesmo vai dizer nesse capítulo de livro que nem regras nem convenções são necessários para a representação. Segundo ele, o que seria necessário para a representação seria um plano de fundo pré-intencional, mas que é compartilhado com outros seres humanos (SEARLE, 1989). É claro que a própria habilidade de representar dependeria desse background que é compartilhado. Contudo, isso não torna necessário que numa intenção de representação específica, a pessoa tenha que usar sempre regras coletivas. Parece-me que essa explicação não satisfaz o problema de Humpty Dumpty. Ele é capaz de representar por um plano de fundo social, mas sua representação por meio da palavra glória foi individual. Umberto Eco (1980) defende que essa característica social coercitiva sobre o significado seria uma potência. Ou seja, o significado que Humpty Dumpty dá para glória tem a possibilidade de se tornar social, como é feito ao expô-lo a Alice, mas não é necessário que o seja.

Diante do exposto, mais uma vez, o leitor pode notar que o foco de Searle está na produção de significado e não na captação deste através de uma interpretação do ato de fala. Contudo, conforme já afirmamos anteriormente, a interpretação se dá pelo reconhecimento da intenção do falante. Aqui, com o que acabamos de apresentar, podemos dizer que interpretar corretamente consiste em reconhecer a intenção de representação do falante. Reconhecer a intenção de comunicação é importante para isso, já que, com ela, podemos reconhecer se o falante está mentindo ou indiferente à reação de seu ouvinte e isso ajuda a reconhecer a intenção de representação. O reconhecimento da intenção de comunicação se dá por meio de regras que sejam compartilhadas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte.

A seguir, nos aprofundaremos em questões relacionadas ao significado para Searle, analisando os conceitos de referência, predicação e significados não literais (sentido indireto e metáfora) e como eles são interpretados. Mas antes precisamos esclarecer uma implicação do que vimos nesta seção.

1.5 INTENSIONALIDADE

Na discussão a respeito do significado, um problema importante vem à tona: “os significados estão na mente?”. Essa pergunta é título de um dos capítulos de seu livro *Intentionality* (1983). A questão que será abordada aqui, então, é se o significado é extensional ou intensional. Ao final desta seção, discutiremos porque essa questão é importante para a interpretação.

A proposta de Searle é que o significado está obviamente na “cabeça”, ou seja, o sentido é intrinsecamente intensional já que é o conteúdo mental que determina as condições de satisfação a serem supridas pelo mundo. Mesmo em exemplos como o da referência e o da indexicalidade, em que algo do mundo está sendo dito por meio de atos de fala, as condições de satisfação e o modo psicológico do estado Intencional representado é inteiramente mental.

De qualquer forma, lembrando que significados são formas derivadas de Intencionalidade, eles são sempre intencionais porque apontam para estados Intencionais e este é que direciona sua extensionalidade. Em outras palavras, é a intensionalidade que determina a extensionalidade. Para entendermos um pouco melhor isso, precisamos diferenciar melhor intensionalidade de extensionalidade. Searle faz isso em *Intentionality and the use of language* (SEARLE, 1976). Intensionalidade é uma propriedade de algumas sentenças. Uma sentença é intencional se falha em satisfazer pelo menos um dos dois critérios de extensionalidade. 1) A generalização existencial acerca da ocorrência de expressões de referência deve ser uma forma

válida de inferência. 2) A sentença deve permitir a substituição *salva veritate* de expressões que, normalmente, têm o mesmo referente.

Já vimos na seção sobre Intencionalidade que esta é extensional no sentido de que sempre se refere ou é direcionada a algo do mundo. Exemplo: “acredito que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil” é extensional porque deriva sua existência e direcionalidade de algo do mundo. Neste caso, os dois critérios de extensionalidade são satisfeitos: 1) essa crença implica que Getúlio Vargas exista; e 2) essa crença implica na possibilidade de substituir o termo “Getúlio Vargas” por qualquer outro que tenha o mesmo referente, como “pai dos pobres”. Contudo, no caso de “João acredita que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil” temos um estado Intencional intensional porque aponta para algo mental. Ou seja, o meu estado Intencional não é a respeito de algo do mundo, mas é a respeito de outro estado Intencional. Nesse caso, nenhum dos dois critérios se sustenta, já que a frase não depende da existência de Getúlio (critério 1) e se João não sabe que Getúlio Vargas foi o chamado de “pai dos pobres” (critério 2), ele não é intercambiável. Temos, então uma crença intensional.

Tecnicamente, como o significado é uma forma derivada de Intencionalidade, o que Searle defende é que todo significado aponta para um estado Intencional e, portanto, é intensional, e este aponta para alguma coisa ou estado do mundo. É através da presença desse estado Intencional numa frase que se pode apontar a referência e a indexicalidade de algo, por exemplo.

Contudo, nem todos os filósofos concordam com essa proposta intensional do significado. Um dos maiores proponentes da tese extensional do significado foi Putnam, com quem Searle dialoga extensamente em seu capítulo sobre o assunto. Putnam (1975) está argumentando contra duas asserções acerca do significado: 1) que conhecer o significado de um termo implica apenas estar em um estado psicológico (nisso ele vai contra o solipsismo e afirma que o significado implica existência); e 2) que o significado de um termo (sua intensão) determina sua extensão. Segundo ele, então, é possível que duas pessoas estejam em um mesmo estado psicológico e se refiram a duas extensões diferentes. Por isso, ele utiliza o famoso experimento de pensamento do *Doppelgänger*.

Antes de utilizar esse exercício de pensamento, ele utiliza um argumento parecido. Segundo Putnam, antes de entendermos os funcionamentos dos átomos e moléculas, demos o nome de água para o que hoje sabemos ser H₂O. Para ele, como ainda utilizamos o nome de “água” para a mesma coisa, então o significado não veio de nossa mente, mas do líquido que está no mundo. Isso porque, não importou o que nós sabíamos sobre o líquido, mas o que importou para o significado foi o líquido em si.

Searle acha esse argumento fraco porque ele mesmo já discutiu isso (veremos na seção acerca de referência). Podemos ter uma referência bem-sucedida apesar de utilizarmos uma descrição definida possivelmente falsa sobre o objeto. No caso proposto por Putnam, não é nem uma descrição definida falsa sobre a água, mas incompleta. Por isso, o argumento é, de fato, fraco. Searle responde a ele dizendo que, como podemos ter uma referência bem-sucedida utilizando uma descrição definida falsa pelo fato de que essa descrição falsa não é o aspecto primário da referência e sim aquele que corresponde ao mundo, da mesma forma pode haver uma descrição definida incompleta sobre o mundo e ainda assim a referência ser completa.

Putnam, então, apresenta o caso em que a descrição definida é, de fato, falsa. Ele imagina um caso de *Doppelgänger*, um duplo. Imagine que exista um planeta igual ao nosso e que tudo seja igual à nossa terra. Nesse caso, José seria filho de Marina e Mauro tanto em nossa Terra, quanto no planeta X que é igual à Terra. Em ambos os planetas, os seres vivos dependem de um líquido transparente, inodoro e insípido para sobreviver e, em ambos os casos, eles chamam esse líquido de “água”. Com isso, ele pretende mostrar que duas pessoas com o mesmo estado psicológico (intencionalidade em relação à água, que teria as mesmas descrições definidas) estão tendo um referente diferente.

Acontece que, com o descobrimento da ciência moderna e com o avanço tecnológico dos laboratórios, aqui na Terra percebemos que a água é formada por moléculas de H_2O enquanto, no planeta X, os cientistas perceberam que a água é formada por moléculas de S_2COH_3 ⁵. Mesmo após essa descoberta, ambos terráqueos e xisáqueos continuam chamando o líquido que ingerem e do qual precisam para viver de “água”. Neste caso, Putnam o referente não mudou, mas o estado mental mudou. Portanto, o significado não viria do estado mental, mas do referente.

As críticas ao argumento de Putnam são extensas. Muitos argumentam que o exercício de pensamento do *Doppelgänger* é ilegítimo. Searle acha que esse é o menor dos problemas relacionados a esse argumento. Para Searle, o que Putnam faz é desenvolver uma abordagem intensionalista alternativa. Isso ocorre primeiro porque, conforme vimos, uma referência pode ser efetiva mesmo que a definição definida seja equivocada.

Contudo, além disso, o que ocorre quando duplos entram em contato com uma coisa idêntica é que, embora a experiência perceptual seja qualitativamente idêntica, ela não o é

⁵ Essa molécula foi inventada por mim. Putnam não chega a dar nome à molécula. Não tenho ideia se essa molécula existe ou não, muito menos que ela tenha características que se adequam ao exercício de pensamento de Putnam. Mesmo assim a utilizo para que o leitor tenha alguma referência textual a que se apegar. Ou seja, a utilizo por motivos didáticos.

numericamente. Ou seja, José da Terra e José de X, ao beberem, verem ou se banharem no que chamam de água estão tendo experiências perceptivas qualitativamente idênticas, mas a experiência perceptiva deles é diferente.

E essa diferença se evidencia pelo fato de que uma experiência perceptual sempre é autorreferente, o que implica uma característica indexical da percepção e, conseqüentemente, de toda informação que advém dela. Ou seja, quando José da Terra vê a água, ele a vê como causadora de sua própria experiência visual, como em “isto que está em meu campo de visão está causando minha experiência sensorial”. Em outras palavras, para que José da Terra esteja vendo a água é necessário que a água esteja diante dele e esteja causando a experiência visual de José da Terra. Da mesma forma, para que José de X veja a água, é necessário que a água esteja diante dele e esteja causando a experiência visual de José de X.

Nesse caso, como as experiências perceptivas são diferentes, as condições de satisfação também o são. Assim, as condições de satisfação de José da Terra apontam como referente a água H_2O e as condições de satisfação de José de X apontam como referente a água S_2COH_3 . Portanto, Searle conclui que são as condições de satisfação que determinam a referência e não o estado de coisas do mundo que determina as condições de satisfação. Dito de outro modo, é a intensionalidade que determina a extensionalidade. Veremos melhor na seção sobre referência e predicação como funciona essa relação.

Nesse caso, conforme mencionamos, Putnam apenas estaria apontando um argumento da intensionalidade do significado de modo alternativo. Com isso, mantemos a tese de que o significado é algo intrinsecamente mental.

Tal discussão é importante para a interpretação justamente para entender melhor como ela funciona. Se seguirmos a proposta de Putnam, entenderemos que, ao interpretar, o ouvinte unicamente reconhece no mundo aquilo que está sendo expresso. Porém, conforme já apresentamos, parece mais adequado entender que, ao interpretar, o ouvinte reconheça a intenção de representação do falante (ou seja, o conteúdo intencional) e, a partir do conteúdo dessa intenção ele seja então capaz de reconhecer no mundo aquilo que está sendo expresso. Por isso, interpretar é mais do que reconhecer o que está no mundo, mas reconhecer a Intencionalidade do falante.

1.6 REFERÊNCIA

O significado e sua apreensão, que consiste na interpretação, contém algumas aplicações particulares. Um primeiro aspecto que se relaciona ao significado, conforme podemos abordar,

é a referência. Vamos apresentar a referência conforme Searle a entende e depois a relacionaremos com sua ideia de significado conforme apresentamos em 1.1. Referência para Searle (1969) é um ato de fala de identificação ou apontamento de uma entidade ou objeto. Essa identificação/apontamento tem dois axiomas bem reconhecidos.

O primeiro axioma é o axioma da existência: o que é referido deve existir. O segundo axioma é o da identidade: se um predicado é verdadeiro acerca de um objeto, é verdadeiro acerca de qualquer objeto idêntico, a despeito da expressão que se usa para se referir a ele.

O primeiro axioma parece óbvio, afinal não dá para se referir (identificar/apontar) a algo que não existe. Contudo, ele dá origem a um paradoxo. Como, por exemplo, eu poderia dizer que Sherlock Holmes usa um chapéu engraçado? O caso da ficção discutiremos mais adiante, mas desde já adianto que Searle responde que Sherlock Holmes está sendo referido como um personagem ficcional e que existe na ficção. No entanto, utilizando a famosa frase, parece um paradoxo dizer “o rei da França é careca.”. Russell dissolve esse paradoxo com as descrições definidas, mas também abordaremos isso mais para frente.

Porém o objetivo principal de Searle ao lidar com a referência é adicionar um terceiro axioma. O axioma da identificação: o falante que se refere a um objeto deve ser capaz de identificar esse objeto para o ouvinte. Esse axioma gera o princípio da identificação. De acordo com esse princípio para se referir a um objeto ou 1) o enunciado contém predicados verdadeiros acerca de um e só um objeto⁶; ou 2) o enunciado, junto ao contexto, provê a apresentação de um e só um objeto; ou 3) o enunciado deve conter índices indicativos suficientes para indicar um e só um objeto. Dessa forma, a referência só pode ser bem-sucedida se o falante for capaz de produzir 1) ou 2) ou 3).

Assim, é possível estabelecer as condições necessárias para uma referência baseando-se nos axiomas um e três. A primeira condição necessária para uma referência é existir um único objeto ao qual o enunciado se aplica. A segunda condição necessária é que o ouvinte deve ter meios suficientes para identificar tal objeto a partir do enunciado do falante. A primeira condição é a base para a segunda. A segunda faz com que não haja ambiguidade para identificar o único objeto referido. Em outras palavras, num processo de interpretação de uma referência, o ouvinte deve, a partir do enunciado, ser capaz de identificar o objeto sem ambiguidade. Caso contrário, a interpretação é malsucedida. Mas como fazer para que não haja ambiguidade?

Existem modos de demonstrar ou descrever o objeto. Em todo caso, a demonstração sempre terá a possibilidade de ambiguidade. Por isso, Searle (1969) chama de descrição de

⁶ Esse objeto pode ser coletivo. A necessidade de haver um e só um objeto é para que não haja ambiguidade de modo que o ouvinte consiga identificar, sem falhas o que se está sendo referido.

identificação algum enunciado que se construa de modo a não deixar ambiguidade. Essa descrição de identificação pode ser construída misturando tanto demonstração quanto descrição. Porém, numa conversação em língua natural, é possível que a referência seja satisfeita sem que se retire todas as possibilidades de ambiguidade por um fato de convenção. E é justamente nessa falta de exatidão ou cumprimento do princípio proposto por Searle que a proposta peirceana apresenta uma lacuna explicativa. Como é possível que, mesmo não satisfazendo plenamente o princípio de identificação, o ouvinte interpretar de modo satisfatório uma referência? O filósofo estadunidense não pretende resolver essa questão, antes, se preocupa em explicar melhor o princípio por ele proposto.

Para que a referência seja consumada sem dúvida o falante deve indicar fatos acerca do objeto. Ou seja, a referência depende desses fatos. Como esses fatos são conteúdos descritivos e estes, por sua vez, são conteúdos Intencionais derivados (significados), então o que se percebe é que o significado é anterior à referência e a referência se dá em função do significado, conforme vimos no começo deste capítulo. Searle entende a referência como um ato de fala e todo ato de fala é realizado em função de seu significado. A referência não é diferente. Por isso, nomes próprios não têm como significado apenas seu objeto, já que a referência ao objeto no nome precisa de um significado que lhe identifique⁷. Num processo interpretativo, interpretar uma referência seria identificar o referente a partir de seu significado e este consistiria, também, no conjunto de fatos a respeito do objeto.

Por isso, Searle descarta a teoria russelliana de descrições definidas. As descrições definidas, segundo Russell, não fariam referência. Contudo, elas são justamente aquilo que permite fazer referência por serem tipos de descrição de identificação. Para resolver o problema do rei da França, Searle simplesmente diz que minha afirmação apenas apresenta condições de satisfação. Ela não é uma garantia de que essas condições de satisfação se cumpram. Por isso elas podem ser verdadeiras ou falsas. Como, no caso, não existe rei da França, “o rei da França é careca” é uma proposição falsa porque suas condições de satisfação não se aplicam.

Com relação ao discurso ficcional, Searle (1979) o entende como um discurso em que o autor pretende realizar um ato de fala normal. Contudo, essa pretensão tem algumas convenções que permitem que ele suspenda o uso normal da relação entre atos ilocucionários e o mundo. Ele gosta de entender uma referência num ato ilocucionário como uma ligação

⁷ Contudo, é importante ressaltar que, para Searle (1969), isso implica no fato de que um nome próprio equivale a uma descrição definida. Na verdade, a partir do momento que, numa comunidade, se concorda acerca das características de que pertencem a um objeto com o nome próprio X, o nome próprio seria como um cabide que pendura várias dessas descrições específicas. Por causa disso, o nome próprio carregaria em si uma descrição de identificação e, por isso, permite que haja referência.

vertical (palavra-mundo). Já num discurso ficcional, a ligação se torna horizontal (mundo ficcional). Nesse caso, vermelho continua sendo o mesmo vermelho de nosso mundo e é o autor que estabelecerá o quanto as convenções horizontais se distanciarão das convenções verticais. É claro que, para isso, é necessário coerência ao longo da narrativa. Assim, o autor faz uma pretensa referência a um objeto (um personagem de ficção, por exemplo) e essa pretensa referência nos permite referir a esse objeto também. Mas essa referência seria numa direção horizontal (mundo ficcional) e não vertical (mundo não ficcional).

Neste caso, a interpretação adequada de um discurso ficcional depende do reconhecimento dessa intenção de pretensão. Não identificar a intenção ficcional de um texto é uma falha interpretativa porque desconsidera a intenção do falante. Um exemplo que evidencia que o não reconhecimento dessa intenção de pretensão é uma má interpretação de ficção foi o caso em que a atriz Renata Sorrah foi maltratada na rua por uma senhora que não soube distingui-la da personagem vilanesca Nazaré Tedesco, interpretada pela atriz na novela *Senhora do Destino*.

Ainda dentro da relação entre significado e referência, está a questão da indexicalidade. Como palavras como “aqui”, “agora”, “eu” e “você” podem ter referência e significado? Como vimos, para que haja referência, é preciso 1) que haja um e apenas um objeto que se enquadre na referência e 2) o falante deve ser capaz de identificar esse objeto sem ambiguidade. Ora, “aqui” pode ser usado em todos os lugares e “eu” pode ser usado por todas as pessoas. Como, então, identificar um e apenas um objeto para essas expressões?

Searle afirma que expressões indiciais se referem ao indicar relações com a própria enunciação. Ele dá o exemplo de uma conversa entre dois amigos num bar. Um dos amigos aponta para um lado e diz para o outro amigo: “aquele homem ali está bêbado”. Essa afirmação tem dois tipos de autorreferência. A primeira é porque ela evoca a percepção, e a percepção é autorreferente. E a segunda é da indexicalidade em si, que refere à própria enunciação. Em linguagem um pouco mais formal, Searle (1983, p. 227, *itálicos do autor*) apresenta o mesmo conceito da seguinte forma: “((há um homem, x, ali, e o fato de que x está ali está causando *esta experiência visual*) e x é o homem experienciado visualmente no momento *desta enunciação* e x está bêbado)”⁸. As duas expressões em *itálico* indicam autorreferência e, como na percepção, a autorreferência gera unicidade fenomênica. Por isso, ela aponta a existência de um e único objeto e identifica ao ouvinte esse objeto sem ambiguidade. Dessa forma, o ouvinte

⁸ Original em inglês: “((there is a man, x, there, and the fact that x is there is causing *this visual experience*) and x is the man visually experienced at the time of *this utterance* and x is drunk).”.

interpreta um indexical levando assumindo a própria enunciação do falante e seu contexto como um fato que compõe o significado (intenção de representação) do ato de fala.

Nesse desenvolvimento de sua concepção de referência, Searle parece tropeçar em alguns termos. Como vimos, em 1969 ele separa significado de referência. Contudo, em 1979, ao falar da lógica dos discursos ficcionais, ele diz que as palavras numa ficção têm o mesmo significado que têm normalmente porque têm o mesmo referente. Por isso, é importante diferenciar significado de referente aqui com base no que já vimos anteriormente.

Significado vem da intenção de representar e, por isso, é composto de condições de satisfação. O referente seria o objeto de um significado caso as condições de satisfação sejam satisfeitas. O objeto pode satisfazer as condições de satisfação do significado porque ele mesmo produz esse conteúdo Intencional na percepção e, por isso, pode ser identificado. Contudo, a referência, em si, não precisa ter as mesmas condições de satisfação do objeto.

Searle (1979) dá o exemplo da utilização de uma descrição definida que seja equivocada em relação ao mundo. Digamos que eu ache que meu pai escreveu a Odisseia e meu pai é casado com minha mãe, Marina. Nesse caso, eu poderia dizer: o escritor da Odisseia é casado com a Marina. A frase quase certamente seria falsa (não sabemos o nome da pessoa com quem o real escritor da Odisseia era casado), mas a referência ainda se aplicaria.

A referência se aplicaria porque toda referência é uma representação de um objeto (SEARLE, 1979, p. 142) e, como tal, é feita sob algum aspecto. Contudo, no ato de fala, essa referência pode ser feita sobre vários aspectos ao mesmo tempo. Na referência existiria um aspecto primário e aspectos secundários. Isso dependeria do conteúdo Intencional relacionado ao objeto de referência. Quando eu acho que meu pai escreveu a Odisseia, que ele se chama Mauro e que é casado com Marina, embora o fato de ele ter escrito a Odisseia seja falso, é verdadeiro que ele é meu pai, que se chama Mauro e que é casado com Marina. E assim como no discurso indireto (que veremos adiante) é possível dizer algo, querer dizer esse algo e ainda assim querer dizer algo a mais, o mesmo ocorre nesse caso na referência.

Embora, à primeira vista, a frase seja falsa, quando levo em consideração o aspecto primário dessa referência (meu pai, no caso), ela passa a ser verdadeira, porque o aspecto secundário foi expresso (autor da Odisseia), mas o primário está dentro do conteúdo Intencional e é satisfeito.

Isso reforça ainda mais a noção de que intenção de significado é expressa por convenção, mas não nasce por convenção e sim por intenção individual. E o fato de que o significado literal da referência não precisa ter as mesmas condições de satisfação que o objeto

se dá porque o significado parece ser uma espécie de cabide que acopla vários aspectos e um deles pode servir para referência e outros não.

Essa noção de significado como cabide fica bem evidente na teoria peirceana de significado, conforme veremos no próximo capítulo. Mais uma vez, Searle não se detém a explicar como o ouvinte consegue interpretar ou reconhecer tal intenção de significado mesmo com a falha na enunciação. O conceito de abdução proposto por Peirce se mostra necessário para tal explicação. Contudo, antes de partir para esses conceitos peirceanos, ainda precisamos identificar outras lacunas da proposta de Searle a serem supridas por eles.

1.7 PREDICAÇÃO

Searle (1969) começa sua apresentação sobre predicação confrontando a ideia de Frege sobre o tema. Para Frege, o predicado aponta um conceito como seu referente. Mas o conceito, sendo um referente, não é em si um conceito, sendo, na verdade, um objeto. Para Searle, essa contradição no pensamento fregeano se dá porque este tenta abraçar duas concepções que são inconsistentes entre si. Frege considera que o mesmo sentido-referência ocorre na referência e no predicado e, apesar disso, considera que predicado tem função diferente da referência.

Frege consideraria que o uso de uma predicação compromete o falante com a existência da propriedade predicada da mesma forma que o axioma um da referência compromete o falante com a existência do referente. Isso parece bem claro se trabalharmos com a teoria dos conjuntos. X é humano se faz parte do conjunto dos humanos. Se me comprometo com a existência de X , me comprometo com a existência de pelo menos um humano. Portanto, o conjunto dos humanos não é vazio. Mas desse fato não se segue que eu esteja me referindo a uma propriedade. Para Searle, uma predicação não se refere a uma propriedade. Antes, ela atribui uma propriedade. E isso, de modo algum, prejudicaria a proposta fregeana de quantificar sobre as propriedades.

Agora, quando trabalhamos com propriedades, passamos a lidar com os universais e a famosa discussão entre nominalistas e realistas sobre a existência e funcionamento dos universais. Para os realistas, os universais existem tanto quanto os particulares. Para os nominalistas, os universais só existem no nome.

Que os universais existam no nome parece óbvio já que um predicado tem significado. E o predicado atribui, normalmente, um universal. É preciso, portanto, que os universais sejam palavras com significado. Porém, a concepção inicial de Searle é que eles não existem de modo a influenciar o mundo real. E isso, diferente do que os nominalistas pensavam, não significa

que eles não existem. E para entender isso, é necessário entender o comprometimento ontológico que alguém tem ao afirmar que algo existe.

Uma teoria muito famosa sobre comprometimento ontológico é a de Quine. Segundo ele, “Ser assumido como uma entidade é, pura e simplesmente, ser reconhecido como o valor de uma variável.”⁹ (QUINE, 1961, p. 13). Assim, de acordo com Quine, uma teoria só tem comprometimento ontológico com aquilo que é valor de uma variável sua. Desse modo, para ele, caso não se queira se comprometer com a existência de milhas, como na frase “há quatro milhas entre a UFMT e Várzea Grande”, ela pode ser eliminada pela reformulação parafrástica “distância em milhas entre UFMT e Várzea Grande = quatro”.

Contudo, Searle não concorda com esse critério de comprometimento ontológico. Para ele, tanto na primeira frase quanto na segunda há um comprometimento com a existência das milhas já que o comprometimento de alguém com a existência de algo depende das afirmações que ele faz e não da forma dessas afirmações. Disso se conclui que não existe uma única forma de comprometimento ontológico, como queria Quine, já que qualquer afirmação que aponte a existência de algo pode ser reformulada de outra maneira (como a que Quine propôs, que utilizava apenas linguagem quantificacional).

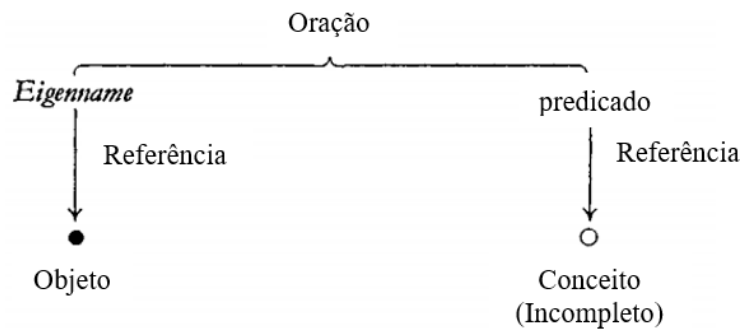
Então, dizer “uma rosa é vermelha” é se comprometer tanto com a existência de uma rosa quanto com a existência do vermelho. Isso, no entanto, para Searle, não implica em que vermelho (enquanto vermelhidade, propriedade) seja um item não-linguístico. Diferentemente de Strawson, que propõe que tanto sujeito quanto predicado identificam propriedades não-linguísticas, mas que mantinham entre si um elo não-relacional, Searle (1969, p. 115) defende que “[...] universais não residem no mundo, mas em nosso modo de representar o mundo, na linguagem.”¹⁰. Assim, universais existiriam apenas como significado das palavras.

Para diferenciar sua proposta da de Frege, exposta no início desta seção, e da de Strawson, que acabamos de mencionar, Searle faz um quadro para cada proposta.

FIGURA 1 - Conceito de Frege acerca da predicção

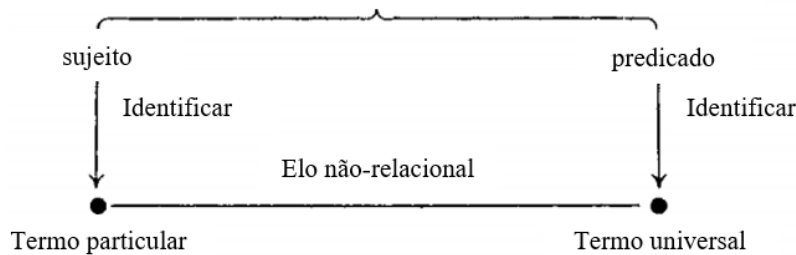
⁹ Original em inglês: “To be assumed as an entity is, purely and simply, to be reckoned as the value of a variable.”.

¹⁰ Original em inglês: “[...] universals do not lie in the world, but in our mode of representing the world, in language.”.



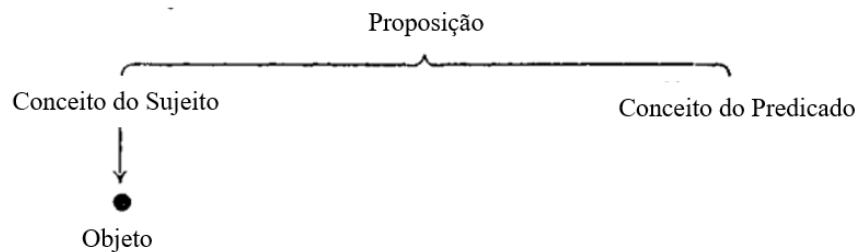
Fonte: Searle (1969, p. 114).

FIGURA 2 - Teoria do termo das proposições proposta por Strawson



Fonte: Searle (1969, p. 114).

FIGURA 3 - Proposta de Searle acerca da proposição



Fonte: Searle (1969, p. 118).

Para defender sua posição, Searle afirma que, enquanto na referência temos uma identificação via fatos, os universais são identificados por significados. Ele afirma ainda que universais são identificados em sentido completo apenas se 1) apresentar ao ouvinte um significado relevante (descrição); ou 2) colocar o ouvinte numa situação em que o significado possa ser aprendido (demonstração). Além disso, ele expõe uma falha na teoria de Strawson. Se predicados identificar universais de modo semelhante ao que a expressão subjetiva refere, então a expressão subjetiva (o sujeito numa oração/proposição) também identificaria universais. Ele também afirma que universais são derivados de termos específicos (como "generosidade" é derivado de "generoso"). Por último, ele afirma ser possível imaginar linguagens em que só existam expressões usadas para referir-se a particulares e expressões

predicadas flexionadas, mas não seria possível imaginar uma linguagem que contivesse apenas a primeira e universais.

Contudo, essa afirmação de Searle é problemática em relação a sua própria teoria. Primeiro porque ele insiste que predicados têm significado. E significado, como vimos, tem conteúdo Intencional. E este é de uma relação mente-mundo. Ou seja, significado tem relação com o mundo. Como o predicado poderia ter significado se não tivesse relação com o mundo? Alguém poderia contra-argumentar dizendo que os discursos ficcionais não têm relação com o mundo, o que não é verdade como vimos acima. Apenas aquilo que o autor estabelece como diferente que deixa de ter relação com o mundo. O resto permanece com o mesmo significado porque se relaciona com o mesmo mundo. E mesmo que não fosse assim, dificilmente Searle ou qualquer outra pessoa poderia concordar que um predicado é ficcional.

Além disso, o modo como ele apresenta o funcionamento da identificação de um universal é o mesmo modo pelo qual um referente é identificado: por uma descrição de identificação. Essa descrição pode ser descritiva ou demonstrativa, mas, em geral, é uma mistura de ambos. E é justamente dessa forma como Searle descreve também a identificação dos universais. Se é por causa disso que os universais não são entidades não-linguísticas, o mesmo deveria ser dito a respeito dos referentes.

A falha na teoria de Strawson de que expressões subjetivas também identificariam universais não torna essa teoria errada, mas, no máximo, incompleta.

Os outros dois argumentos para rejeitar a existência não linguística dos universais não pode ser provada também são falhos. Que “generosidade” derive de “generoso” é algo que pode ser debatido, mas não está dentro do escopo de nosso trabalho. Mas o último argumento, de que é possível pensar em uma língua que possua apenas expressões como “Sócrates” e “é sábio”, mas não uma língua que possua apenas expressões como “Sócrates” e “sabedoria”, demonstra o desconhecimento de Searle a respeito de algumas línguas mortas como o hebraico antigo. Miller (1999), por exemplo, destaca algumas expressões como: יהוה הצדיק (“Senhor Justiça” em tradução direta, ou “O Senhor é justiça” ou ainda “o Senhor é justo”) que aparecem mais de 2000 vezes apenas no Pentateuco da Bíblia Hebraica e causa muita dificuldade de tradução. Pelo jeito os antigos hebreus não tinham dificuldade de utilizar proposição que tinha apenas um sujeito e um indicativo de universal¹¹.

¹¹ Outro exemplo seria a linguagem de sinais, LIBRAS ou ASL, que parece trabalhar muito mais com a forma substantivada do que com predicções a partir de adjetivos.

Se o pensamento de Searle a respeito de universais mudou ou ao menos se seus argumentos melhoraram, eu não sei. Mas em *Seeing things as they are* (SEARLE, 2015), ele afirma que é uma característica do vermelho que cause nos seres sencientes a experiência da cor vermelha, me parece que ele está comprometido com a existência da vermelhidade. De qualquer forma, esse é um dos pontos em que a semiótica de Peirce pode desenvolver a filosofia da linguagem de Searle.

Toda essa discussão a respeito da predicação e do que são universais é importante para entender interpretação por dois motivos: 1) para perceber uma coerência na própria teoria de Searle que estamos utilizando como base; e 2) para entender como interpretamos uma predicação. Textos mais antigos de Searle parecem defender que interpretamos uma predicação da mesma forma que interpretamos uma ficção. Contudo, é importante ressaltar que a interpretação de uma referência ficcional não difere da interpretação de uma referência real e, portanto, parece que a interpretação de predicação depende de uma referência ou melhor, de uma identificação por parte do ouvinte da propriedade que está sendo predicada.

1.8 SIGNIFICADOS ALÉM DO LITERAL

Uma das questões mais interessantes acerca do significado é quando analisamos frases que cujo sentido vai além do literal. Mais interessante ainda é como o ouvinte é capaz de interpretar esse significado que está além do literal. Searle (1979) aborda especificamente dois tipos: o sentido indireto e a metáfora.

O sentido indireto ocorre quando o falante diz algo e realmente quis dizer esse algo, mas, ao mesmo tempo, também quis dizer algo além. A maioria dos exemplos que Searle dá ocorrem mais na língua inglesa, mas podemos utilizar alguns exemplos do que ocorre em português também. Quando alguém diz à mesa a) "Você poderia me passar o sal?", esse alguém realmente quis fazer essa pergunta, mas também, além da pergunta, ela está fazendo um pedido: b) "Passe-me o sal, por favor".

Neste caso, a frase a) questiona a capacidade do ouvinte de passar o sal para ele. O falante realmente pretende dizer a) porque, mesmo em português, a resposta que se espera a essa frase é "sim". Contudo, sim não é a única resposta que se espera quando se ouve a frase a). Isso porque, além do sentido literal de a), o falante pretende, por meio de a), produzir um outro significado. No caso, esse outro significado é b).

Para entender como funciona esses casos de sentido indireto, Searle apresenta alguns fatos acerca desses atos de fala. O primeiro fato é que as frases com sentido indireto não têm

força imperativa como parte de seu significado. A força imperativa seria um extra que não vem da frase em si. O segundo fato é que essas frases não são ambíguas. Ao contrário, o sentido literal delas está bem claro. O terceiro fato é que, apesar dos dois primeiros fatos, essas frases são convencionalmente usadas com força imperativa. O quarto fato é que essas frases não são jargões, como em “João bateu as botas”. Apesar disso, o quinto fato é que elas são idiomáticas, ou seja, são formas convencionadas em que cada língua a utiliza de forma diferente para expressar outra coisa por meio de uma determinada frase inicial.

O sexto fato é que essas frases podem ser utilizadas sem o sentido indireto (que podemos chamar de secundário). No caso de “você poderia ficar quieto?”, um professor pode dizer isso para um aluno em sala de aula e, com essa pergunta, pedir para que ele fique quieto. Contudo, também pode ser usada por um psicólogo que, ao tentar entender porque um casal briga tanto, pergunta a um dos cônjuges a mesma frase, não com intenção de lhe dar um pedido ou sugestão, mas de tentar entender porque brigam tanto. A pergunta, então, permaneceria no seu sentido literal e a ela não seria acrescentado nenhum sentido.

Portanto, chegamos ao sétimo fato que é: nos casos em que frases como essas são utilizadas como pedidos, elas mantêm o sentido literal, mas a elas é acrescentado um outro sentido. Searle diferencia os dois sentidos da seguinte forma. No caso de a), temos o **sentido da frase** e no caso de b) temos o **sentido do falante**. A partir dessa explanação, Searle passa a explicar como isso pode acontecer a partir da teoria dos atos de fala.

Baseados no quinto fato, podemos concluir que a separação entre sentido da frase e sentido do falante se dá com base em convenções da língua. E a realização intenção de significado em uma frase assim ocorreria de modo parecido com o que ocorre numa ação complexa. Assim, teríamos a seguinte situação. X pronuncia F com a intenção de produzir a representação de Q. Desse modo, X tem a intenção de representação de Q e a realiza por meio da enunciação de F. Portanto, a teoria do significado fica inalterada porque é intenção do falante reproduzir as duas intenções de significado.

Mais uma vez, a interpretação depende de o ouvinte identificar a intenção do falante. Ao ouvir F, o ouvinte identifica o conteúdo intencional dessa frase utilizando as regras convencionais da linguagem, mas também identifica a intenção de representação de Q por meio de F. E isso ele também faz se utilizando regras convencionais da linguagem da enunciação.

Ainda resta entender a metáfora ou o sentido figurado. Nesse caso, o falante diz algo, mas não quer dizer esse algo. A frase enunciada perde seu significado convencional e adquire o significado do falante. Ou seja, assim como no sentido indireto, na metáfora há uma separação entre sentido da frase e sentido do falante. Porém, diferentemente do sentido indireto, na

metáfora o sentido da frase não importa e, levando-se em conta intenção de representação (significado) e intenção de comunicação, só existe o sentido do falante.

Assim, para Searle (1979) um ouvinte interpreta uma metáfora da seguinte forma: 1) ele reconhece o conteúdo intencional convencional do enunciado; 2) ele percebe uma incongruência entre o que aquela enunciação representaria convencionalmente e o que ele entende ser a intenção do falante; então 3) ele descarta o significado convencional e interpreta a frase conforme a intenção de representação do falante (sentido do falante). Esta proposta tem dois problemas.

O primeiro é que Searle já havia defendido que a interpretação se dá baseada nas regras da linguagem. Em outras palavras, o ouvinte reconhece a intenção do falante por causa das regras convencionadas e isso permanece mesmo no sentido indireto. Como seria possível, então, reconhecer a intenção do falante se ela não se baseia nas convenções da linguagem¹²? O segundo problema é de ordem empírica já que, conforme mostraremos no capítulo 3, evidências empíricas apontam para o fato de que metáforas são interpretadas tão rápida e automaticamente quanto o sentido literal.

Para além desse modelo de interpretação, a metáfora se torna mais interessante para nosso estudo sobre o significado e interpretação porque, conforme vimos no começo do capítulo, Searle defende o princípio da expressabilidade, pelo qual todo significado de uma frase pode ser expresso por meio de uma sentença simples. O problema com a metáfora é que, sempre que tentamos parafraseá-la, surge uma sensação de inadequação. Algo falta nessa paráfrase.

Searle afirma que algo faltará no conteúdo semântico da metáfora se não for ela mesma enunciada e sim uma paráfrase. Isso ocorre por dois motivos. O primeiro é a maioria das metáforas permite um número aberto de paráfrases. Ou seja, as possibilidades de parafraseá-las podem ser inumeráveis. Isso não quer dizer que a metáfora aceita qualquer paráfrase, mas que abre um leque direcionado, porém potencialmente infinito delas. O segundo motivo é que a metáfora transmite mais semanticamente do que as condições de verdade do que foi enunciado e fica sendo papel do ouvinte interpretar e entender essas condições de verdade.

De acordo com esse modelo, para entender uma metáfora, primeiro, o ouvinte precisa de estratégias para diferenciar uma frase metafórica de uma que não o é. O modo mais comum

¹² Nos sete princípios do funcionamento da metáfora que Searle (1979, p. 107ss) apresenta, ele relaciona todos com convenções da linguagem. Contudo, eles não são diretamente convencionais. Ao contrário, são inferências a partir das convenções. O princípio 1 depende de uma dedução. Os outros princípios parecem depender de uma abdução, como defenderemos nos capítulos seguintes.

de fazer essa diferenciação é perceber que o sentido literal da frase é defectivo. A segunda coisa que é necessária para entender uma metáfora é que haja princípios associados com a frase enunciada que o relacionem com possíveis valores do(s) sentido(s) pretendido(s) pelo falante. Por último, deve haver estratégias compartilhadas que permitam ao falante e ouvinte limitar a gama de possíveis valores do(s) sentido(s) pretendido(s) pelo falante.

Segundo Searle, uma metáfora que falha em se adequar a essas regras pode ser considerada uma metáfora ruim. Podemos questionar se, de fato, esse critério para definir uma boa metáfora seria um bom critério. Para responder a essa pergunta, podemos usar o exemplo de Manoel de Barros, poeta cuiabano, cujas metáforas fogem muito do comum. No caso dele, não parece haver qualquer estratégia compartilhada entre falante que limitem a gama de valores do significado metafórico. Considerar as metáforas de Barros como ruins é uma atitude precipitada, mas que iremos julgar com cautela no segundo capítulo.

1.9 RESUMO E CONCLUSÃO PARCIAL

Neste capítulo, vimos que o significado, conforme a concepção de Searle, é a função pela qual os atos de fala são realizados. Essa função é composta por condições de satisfação e força ilocucionária. As condições de satisfação e a força ilocucionária provêm da intenção de representação de algum estado Intencional. Por isso, o significado é uma forma derivada de Intencionalidade, em que as condições de satisfação que estão na mente são transferidas para eventos do mundo (falar ou escrever) pela intenção de significado. O falante pode também intencionalizar que sua representação seja entendida por sua audiência, tendo, então, uma intenção de comunicação.

A Intencionalidade, da qual o significado é derivado, se dá quando algum estado/evento mental se direciona a algo do mundo. Isso se dá por meio de condições de satisfação, que são o conteúdo Intencional, e por meio do modo psicológico, que apresenta um aspecto do direcionamento desse conteúdo.

O significado, sendo uma forma derivada de Intencionalidade, se dirige ao mundo passando primeiramente por algum conteúdo mental, no caso a intenção de significado e a intenção de comunicação. É o que ocorre, por exemplo, numa referência, em que as condições de satisfação, intensionais, determinam sua extensionalidade.

Essa apresentação do significado de Searle é bem satisfatória no sentido de que é coerente e se adequa bem ao que percebemos dos atos de fala e atividades com significado que realizamos. Ela também nos auxilia a entender melhor o processo de interpretação de um ato

de fala. Sendo interpretação a captação do significado pelo ouvinte, seu processo consiste num reconhecimento por parte do ouvinte da intenção de representação do falante, que consiste em seu conteúdo Intencional e seu modo de representação. Searle explica que esse reconhecimento depende de regras convencionais que permitem a identificação da intenção.

Contudo, vimos alguns casos, como por exemplo, a referência (cujo funcionamento é semelhante ao da predicação) e a metáfora, em que a interpretação não depende de regras convencionadas. E a proposta de Searle deixa tais casos sem explicação. A seguir, recorreremos à semiótica de Peirce para tentar entender como interpretamos esses casos.

2 INTERPRETAÇÃO E ABDUÇÃO

Neste capítulo abordaremos a interpretação a partir da semiótica de Charles Sanders Peirce. Ele trata de proposições, referência, termos, predicação e outros assuntos específicos dessa área de maneira mais aprofundada em CP 2.309-434. Contudo, para lidar com esses aspectos, é necessário conhecer a base de sua filosofia, pois só assim seremos capazes de entender e avaliar uma filosofia da linguagem de Peirce. E, caso alguma afirmação dele a respeito da linguagem não esteja clara, a partir desse plano de fundo que exporemos, seremos capazes de propor alguma interpretação.

Conforme Ibri (2017) aponta, toda tentativa de entender Peirce deve começar por sua fenomenologia, que divide a experiência em três categorias. Para não se confundir com a corrente fenomenológica nascente na época, Peirce chama sua fenomenologia de faneroscopia, que é o termo que utilizaremos neste capítulo. Por isso, vamos começar expondo a faneroscopia e suas implicações metafísicas.

2.1 FANEROSCOPIA

A base do pensamento de Peirce é sua faneroscopia porque, segundo ele, “Experiência é nossa única professora.”¹³. Isso porque raciocínio, percepção, testemunho, imaginação, memória e qualquer outra fonte de conhecimento deve ser, de alguma forma, experimentada. Por isso, toda sua filosofia parte do estudo da experiência (CP 5.50).

A primeira coisa que podemos perceber ao analisar a experiência é que ela normalmente se evidencia por um confronto bruto, um choque com a alteridade (CP 1.324). Desse modo, a experiência vem de uma reação. O eu, de alguma forma, entra em contato com algo que não é o eu. Tal confronto, choque ou reação é sempre um evento individual, que ocorre com tempo e espaço determinados (CP 7.532). Porque essa reação precisa de dois elementos, sempre um segundo reagindo a um primeiro, que estava ali antes dele e, provavelmente, continuará ali depois dele, Peirce denominou essa categoria da experiência de Secundidade. “A ideia do *outro*, do *não*, torna-se o grande pivô do pensamento. A esse elemento eu dou o nome de Secundidade.”¹⁴ (CP 1.302, destaques do autor).

¹³ Original em inglês: “Experience is our only teacher.”

¹⁴ Original em inglês: “The idea of *other*, of *not*, becomes a very pivot of thought. To this element I give the name of Secondness.”

Ora, se Secundidade é o contato de um segundo com um primeiro. Então uma análise desse primeiro nos levará a outra categoria da experiência, a saber, a Primeiridade. Primeiridade seria não somente aquilo que pode ser experienciado (CP 1.304), mas a própria sensação de experiência também se enquadra na Primeiridade. Qualidades em geral, pertencem à Primeiridade porque é característica dela poder ser experienciada. Por isso, a Primeiridade é, também, um pode-ser, um talvez. Aquilo que pode ser experienciado, mas ainda não é.

Além disso, a experiência de algo se dá numa continuidade, ou seja, experiencio algo ao longo do tempo. A essa experiência de continuidade, Peirce dá o nome de Terceiridade, porque é uma terceira “coisa” que conecta o segundo com o primeiro. No caso, a continuidade junta o segundo com o primeiro. Mas não é só continuidade temporal que está englobada pela Terceiridade. Qualquer categorização, agrupamento de experiências, é Terceiridade porque, embora não seja continuidade temporal, indica algum tipo de continuidade ou generalização. Assim, quando separo determinados objetos experienciados em seres vivos, animais, quadrúpedes, comedores de grama, utilizados para correr, animais que relinham, e chamo os componentes desse grupo que separei de cavalos, isso é uma Terceiridade porque é a experiência de uma generalização. Desse modo, tanto a continuidade temporal, quanto a generalização são algum tipo de mediação porque são elas (continuidade e generalização) que unem os segundos com os primeiros (CP 1.377). O signo, como veremos no subtópico da semiótica, é Terceiridade.

Resumindo, Primeiridade é a sensação, a qualidade em si, que tem a possibilidade de ser experienciada. Secundidade é a reação, o contato com o outro, a alteridade. Terceiridade é mediação, continuidade e generalização. Experimentamos sempre tudo ao mesmo tempo, mas podemos separar logicamente (ou seja, abstratamente) as três categorias.

2.2 O MÉTODO ANTICARTESIANO

O objetivo de Peirce era criar uma teoria tão compreensiva que qualquer estudo posterior da razão humana seria uma complementação do que ele apresentou. Tal objetivo pode parecer muito presunçoso, mas, na verdade, o que se percebe a partir de seus escritos iniciais (e mesmo os finais também demonstram isso), é que sua proposta era muito semelhante à de Descartes. No *Discurso do Método*, Descartes (1981) diz que seu objetivo é estudar a base do conhecimento para propor um método de obtenção da verdade. Peirce (CP 1, p. vii) se propõe a algo parecido. Ele pretende entender o funcionamento da cognição humana e, a partir daí, propor um método para alcançar a verdade. Posteriormente, ele diz que é necessário um estudo

dos métodos para analisar a forma de se propor métodos específicos para disciplinas específicas das ciências.

Só que, enquanto Descartes procurará ver na razão e na intuição a fonte de toda verdade, Peirce é mais cético com relação a esses métodos. No artigo *Some consequences of four incapacities* (CP 5.264-317), Peirce define o cartesianismo com quatro itens: 1) ensina que a filosofia deve começar com a dúvida universal; 2) ensina que o teste último da certeza deve ser buscado na consciência individual; 3) a argumentação vem de um único fio de inferências de premissas indubitáveis; 4) torna alguns fatos inexplicáveis. É contra os itens 2) e 3) que Peirce começa argumentando. E a partir das críticas a esses dois pontos, ele acaba construindo uma teoria que combate os 4 pontos do cartesianismo conforme definido por Peirce. A ideia pregada pelos itens 2) e 3) é resumida na palavra Intuição. Nas palavras do próprio Descartes,

Por intuição entendo não o testemunho flutuante dos sentidos, nem os enganosos julgamentos que provêm das construções erráticas da imaginação, mas a concepção que uma mente desanuviada e atenta nos dá tão pronta e distintivamente que ficamos totalmente libertos da dúvida a respeito daquilo que compreendemos. Ou, o que dá na mesma, *intuição* é a concepção indubitável de uma mente desanuviada e atenta, que brota da luz da razão apenas; ela é mais certa que a dedução ela mesma, uma vez que é mais simples, embora a dedução, como já notamos, não pode ser erroneamente conduzida por nós. (DESCARTES, *apud* SANTAELLA, 2004, p. 38, destaque do autor).

É contra tal meio de conhecimento da verdade direto e certo que Peirce primeiro argumentará contra. E seu ponto de partida no combate ao cartesianismo é lançado numa série de artigos que ficou conhecida, posteriormente, como série cognitiva (*cognition series*), composta por três artigos publicados no *The Journal of Speculative Philosophy*.

Assim, Peirce faz sete perguntas acerca da intuição e as responde para demonstrar que ela não existe (CP 5.213-263). A primeira pergunta é se pela simples contemplação de uma cognição, sem nenhum conhecimento prévio, é possível dizer se ela é uma cognição direta acerca do objeto ou se é mediada por outra cognição. Em outras palavras, Peirce está questionando se possível diferenciar um conhecimento intuitivo (no sentido cartesiano do termo) apenas por observá-lo. Peirce, então, dá exemplos de Descartes e Locke sobre que proposições são intuitivas. O que se percebe ao comparar esses dois é que eles desacordam entre si. E os desacordos mostram que não sabemos quando de fato um pensamento é intuitivo ou não. Em outras palavras, se há intuição, nós não reconhecemos intuitivamente se ela é ou não intuitiva. Nesse caso, a intuição serviria para nenhuma certeza no conhecimento.

A segunda pergunta é se a autoconsciência é intuitiva, ou seja, se temos conhecimento direto, não-mediado de nós mesmos. Peirce utilizará o exemplo das crianças, que acabam tendo

conhecimento de si a partir do conhecimento e identificação do outro. Em outras palavras, é no contato com o outro que eu percebo o EU. Nesse caso, a autoconsciência não é intuitiva, mas inferencial. A terceira pergunta questiona se temos poderes intuitivos de diferenciar aspectos subjetivos de diferentes tipos de cognição. Ou seja, se podemos dizer de maneira direta e certa qual conhecimento nosso é subjetivo ou objetivo ou em que grau o é. Essa pergunta é respondida pela primeira, e prepara o caminho para a quarta. Não temos como saber qual pensamento ou crença é subjetiva e em que grau o é apenas observando esse pensamento ou crença. A quarta pergunta, então, analisa se temos poder de introspecção no sentido de percepção direta do mundo interior. Para responder a essa pergunta, um exemplo pode ser dado. Imagine João andando por uma biblioteca e, sem perceber, ele tropeça no pé de uma das mesas. Com raiva, ele começa a xingar a mesa, a mãe da mesa etc. Quando João percebe sua reação à situação que ele se dá conta que sua raiva ultrapassou foi muito além do necessário. Ou seja, João teve que primeiro perceber sua reação (algo exterior) para entender algo que estava em seu interior¹⁵.

A partir da quinta pergunta, Peirce já começa a apresentar seu entendimento acerca da cognição humana. A quinta pergunta é se podemos pensar sem signos. Ou seja, se todo pensamento se dirige a outro pensamento que lhe é anterior ou se existe algum pensamento que vem diretamente do objeto. Em outras palavras, nas quatro primeiras perguntas, Peirce quer evidenciar que não conseguimos diferenciar um pensamento intuitivo (direto e certo) de um que não o é. A quinta pergunta indaga se existiria algum pensamento que seria, de fato, intuitivo (mesmo que não saibamos que ele é). E Peirce utiliza as respostas anteriores para dizer que não. Se não sabemos intuitivamente qual pensamento é intuitivo e se não conhecemos intuitivamente nem nosso *self*, o que poderíamos conhecer intuitivamente? Nada. Peirce, então, conclui que todo pensamento é signo no sentido de que todo pensamento depende de um anterior.

A sexta pergunta decorre da resposta dada à quinta. Se toda cognição depende de uma anterior, então a cognição não tem significado nenhum já que ela não teria conexão com aquilo que é externo (sempre uma cognição seria anterior à outra)? Ele está aqui inquirindo sobre a fonte das cognições. Se há sempre uma cognição precedente à que estou analisando, de onde surgem elas? Qual a referência delas, digamos assim? Nesse artigo, Peirce diz que a fonte de significado das cognições é a indução. Posteriormente, ele colocará esse papel nas mãos da abdução, conforme veremos na quinta seção deste capítulo.

¹⁵ Podemos utilizar aqui, também, a diferença entre emoção e sentimento. Emoção é o conjunto de respostas químicas e neurais de um estímulo externo. Sentimento é quando essa emoção é percebida. E Peirce defende que essa percepção da emoção é de natureza inferencial.

A sétima e última pergunta é se há alguma cognição que não seja determinada por uma cognição prévia. Aqui ele responde que não, mas conforme Santaella (2004) mostra, essa pergunta o incomodará o resto da vida. E, mais adiante, vamos ver ele reformulando a resposta a essa pergunta. A partir de suas respostas ele desenvolve quatro conclusões, que são quatro incapacidades do homem. As quatro incapacidades são: 1) não temos poder de introspecção; 2) não temos poder de intuição; 3) não podemos pensar sem signos; e 4) Não podemos conceber o absolutamente incognoscível (CP 5.265).

Dessas quatro incapacidades, Peirce deriva três consequências. A primeira é que a cognição é um processo contínuo e toda ação mental se expressa nos três tipos de inferência: dedução, indução e hipótese. A segunda é que, sendo toda cognição um signo, o próprio ser humano enquanto pessoa é um signo. Dessa forma, nós temos que interpretar a nós mesmos. A terceira conclusão é que o signo deve ser constituído de três partes (*representamen*, objeto e interpretante). Isso porque ele é um signo *para* um pensamento que o interpreta (interpretante), é um signo *de* um objeto e é um signo *em* algum aspecto que o permite indicar seu objeto para um pensamento. Só assim uma cognição¹⁶ poderá ser um signo e ao mesmo tempo ser contínua, como já foi evidenciado anteriormente.

As três consequências, resumidamente, são: 1) qualquer certeza, sempre provisória, é uma questão coletiva; 2) a imediação ou diretidade de uma cognição não existe ou, no mínimo, não tem valor intelectual; 3) todo conhecimento é interpretativo (CP 5.318-357). Apesar de parecer bastante cético ou relativista quanto ao conhecimento, Peirce não nega que haja uma verdade absoluta, mas que a busca por ela é um esforço coletivo e muitíssimo mais longo que uma vida. Mas o esforço em direção à verdade será descrito na próxima seção, em que falaremos do pragmatismo.

Porém, antes de continuarmos, é preciso destacar a importância do que foi aqui apresentado diante de nosso interesse investigativo. Ao afirmar que todo pensamento, ou cognição, é mediado pela inferência, Peirce nos leva a reavaliar a questão da origem do significado e da referência. A partir disso, ele destaca o papel da interpretação na atividade cognitiva em geral. Estudar a interpretação é estudar o modo de funcionamento da cognição e, por isso, esse processo é tão importante para ele.

¹⁶ Embora Peirce chame de cognição aqui, o sentido exposto parece ser mais o de *self* do que de qualquer atividade cognitiva, como uma soma (ver SANTAELLA, 2004).

2.3 PRAGMATISMO

A apresentação da crítica ao cartesianismo provindo de Peirce pode dar a impressão de que ele não acredita em verdade ou que considera sua busca uma tarefa irrealizável. Porém, não é assim que ele pensa. Logo após lançar os três artigos da série cognitiva, Peirce escreve seis artigos que ficaram conhecidos como *Ilustrações da Lógica da Ciência*, mas apenas os dois primeiros nos interessam por enquanto.

No primeiro artigo (CP 5.358-387), ele discute o modo pelo qual nossas crenças são fixadas. Antes, ele apresenta seu conceito de crença e dúvida. Crença seria um hábito mental que levaria a uma ação quando surgisse a ocasião. Essa ação não precisa ser física, pois pode ser mental também. A crença seria, então, uma espécie de programação da mente, que a levaria a agir (ou pensar) de determinado modo nas ocasiões especificadas. É cômodo para o cérebro trabalhar com essas programações, porque gastará menos energia. Por causa disso, a mente sempre busca a crença. Quando algum fato ou dado contraditório à crença chega em nossa mente, surge, então, a dúvida. Esta produz um desconforto que nos leva a agir de modo a chegar a um novo estado de crença. A tal esforço, Peirce chama de investigação. A partir disso, ele chega a algumas conclusões: 1) duvidar não é escrever questões (como Descartes propunha com sua dúvida metódica); 2) crença não exige proposições verdadeiras (apenas proposições que satisfaçam o pensamento); e 3) não tem sentido discutir sobre um assunto no qual todos concordam.

O filósofo pragmatista passa, então, a discutir como fixamos a crença. Peirce distingue quatro modos. Os três primeiros, a tenacidade, a autoridade e o a priori, tem suas vantagens, mas apresentam alguns problemas. A tenacidade (escolher o que se quer acreditar e desconsiderar o que lhe é contraditório) esbarra no problema do outro que também pode fazer o mesmo e evidenciar, com isso que esse método é falho por não ter uma característica comunitária. A autoridade tem a característica comunitária, mas falha quando entra em contato com outras comunidades e, por isso, não apresenta a característica da harmonia do conhecimento humano. O a priori pode ser harmonizado, mas também pode variar conforme a época, pois não depende de algo exterior à mente humana.

Por isso, ele propõe que o quarto e último modo de fixação das crenças, o método científico, seja preferível porque, por depender de testes que lhe são exteriores e são exteriores à mente, ele pode ser realizado por várias pessoas (tem a característica comunitária), é passível de se chegar a uma harmonia (tem a característica harmônica) e não depende exclusivamente do raciocínio de cada indivíduo (tem a característica de exterioridade).

Em CP 5.388-410, Peirce começa a apresentar seu método científico. É aqui também que ele dá uma de suas primeiras e mais famosas definições de pragmatismo. O filósofo americano começa dizendo que é necessário para desenvolver o pensamento e se aproximar da verdade tornar claras nossas ideias. E para definir ideias, Descartes usou dois substantivos: clareza (ideias se reconhecem facilmente e não se confunde com nenhuma outra) e distinção (quando tudo na ideia é claro). Contudo, essas duas características não são suficientes para a definição porque elas nada falam sobre como tornar claras as ideias. Para Peirce, ideias só se tornam claras pela observação. Ou melhor, clarificamos uma ideia quando a colocamos como objeto de observação. Desse modo, “[...] não há distinção de significado, por mais fina, que consista em algo além de uma possível diferença na prática.”¹⁷ (CP 5.400). Ele, então, chega a sua máxima pragmática: “Considere quais efeitos, que poderiam concebivelmente ter aplicações práticas, nós imaginamos que o objeto de nossa concepção tenha. Então, nossa concepção desses efeitos é o total de nossa concepção do objeto.”¹⁸ (CP 5.402).

A partir dos artigos seguintes de suas *Ilustrações da Lógica da Ciência*, Peirce começa a esclarecer melhor essa máxima. Uma ideia nasce como uma hipótese. Ela tem certa base lógica, mas precisa ser testada. Utiliza-se, então a dedução para analisar quais as conclusões que se seguem logicamente dessa ideia. Por fim, a indução testará as conclusões lançadas pela dedução. Acontece que, por ser a indução probabilística, quanto maior o número de testes, mais perto da verdade uma ideia estará. Por isso, o método científico precisa ser comunitária. Porque uma só pessoa em seu período curto de vida não consegue realizar tantos testes de modo a se aproximar de maneira segura da verdade.

Essa exposição do pragmatismo começa a nos apontar para a definição de significado para Peirce e, conseqüentemente, aponta que rumos a interpretação deve tomar. Interpretar um conceito é entender os efeitos práticos dele. Por exemplo, no começo de *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez, Macondo sofre uma epidemia de ausência de sono, o que leva a aldeia inteira a perder a memória. Para conseguirem entender as coisas que estavam diante deles, eles escreviam diante de cada objeto (ou animal) o nome e as funções dele. Sabendo, então, o que poderia ser feito com o objeto, eles consideravam que o estavam entendendo. Algo semelhante é apresentado pelo pragmatismo de Peirce.

¹⁷ Original em inglês: “[...] there is no distinction of meaning so fine as to consist in anything but a possible difference of practice.”

¹⁸ Original em inglês: “Consider what effects, that might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object.”

2.4 SEMIÓTICA E MENTE

Semiótica é o estudo da semiose, que seria por sua vez a ação dos signos (formação e interpretação dos signos). Conforme já começamos a mostrar na primeira seção deste capítulo, o signo é o exemplo perfeito da Terceiridade. O signo é uma relação triádica: signo, objeto e interpretante. Ou, nas palavras do próprio Peirce,

[...] um signo se esforça para representar, ao menos em parte, um Objeto, que é em algum sentido a causa, ou determinante, do signo mesmo se o signo representa esse objeto falsamente. Mas, dizer que ele representa seu Objeto implica em que ele afete uma mente, e a afeta de modo a, de algum modo, determinar naquela mente algo que é mediatemente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata, ou determinante, é o Signo, e do qual a causa mediada é o Objeto deve ser nomeada de *Interpretante*.¹⁹ (CP 6.347, destaque do autor).

Talvez essa definição esteja entre as mais completas dadas por Peirce a respeito do signo. O signo é um “intermediário”, que Peirce chama em outros lugares de *representamen*, que representa um objeto e causa algum efeito (interpretante) em uma mente. É importante ressaltar que Peirce pretende estudar todas as atividades significativas, quer sejam produzidas por uma mente, quer não. Um exemplo básico é “onde há fumaça, há fogo”. A fumaça é um signo, neste caso, porque representa um objeto, o fogo, de modo a causar algum efeito em uma mente. Um efeito provável em donas de casa seria o de tirar as roupas do varal e fechar bem as janelas para que as roupas não fiquem com cheiro de fumaça. Um efeito provável nos bombeiros seria prepararem seus equipamentos para a contenção do incêndio. Esse exemplo básico é interessante porque evidencia aquilo que Peirce disse na citação acima: o objeto causa/determina o signo. Neste exemplo, fica claro que o fogo (objeto) causou a fumaça (signo). Mas, e no caso dos signos linguísticos? Em que medida o objeto fogo causa o signo “fogo”? No sentido em que, quando alguma mente quer representar o objeto fogo, essa intenção de representação a leva a utilizar a palavra “fogo”.

Peirce, então, ao falar dessa causalidade ou determinação está falando da produção de signos. Neste caso, na interpretação o caminho é o reverso. É pelo signo que podemos determinar o objeto. Mas outro ponto a ser evidenciado na definição dada de signo é que este produz um efeito em alguma mente. Contudo, é importante destacar que os efeitos são sempre

¹⁹ Original em inglês: “[...] a sign endeavours to represent, in part at least, an Object, which is therefore in a sense the cause, or determinant, of the sign even if the sign represents its object falsely. But to say that it represents its Object implies that it affects a mind, and so affects it as, in some respect, to determine in that mind something that is mediately due to the Object. That determination of which the immediate cause, or determinant, is the Sign, and of which the mediate cause is the Object may be termed the *Interpretant*.”.

possíveis e não necessariamente realizados (CP 2.242). Vimos acima alguns efeitos que a fumaça pode produzir em determinadas mentes. Se não houvesse pessoa alguma para ver esse signo, não implica na não existência de um interpretante. Até porque, conforme é evidenciado na última frase da citação da página anterior, o signo causa o interpretante. Voltando ao exemplo, é característica da fumaça ter o poder de causar o efeito x numa dona de casa, o efeito y num bombeiro e o efeito z em um médico.

Feita essa breve introdução a respeito dos três componentes de um signo (*representamen*, objeto e interpretante), é necessário aprofundar ao menos um pouco na definição destes dois últimos. Um primeiro ajuste em definição que podemos fazer é a do objeto. É preciso não o confundir com o referente da filosofia da linguagem searleana. Objeto é qualquer coisa que possa ser representada por um signo (sem ênfase na palavra “coisa”). Um objeto, para Peirce, pode ser da Primeiridade, da Secundidade ou da Terceiridade. Em “o vermelho é a cor do amor”, “vermelho” é um objeto do signo, mas não é uma coisa que possa ser tocada, por exemplo. É um objeto da Primeiridade. Se falarmos “o martelo é de metal”, “martelo” é objeto e se qualifica melhor com a definição searleana de referente. E no caso de “a teoria psicanalítica é uma pseudociência”, “a teoria psicanalítica” também é um objeto, da Terceiridade, no caso. Embora só o segundo caso seja classificado como existente na definição metafísica de Peirce²⁰, os três objetos são reais e podem ser estudados como tal. Mais à frente vamos ver como é possível fazer referência aos três tipos.

Peirce ainda diferencia dois tipos de objeto, o objeto imediato, que é a forma como o objeto é representado pelo signo, e o objeto dinâmico, que é o objeto em si mesmo (CP 4.356). Por exemplo, quando digo “minha mãe é uma ótima educadora”, “minha mãe” é como o objeto do signo está sendo representado, ou seja, o objeto imediato. Mas a Marina Alves Castro (minha mãe) é muito mais complexa e não redutível ao fato de ser “minha mãe”. Aquele ser de carne e osso, com seus pensamentos e ideias, caráter e personalidade, é o objeto dinâmico. Isso Searle já havia mencionado antes: a representação é sempre de algum aspecto do referente. É isso que Peirce está apresentando aqui também.

Quanto ao interpretante, já mostramos que ele é possível e não necessariamente realizado. Peirce o divide em três tipos. O imediato, o dinâmico e o final. Essa diferenciação se aproxima com a que foi feita com os objetos. O interpretante imediato é aquilo que o signo pode representar a respeito de seu objeto (CP 8.315). O interpretante dinâmico é aquilo que o signo,

²⁰ Existência, para Peirce, é uma característica da Secundidade. A Chance, é a categoria metafísica que permite haver a Primeiridade. A Existência é a categoria metafísica que permite haver uma Secundidade. E a Lei é a categoria metafísica que permite haver a Terceiridade.

de fato, representou para uma mente específica (CP 8.343). E o interpretante final seria tudo o que o objeto dinâmico poderia revelar através de um signo (CP 8.315).

Voltando ao exemplo da “minha mãe”, seu interpretante imediato é aquilo que o signo pode afetar em uma mente. Seu interpretante dinâmico é aquilo que ele, de fato, representou para alguém específico. Seu interpretante final é tudo aquilo que pode ser representado acerca dela. Digamos que “minha mãe”, respeitada a indexicalidade aqui, tenha um poder de representação apenas relacional para alguém que não a conhece “foi a que pariu o autor desta dissertação”. Para alguém que a conhece um pouco, “aquela mulher forte, perfeccionista”. Para algum de seus filhos, “aquela mulher cheia de lutas, mas que não se deixa derrotar”. O interpretante imediato é tudo isso que será atualizado dependendo da mente com a qual esse signo entrar em contato. O interpretante dinâmico é um desses modos como, especificamente, esse signo será atualizado em uma determinada mente. O interpretante final é tudo o que se pode saber sobre a pessoa de carne e osso a qual chamo de “minha mãe”²¹.

Quanto ao signo em si, Peirce faz várias divisões, chegando a um número de sessenta e seis. Mas uma divisão ficou conhecida como a básica ou padrão, que se baseia no tipo de objeto conforme mencionamos anteriormente. Um signo cujo objeto é representado através da Primeiridade é chamado de ícone. Ele é capaz de representar o objeto por meio de semelhança. Um pequeno desenho de uma chama num losango amarelo indica um produto inflamável por meio de uma semelhança. Um signo cujo objeto é representado por meio da Secundidade é chamado de índice. Ele representa por meio de uma relação lógica. Um dedo apontando, por exemplo, tem uma relação lógica com o espaço do objeto referenciado. Por fim, um signo cujo objeto é uma Terceiridade é chamado de Símbolo. Um conceito representa por meio de uma definição que é idêntica a um interpretante dinâmico e, como tal, é também um signo. Ou seja, o objeto deste signo é também um símbolo.

Champagne (2018) destaca que essa divisão dos signos nos aponta para três modos pelos quais os signos representam um objeto: por convenção (símbolo), por causalidade (índice) e por similaridade (ícone). Searle (1969), quando trata da referência e predicação, reconhece a convenção como legítima, e a causalidade como utilizável na língua natural, mas afirma que a similaridade é inútil. Contudo, para Peirce é justamente a terceira que permite que a predicação tenha significado não fazendo referência a um objeto específico. Esse foi um dos problemas

²¹ Podemos dizer que o objetivo do método científico de Peirce descrito anteriormente é chegar ao interpretante final de cada conceito (por meio do pragmatismo). Tal esforço levaria uma eternidade para ser realizado, mas, através de testes constantes, realizados não apenas por uma pessoa, mas por uma coletividade, cada vez mais podemos nos aproximar desse objetivo.

levantados no fim do capítulo um, que a teoria de Searle teve dificuldade em resolver. Mas vamos analisar com mais detalhes essa questão na seção cinco deste capítulo.

Como já apresentamos na segunda seção deste capítulo, toda cognição se dá em signos. Isso implica no fato também mencionado de que nosso contato com o mundo é sempre mediado. Em outras palavras, toda atividade cognitiva consiste em interpretação. E analisar como a cognição se relaciona com o mundo, por exemplo, nos ajudará a entender também como a cognição se relaciona com a linguagem, pois os dois processos são igualmente interpretativos. A relação mente-mundo não é uma relação diádica, mas triádica. De uma maneira bem simples podemos dizer que sempre enxergamos as coisas como signos. E Peirce, como Searle, também vê a origem desse conteúdo mental, dos quais o conteúdo Intencional faz parte, na percepção.

O processo de percepção, numa teoria peirceana, temos três componentes (CP 7.643). O primeiro componente é o percepto, aquilo que se impõe aos sentidos e que não é variável de acordo com nossos pensamentos. Como podemos perceber, o percepto é um componente da Secundidade²². Esse percepto produz em nós um *percipuum*, uma sensação, adequada aos aparelhos sensoriais que temos. O *percipuum*, portanto, é componente da Primeiridade. Por fim, em todo processo de percepção há um julgamento perceptivo. Esse julgamento perceptivo correlaciona aquilo que vemos²³ (no momento da percepção) com aquilo que poderíamos ver e com aquilo que já vimos.

Por exemplo, quando olhamos para o sol se pondo na praia, o percepto é todo aquele horizonte e o pôr-se do sol. O *percipuum* é o aspecto fenomenal experienciado, aquilo que sentimos mesmo sem entender o que é aquilo ou como aquela cena funciona. Ao mesmo tempo, é formado em nossa mente um julgamento perceptivo: como essa cena traz paz e esperança. Podemos lembrar de algum outro momento marcante em que vivenciamos um pôr-do-sol e, automaticamente, achar essa cena visualizada melhor ou pior, mesmo sem utilizar de mecanismos voluntários para fazer essa comparação. Podemos até não lembrar de nenhum momento específico de visualização de um pôr-do-sol, mas inferir, ainda assim, que este não é tudo aquilo que esperávamos. Além disso, podemos caracterizar o que vemos como “belo”, “vermelho-alaranjado”, “barulhento”. Tudo isso que vem junto à sensação é o juízo perceptivo.

²² Aqui e no restante do parágrafo, discordo de Santaella (1993; 1995), pois ela afirma que o percepto é componente de Primeiridade e Secundidade e que o *percipuum* já é componente da Terceiridade. Meu entendimento da questão se aproxima mais do que Champagne (2018) defende, ou seja, uma distinção clara do papel da Primeiridade na percepção.

²³ Utilizo o verbo ver aqui, mas assim como Searle (1983; 2015) em sua apresentação da percepção, considero a visão como paradigmática da percepção como um todo.

Conhecemos porque formamos juízos perceptivos. São os juízos que são passíveis de serem expressos em proposições. São eles que podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos. Que podem ser testados num futuro, e que acabam nos fazendo entender que somos agentes diante do mundo e que estamos tendo tal percepção. Em outras palavras, aquilo que chamamos de signo (que baseia toda atividade cognitiva) ou mesmo aquilo que chamamos de conteúdo Intencional advém desse juízo perceptivo já que é por meio dele que signos mentais se direcionam a coisas do mundo. E isso não está muito diferente do que Searle defendia.

A pergunta que precisamos responder a seguir é como se forma esse juízo perceptivo, pois ele consiste justamente numa interpretação do que é visto. É importante notar que, conforme vimos no parágrafo anterior, essa interpretação pode se utilizar de mecanismos involuntários ou, como tradicionalmente se fala, seu processo pode ser inconsciente apesar de que seu resultado sempre será consciente, caso contrário não se tratará de uma interpretação. O *percipuum*, como já vimos, é formado pela maneira como nossos aparelhos sensoriais captam o percepto. Assim, meu *percipuum* de um mesmo objeto será levemente diferente da pessoa ao meu lado, mas bem diferente do *percipuum* de um cachorro que passa pelo mesmo local, ainda mais diferente do de um morcego e, sobretudo, mais diferente do que o de uma mosca que sobrevoa o mesmo objeto²⁴. Ora, se o *percipuum* é formado pelo funcionamento dos aparelhos sensoriais, como é formado o juízo perceptivo? Peirce responde de maneira simples: por meio da inferência abdutiva. Conforme vimos brevemente na segunda seção deste capítulo, já para o final de sua carreira de pesquisa, Peirce começa a entender o papel da abdução como inferência original, o ponto de partida para a cognição. E, aqui vemos que o juízo perceptivo tem sua origem numa abdução. Esta conclusão, conforme veremos posteriormente, também se aplica à interpretação de atos de fala.

Resumindo, até aqui vimos que, para Peirce, a atividade da cognição é interpretação e, quando pensamos no que nos é exterior, esse processo começa com juízos perceptivos. Em outras palavras, o processo interpretativo da cognição começa na percepção, quando se formam juízos perceptivos. Esse processo interpretativo é realizado através de inferência abdutiva. O mesmo processo é realizado quando interpretamos qualquer coisa, como um ato de fala, por

²⁴ E, conforme apresentado por Searle (2015) e Champagne (2018), como é característica do próprio percepto ser percebido como tal por aparelhos sensoriais específicos, o debatido aspecto fenomênico da consciência passa a ser apenas um componente bioquímico da mesma. Não haveria, então, divisão da consciência em Intencional e Fenomênica como parecem propor Block e Nagel. Com relação ao aspecto fenomênico da autoconsciência, conforme já vimos, Peirce defendia que “percebemos” nosso self por meio de inferências. De alguma forma, julgamentos perceptivos acabam fazendo a diferença entre o que ocorre externamente e o que ocorre internamente e essa diferença é experienciada pela cognição.

exemplo. Por isso, é importante entender como funciona a abdução se quisermos entender como a interpretação de um ato de fala funciona.

2.5 DEFININDO ABDUÇÃO

A abdução é exposta como um terceiro tipo de inferência, devendo ser acrescentada aos tipos tradicionais: dedução e indução. No famoso caso dos feijões, Peirce (CP 2.619-644) explica a ocorrência desse terceiro tipo. Dedução aplica uma regra a um caso e chega um resultado. Numa situação em que todos os feijões de um saco são brancos e alguém tira, vendado, um punhado de feijões, tem-se a seguinte dedução:

Regra – Todos os feijões desse saco são brancos.

Caso – Estes feijões foram retirados desse saco.

Resultado – Estes feijões são brancos.

A indução, por outro lado, infere a regra a partir do caso e do resultado. Em uma situação em que uma pessoa vendada pega um punhado de feijões de um saco sem ver previamente o conteúdo que está no saco há a possibilidade de realização de indução e a inferência seguiria a seguinte sequência²⁵:

Caso – Estes feijões são desta sacola.

Resultado – Estes feijões são brancos.

Regra – Todos os feijões desta sacola são brancos.

O que aqui chamamos abdução infere o caso a partir de uma regra e de um resultado. No caso em que são encontrados numa mesa um saco de feijões brancos e ao lado um punhado de feijões brancos, tem-se uma situação que permite abdução ou formulação de hipótese:

Regra – Todos os feijões deste saco são brancos.

Resultado – Estes feijões são brancos.

Caso – Estes feijões são deste saco.

²⁵ A questão da indução é discutida de maneira mais aprofundada por Peirce em suas *Investigações da Lógica da Ciência*, em Peirce (2008).

Peirce admite, então, que os conceitos de indução e abdução (que nesta ocasião ele chama de hipótese) são aparentemente muito próximos. Mas existem algumas diferenças que permitem separar abdução e indução. Primeiro, a indução permite uma classificação de fatos particulares numa lei geral enquanto a abdução explica a causa desses fatos. Segundo, a indução supõe que casos semelhantes se comportem de maneira semelhante enquanto a abdução supõe um caso diferente do que foi observado. Terceiro, a indução nasce da observação de vários fatos que se relacionam por alguma semelhança, envolvendo probabilidade, já a abdução, embora parta de algo observado, leva a conclusões não observadas e, às vezes, até impossíveis de serem observadas, como uma teoria das origens, por exemplo.

Para entendermos a quarta diferença entre indução e abdução, devemos lembrar que, como evidenciamos, toda cognição depende de uma cognição anterior. Assim, toda cognição é inferencial no sentido de que ela depende de premissas (cognição anterior) para chegar a uma informação (conclusão). Nesse caso, como há três tipos de inferência, é possível analisar os processos mentais e classificá-los de acordo com esses tipos e vice-versa. A quarta diferença se baseia nesse raciocínio e relaciona os tipos de inferência a diferentes processos mentais.

A partir dessas quatro diferenças, Peirce pressupõe uma quinta (apresentada como primeira diferença para ele), que é de gradação de força argumentativa. E, nesse sentido, a indução é mais forte que a abdução. Explicando melhor, a conclusão da dedução é necessária. A conclusão da indução é possível. A conclusão da abdução é uma conjectura. Embora, como veremos mais à frente, Peirce defenda que a abdução tenha grande tendência à verdade, é muito mais difícil convencer alguém utilizando um argumento abduutivo do que se utilizando de um indutivo. Isso também vale para a dedução. A dedução é um argumento muito forte por ter uma conclusão necessária e, por isso, é dada como certa por quem está recebendo uma argumentação. A indução depende de cálculos probabilísticos. Já a abdução é um palpite, um *guessing*.

Por sua dependência muito grande nos fatos observados, a dedução e a indução deixam o conhecimento onde ele já está: não criam nada novo. Apenas apresentam as coisas de forma diferente, ou, como Peirce diria, apenas classificam os fatos. A abdução, não dependente dos fatos, cria ideias. Ele diz: “Uma Abdução é Originária no sentido de que é o único tipo de argumento que inicia uma ideia.” (CP 2.96)²⁶.

²⁶ Original em inglês: “An Abduction is Originary in respect to being the only kind of argument which starts a new idea.”.

Peirce (CP 1.71-74; 2.96; 2.707) dá algumas vezes o exemplo de Kepler para ilustrar o papel da abdução na lógica da descoberta. Kepler percebeu que as órbitas planetárias, especialmente a de Marte, não se encaixavam num modelo circular conforme divulgado na época. Ele, então, supõe que a melhor explicação para o movimento dos planetas é que eles possuíam órbita elíptica. A partir dessa suposição eles realiza cálculos para prever comportamento dos astros e, por fim, testa essas previsões.

Este exemplo aborda duas ideias importantes ao pensamento de Peirce. A primeira é de que a abdução é a base de qualquer esforço científico²⁷. Vários exemplos anteriores e posteriores a ele poderiam ser dados: Arquimedes, Einstein e Heisenberg. Conforme veremos posteriormente, com a clarificação do termo abdução, a narrativa da descoberta desses cientistas se encaixa perfeitamente com o conceito estudado. A segunda ideia importante ao pensamento de Peirce é a dinâmica entre os três tipos de inferência na lógica da ciência. A abdução é o ponto de partida, em que se cria e seleciona a melhor hipótese. Depois, através da dedução é possível perceber os resultados necessários dessa hipótese e fazer previsões. Então, testa-se as previsões e a hipótese é confirmada, ou não, através da indução. Foram esses os passos que Kepler seguiu.

Ora, mas por que então não fazer como Popper e propor que não importa como surjam as hipóteses, o importante é que a dedução seja usada para apresentar previsões e a indução para testá-las? Em outras palavras, por que seria a abdução e seu estudo importantes? A resposta a essas perguntas pode ser ampla, mas uma resposta usada por Peirce (CP 6.530) é que a abdução é necessária por seu critério de economia. Testar uma hipótese tem gastos altos. Testar todas as hipóteses seria impossível. Como a abdução não apenas apresenta hipóteses, mas seleciona a melhor, o trabalho científico se torna realizável. Dando um exemplo do princípio de economia, em seu aspecto básico de esforço, ele diz que “[...] se duas hipóteses se apresentam, uma das quais pode ser satisfatoriamente testada em dois ou três dias enquanto testar a outra poderia tomar um mês, a primeira deveria ser testada primeiro, mesmo que sua probabilidade seja bem menor.” (CP 5.598)²⁸.

No entanto, uma definição de abdução baseada nas obras de Peirce não é tarefa fácil. Silva (2007) realizou um estudo exaustivo e cronológico de todas as ocorrências do conceito de abdução nos materiais publicados de Peirce. Tal estudo evidencia a dificuldade de

²⁷ Este é um ponto em que muitos criticam o filósofo americano. Afinal, quando se faz uma afirmação tão geral, apenas um contraexemplo seria suficiente para negar a teoria. Um contraexemplo é o da descoberta da penicilina por Alexander Fleming, em que a descoberta foi totalmente ao acaso. Porém, pode-se contra argumentar afirmando que acidentes não fazem parte do esforço científico e acontecem em qualquer empreendimento.

²⁸ Original em inglês: “[...] if two hypotheses present themselves, one of which can be satisfactorily tested in two or three days, while the testing of the other might occupy a month, the former should be tried first, even if its apparent likelihood is a good deal less.”

apresentarmos uma definição para o conceito de abdução de Charles S. Peirce. Aqui não pretendemos repetir essa análise exaustiva, mas apresentaremos apenas os textos mais significativos sobre o tema (já que muitas ocorrências do conceito na obra do autor apenas repetem as definições que serão apresentadas aqui)²⁹.

A dificuldade começa no uso de termos. Peirce começa chamando esse tipo de inferência de “raciocínio a posteriori” (W 1.267-269). Posteriormente ele chama de *hipótese* (CP 2.619-644), *abdução* (CP 6.524-525), considera abdução inadequada, volta a utilizar abdução (CP 6.522--547), utiliza o termo *pressuposição*³⁰, *inferência hipotética* (CP 2.511) e, por fim, o que ele mantém nos momentos finais de sua obra, *retrodução* (CP 6.469-470).

Uma explicação para multiplicidade de termos e para as diferentes concepções acerca da abdução ao longo da vida de Peirce, conforme veremos adiante, é dada pelo próprio filósofo: “No que eu disse ali sobre ‘Inferência Hipotética’ eu era um explorador sobre chão ainda não pisado”³¹ (CP 2.103). Ele reconhece que estava tratando de um conceito que podia ser considerado como inovador, ainda que ele tenha apontado que Aristóteles também falara rapidamente sobre o tema e que Leibniz também tenha mencionado uma inferência semelhante. Inovador porque mesmo que esses dois falaram vagamente a respeito desse terceiro tipo de inferência, foi Peirce o primeiro a estudá-lo com atenção e dedicação. Desse modo, por estar em “chão ainda não pisado”, ele reconhece que muitas vezes se equivocou com relação ou conceito e não sabia direito do que estava tratando. Mas, segundo ele, isso de modo algum interfere no conceito em si.

A primeira referência ao conceito de abdução foi em 1865 (W 1.180), em que Peirce menciona um raciocínio a posteriori. Esse texto é a *Harvard Lectures II, on the Logic of Science*. Nele, o americano discorre sobre três tipos de inferência: a priori (raciocínio dedutivo), indução e a posteriori. Aqui, Peirce usa o exemplo do sábio. Nesse exemplo, o raciocínio a priori seria mais ou menos assim:

Apenas coisas sábias têm X características

²⁹ Muitos dos textos e artigos de Peirce, especialmente os expostos nos *Collected Papers* não apresentam uma data de composição. Por isso, utilizamos a abordagem cronológica de Silva (2007) sem, contudo, chegarmos às mesmas conclusões a partir dos textos mencionados.

³⁰ O termo utilizado por Peirce é *presumption*, tradicionalmente traduzido por presunção. Contudo, não acreditamos que o termo presunção em português carregue, da maneira mais adequada, o sentido original. Nossa opção de tradução também se baseia no fato de que *assumption*, do qual *presumption* é anterior (*pre*), é apresentada por Peirce como sinônima de *supposition* logo antes de falar de *presumption* (CP 2.430). Por isso, optamos por traduzir *presumption* por “pressuposição”, acreditando que essa tradução mantém, de maneira mais adequada, o sentido proposto por Peirce quando comparado com a tradicional “presunção”.

³¹ Original em inglês: “In what I there said about ‘Hypothetic Inference’ I was an explorer upon untrodden ground.”.

A conduta Y tem X características
 ∴ A conduta Y é sábia

Ainda nesse exemplo, a indução seguiria o seguinte raciocínio:

A conduta Y foi sábia no caso X
 O caso X' é parecido com o caso X
 ∴ A conduta Y será sábia no caso X'

E o raciocínio a posteriori seria assim:

O homem X pratica a conduta Y
 O homem X é sábio
 ∴ A conduta Y é sábia

A definição básica aqui é que o raciocínio a posteriori infere uma premissa menor. Além disso, como se nota pelo termo, esse tipo de raciocínio é o que infere a causa a partir das consequências. Posteriormente (W 1:425), Peirce dirá que esse é o raciocínio que gera conhecimento, pois o a priori não diz que nada que as premissas já não tenham dito. E, como apresenta as causas possíveis, o a posteriori é o único raciocínio que tem poder explicativo. Nesse sentido, apesar de poder ser transcrito a um silogismo, o raciocínio a posteriori está além disso.

Em *On the natural classification of Arguments* (CP 2.461-516), ele usa pela primeira vez o termo “hipótese” para tratar do conceito que estamos estudando. Aqui, hipótese é apresentada como inferência a partir das qualidades. Peirce chega a sugerir uma probabilidade da equivalência das qualidades. Algum tempo depois, ele reitera a ideia de que a hipótese infere a partir de qualidades e acrescenta que, diante de predicados sem qualquer conexão ou amplamente desordenados, ela é o predicado que apresenta a unidade (CP 5.276). É nesse texto que, pela primeira vez, Peirce relaciona a abdução com emoção³².

³² O sentimento seria a simples reação a um estímulo. A emoção ocorre quando se entende o sentimento. Neste caso, tanto a emoção quanto a abdução envolvem a formulação de uma Terceiridade. O simples confronto (Secundidade) que é a reação ao estímulo, constitutivo do sentimento, precisa ser entendido (um interpretante é acoplado) para se tornar uma emoção. Esse entendimento é mais uma consciência da presença do que uma formulação das regras que envolvem sua presença, que vai além da pura reação ao estímulo.

O próximo texto que Peirce escreveu abordando a abdução foi o já mencionado *Deduction, Induction, and Hypothesis* (CP 2.619-644), em que ele trata do caso dos feijões com o qual abrimos esta seção. Aqui, hipótese é um processo que envolve não apenas a formação de uma hipótese, conforme destacado no que já expomos anteriormente, especialmente a questão das qualidades, mas também a adoção de uma hipótese que também é baseada em inferência: “Quando adotamos uma certa hipótese, não é só porque ela explicará os fatos observados, mas também porque a hipótese contrária provavelmente levaria a resultados contrários aos observados.” (CP 2.628)³³. Ou seja, a adoção de uma hipótese se dá ao levarmos em consideração que a hipótese contrária à que estamos observando levaria a resultados contrários aos que queremos explicar. Por isso, essa hipótese adotada parece ser a melhor. Além disso, o caso dos feijões já aponta para algo que Peirce perceberá posteriormente: a abdução relaciona um fato ou fatos a um conjunto de fatos. Deste modo, por pertencer a determinado conjunto, o fato sobre o qual abduzimos isso é explicado.

A partir dessa base de definição de hipótese, Peirce trabalha em CP 2.694-754 uma forma de transcrever um processo de inferência hipotética em linguagem matemática. Ele começa discorrendo sobre uma dedução provável, depois apresenta uma probabilidade na indução e, por fim, apresenta uma hipótese provável. Cada uma delas apresenta sua forma simples (ideal) e complexa (mais aproximada ao mundo real). No caso aqui, para Peirce, a hipótese seria uma indução das características (CP 2.707). Contudo, embora ele chame de “indução das características”, ele diz que essa inferência hipotética não pode ser reduzida à indução porque, em casos de uma única ocorrência, não há verificação dos fatos, o que seria característico da indução (CP 2.714).

Como exemplo, o estadunidense mostra que Newton não utilizou essa inferência hipotética em sua pesquisa do movimento dos corpos, mas Kepler o fez ao estudar o movimento elíptico de Marte. Nesse mesmo artigo, Peirce vai descrever esse tipo de inferência como “[...] aptidões especiais para adivinhar corretamente [...]”³⁴ (CP 2.753) e que ele é “[...] o desenvolvimento de nossos instintos animais inatos.”³⁵ (CP 2.754).

Após algum tempo, Peirce passa a utilizar o termo retrodução (e considera abdução como um erro de tradução do termo grego *apagogé* [CP 1.65]), que ele define como: “[...] a adoção provisória de uma hipótese, porque toda consequência possível é capaz de verificação

³³ Original em inglês: “When we adopt a certain hypothesis, it is not alone because it will explain the observed facts, but also because the contrary hypothesis would probably lead to results contrary to those observed.”

³⁴ Original em inglês: “[...] special aptitudes for guessing right [...]”.

³⁵ Original em inglês: “[...] the development of our inborn animal instincts.”.

experimental [...]” (CP 1.68). O termo remete ao fato de que aponta para os antecedentes de um consequente. Mais à frente, ele afirma que tal retrodução baseia-se em algo chamado *il lume nature*, em que um ser humano, ou mesmo um animal, por instinto natural, descobre verdades acerca da natureza. Essa ideia de instinto natural é cada vez mais desenvolvida, tanto que em CP 5.581, o filósofo americano chega a dizer que tal instinto é irresistível.

A partir de então, ele começa a dar grande ênfase a esse tipo de inferência como *guessing*, palpite, adivinhação, aparentemente negando que o processo abduativo seja um processo lógico (HP 2.876-879). Ele também segue afirmando a ideia de que a hipótese é a base para a compreensão de qualquer objeto de estudo. Isso porque o autor defende que o raciocínio hipotético introduz uma ideia que dá ordem a uma massa desordenada de fatos. Contudo, mais uma vez ele repete que, por ser *guessing*, não é muito racional.

Discutindo *Hume on Miracles* (CP 6.522-547), Peirce acrescenta o aspecto interrogativo de uma hipótese. Aqui, ele usa o termo abdução que, segundo ele, seria o processo de formulação e seleção de uma hipótese.

O primeiro começo de uma hipótese e o recebimento dela, se *como uma simples interrogação* ou com qualquer grau de confiança, é um passo inferencial ao qual eu proponho chamar de **abdução**. Isso incluirá uma preferência para qualquer hipótese sobre outras que explicariam igualmente os fatos, desde que essa preferência *não seja baseada em nenhum conhecimento prévio* que sustente a verdade da hipótese nem em nenhum teste, depois de as ter admitido provisoriamente. Eu chamo todas essas tais inferências pelo nome peculiar, abdução, porque sua legitimidade depende, em tudo, de princípios diferentes daqueles de outros tipos de inferência (CP 6.525, itálico acrescentado, negrito destacado pelo autor)³⁶.

Podemos fazer algumas considerações a respeito do texto acima. A primeira se refere ao primeiro destaque que fizemos no texto. A interrogação parece ser vista aqui como o ponto de partida para a formulação e seleção de uma hipótese. Antes de ter qualquer grau de confiança em relação à hipótese, ela é recebida através de uma interrogação. Parece, portanto, que interrogações são pontos de partida para abduções.

Uma segunda consideração a ser feita a respeito desse trecho é que alguém poderia argumentar com base no segundo trecho destacado que abdução não teria nenhuma base por trás para sustentá-la, já que ela exige não haver qualquer conhecimento prévio. Contudo, não

³⁶ Original em inglês: “The first starting of a hypothesis and the entertaining of it, whether as a simple interrogation or with any degree of confidence, is an inferential step which I propose to call **abduction**. This will include a preference for any one hypothesis over others which would equally explain the facts, so long as this preference is not based upon any previous knowledge bearing upon the truth of the hypotheses, nor on any testing of any of the hypotheses, after having admitted them on probation. I call all such inference by the peculiar name, **abduction**, because its legitimacy depends upon altogether different principles from those of other kinds of inference.”

parece ser isso que Peirce está defendendo. Isso porque, como já vimos no caso dos feijões, uma abdução depende de uma regra inicial para ser formulada. Além disso, o exemplo de Kepler endossa o caso dos feijões: para que Kepler propusesse que a órbita marciana tivesse um percurso elíptico, ele tinha que ter um conhecimento prévio sobre como funcionavam as elipses, o que ele de fato tinha.

O que Peirce está defendendo aqui é que a hipótese não pode ter conhecimento prévio que sustente a verdade, que dê garantia ou que mostre qual é a melhor hipótese. A hipótese é formulada através de *guessing*, e não funciona como os outros tipos de inferência. Isso, contudo, não implica que ela não possa ser traduzida em linguagem formal.

Isso fica mais claro em CP 2.755. Aqui, ele esclarece o que discutimos sobre *Hume on Miracles*, em que ele afirmou que a abdução não se baseia em conhecimento prévio. Mas, como já foi exposto, tal afirmação de Peirce é sobre a certeza do que foi abduzido: a observação não dá essa certeza. Porém, a abdução não seria possível sem a observação ou sem fatos conhecidos. Posteriormente, em *Later Reflections*, ele deixa bem claro que a formação e seleção de hipóteses podem ser ajudadas por conhecimento prévio (CP 7.37). Nesse mesmo texto, ele explica que, pela abdução, pressupomos que os fatos a serem explicados fazem parte de um conjunto de fatos (CP 7.36). Esse pertencimento permite a apresentação da causa e explicação do fato. O exemplo de Kepler pode ser usado mais uma vez: o cientista pressupôs que o movimento de Marte se encaixava dentro do conjunto de movimentos elípticos.

A aproximação entre abdução e interrogação continua em HP 2:895-900. Peirce diz que, como interrogação, a abdução deverá ser testada e respondida. Nesse mesmo texto, ele afirma que toda proposição é uma hipótese na medida em que não há relação evidente entre a proposição e a realidade, a menos que, posteriormente, a proposição seja testada a partir de indução.

Em outro momento, Peirce faz a seguinte afirmação: “Não haveria lógica em impor regras e dizer que elas **devem** ser seguidas até que se estabeleça que o propósito da hipótese as requer.” (CP 7.202). Aparentemente Peirce está negando que haja necessidade de estudar regras lógicas para o funcionamento de uma abdução, especialmente no processo de seleção de hipóteses que é o que ele está lidando no momento. Contudo, ele mesmo estabelece uma regra lógica para esse processo: a economia. Além disso, ele coloca uma condicional: o propósito da hipótese deve requerer tal regra.

Peirce também aponta que a hipótese constrói uma teoria para explicar os fatos (CP 7.218-222). Essa teoria pode ser uma teoria científica, em que se aponta uma regra para

determinados casos, ou pode ser simplesmente uma proposição que explique fatos (coloque em ordem fatos desordenados). A partir disso, testes poderão ser realizados.

Em *The Logic of History* (CP 7.223-255), Peirce apresenta a abdução dentro da lógica formal, mas com elementos de incerteza e indeterminação. Aqui, ela ocorre quando o termo maior de um argumento é conhecido como verdadeiro a partir do médio, mas não se sabe que o médio é verdadeiro a partir do último. Portanto, quando não estamos com certeza a respeito da premissa menor, mas, mesmo assim, ficamos inclinados a aceitá-la, temos uma abdução. Posteriormente, ele explica essa inclinação a aceitar essa premissa por haver afinidade entre mente e natureza (CP 2.776).

Em seguida, Peirce lança um texto em que questiona suas próprias definições de abdução (CP 2.79-118). Ele afirma que formas lógicas não são tão importantes para a abdução e diz que apenas de forma indireta a probabilidade importa para a abdução. Aqui, ele está justamente criticando seus apontamentos em *A Theory of Probable Inference* (CP 2.694-754). Mesmo assim, ele acredita que a descoberta possa ser estudada por aspectos lógicos, mas deixa de descartar aspectos psicológicos. Ele reendossa esse ponto em CP 5.172, em que afirma que os dois momentos da abdução (*insight* e seleção de hipóteses) são instintivos e que a psicologia pode ajudar a explicá-los sem deixar de fora a lógica.

Com relação à presença de uma forma lógica para a abdução, Peirce diz que

Deve ser lembrado que abdução, embora pouquíssimo dificultada por regras lógicas, é, não obstante, uma inferência lógica, afirmando sua conclusão apenas problemática ou conjuntamente, é verdade, mas, não obstante, tendo uma forma lógica perfeitamente definida (CP 5.188)³⁷.

Aqui ele defende claramente uma forma lógica para a abdução, mesmo ela sendo tão “livre” de regras lógicas por ter uma conclusão apenas conjectural. Em sua próxima referência à abdução (CP 5.590-604) acrescenta que a lógica da abdução tem a ver com seu processo de seleção, que utiliza o critério lógico da economia. Nesse mesmo texto, ele defende que a

³⁷ Original em inglês: “It must be remembered that abduction, although it is very little hampered by logical rules, nevertheless is logical inference, asserting its conclusion only problematically or conjecturally, it is true, but nevertheless having a perfectly definite logical form.”

abdução tende à verdade porque, pela Evolução³⁸, a natureza fecunda a mente humana com ideias que são dela (CP 5.591). Ou seja, o ser humano pensa como a natureza “pensa”³⁹.

Chegando perto do fim de suas obras e de suas referências à abdução, Peirce menciona que a abdução se baseia, mesmo que de modo indireto, num raciocínio diagramático (NEM 4:319-320). Um diagrama, para Peirce, é um ícone e, como tal, é um tipo de signo que se relaciona com seu objeto por suas características (CP 2.247; 2.279). Note, então, que o filósofo estadunidense não descartou a relação entre abdução e uma probabilidade dependente de características totalmente, o que nos leva a rever sua negação do que ele chama de “indução das características/qualidades”.

Em *Logic and Scientific Method* (CP 7.49-138), Peirce apresenta um equilíbrio entre a abdução como lógica e como instinto:

Ela não é (sempre considerando-a em sua completude) de natureza racional, já que, sendo infalível, não é aberta a crítica, enquanto racional significa, essencialmente, autocrítica, auto controlador e autocontrolado, e, portanto, aberto a incessante questionamento. Mas essa infalibilidade instintiva é carregada pelo exercício da razão, o qual está sempre sujeito ao engano e ao erro (CP 7.77)⁴⁰.

Se a abdução fosse plenamente instintiva⁴¹, este texto diria que ela não estaria sujeita a erros. Contudo, o fato de ser conduzida pela razão faz com que haja falhas. Mais uma vez podemos conectar isso com o Evolucionismo de Peirce. À medida que o universo é moldado por Lei e o instinto é um hábito, que se relaciona a essa Lei, o instinto não erra sobre o universo. Contudo, há Chance, além de Lei, e ela ainda está presente no universo, de modo que são necessárias generalizações para passar da Chance para Lei, mas isso pode não é um

³⁸ Peirce entende o universo como estando num processo de Evolução, semelhante ao exemplo que dei da mecânica quântica em relação ao elétron. Se pensarmos que, num Big Bang, todas as partículas funcionavam como um elétron, sendo indefiníveis em sua localização e velocidade (Chance), a partir da expansão os elementos começaram a se definirem (Existência) e funcionarem de maneira semelhante em contextos semelhantes (Lei), os três aspectos da realidade propostos por Peirce se exemplificam e a realidade passa do primeiro (Chance) em direção ao terceiro (Lei). Essa passagem da Chance para a Lei é chamada de Evolução (ou Evolucionismo) por Peirce. Para mais informações a respeito disso, ver Ibri (2017).

³⁹ Em outras palavras, o que Peirce está defendendo aqui é semelhante ao que Searle fala da percepção: nossos aparelhos sensoriais foram programados pela evolução para captarem a realidade. Peirce diz que, de forma semelhante, nossa cognição evoluiu de modo a captar, com certa eficiência, o modo de funcionamento do mundo.

⁴⁰ Original em inglês: “It is not (always considering it in its entirety,) of a rational nature, since, being infallible, it is not open to criticism, while ‘rational’ means essentially self-criticizing, self-controlling and self-controlled, and therefore open to incessant question. But this instinctive infallibility is brought about by the exercise of reason, which is all along subject to blunder and to go wrong.”

⁴¹ Instintiva aqui leva a carga semântica do que expusemos em 2.2 como Intuição.

procedimento sempre viável. A razão também passa da Chance para Lei e, por isso, pode falhar⁴².

Em sua *Letter to Paul Carus* (CP 8.227-238), volta a criticar suas afirmações anteriores sobre hipótese e retoma o termo retrodução com o qual permanecerá até sua última menção ao conceito. Ele diz que confundiu muito Hipótese e Indução (CP 8.227) e que muitos não reconhecem a Hipótese porque apenas pensam em lógica de maneira formal (CP 8.228). Tal afirmação parece sugerir que Peirce nega que Hipótese possa ser descrita de modo formal. E em *Letter to F. A. Woods* (CP 8.385-388), ele volta a relacionar Retrodução e Inferência Hipotética e a falar da dificuldade de tratar as características lógicas dela.

Na última ocorrência ao conceito nos escritos de Peirce, *Lecture I* (MS 857:4-5), ele explica porque voltou a adotar o termo Retrodução. O motivo é que esse termo expressa melhor o conceito de explicar o consequente pelo antecedente.

Após passarmos pelos textos em que Peirce trata da abdução, temos condição de tentar propor uma definição peirceana de abdução. Essa definição precisa levar em conta alguns fatores: 1) o próprio Peirce reconhece não dominar o assunto por ser pioneiro nele; 2) por isso, uma afirmação isolada, mesmo que num período posterior, pode ter peso, mas não pode ser definitiva para definir o conceito de abdução; 3) além disso, as críticas que o próprio Peirce faz a suas próprias definições do conceito também não podem ser definitivas por dois motivos: a) primeiro, ele permanece dizendo que tem dificuldade de trabalhar com o conceito, mesmo quando faz autocríticas; b) segundo, suas autocríticas não explicam **porque** rejeitar definições anteriores, apenas falam que ele confundiu abdução e indução (mesmo quando ele fala claramente sobre probabilidade, ele não explica de modo claro porque ela não pode fazer parte da abdução); 4) devemos levar em conta características gerais do pensamento peirceano ao procurar definir abdução.

Além desses fatores a serem levados em conta, podemos mencionar detalhes do conceito de abdução que permanecem ao longo dos anos e/ou que não são questionados: i) abdução como inferência do antecedente pelo consequente e, portanto, como explicação, apresentando as causas; ii) abdução como processo de formação e seleção de hipóteses; iii) abdução como instinto ou *il lume nature*; iv) abdução tendo como base o questionamento; v) Kepler como exemplo máximo de uso da abdução na ciência; vi) abdução como relação de um fato (ou fatos) a um conjunto de fatos, dando ordem a fatos desordenados (e.g. proposição); vii) a abdução é

⁴² Santaella (2005) afirma que, nos escritos em que Peirce estava com maior idade, a abdução passa a se relacionar com a Primeiridade. Contudo, o que percebemos é que a abdução é o processo pelo qual se passa da Primeiridade para a Terceiridade.

anterior a testes. Também é bom apresentar detalhes que são mudados ou questionados ao longo dos anos: α) abdução como lógica formal; β) abdução como relação de probabilidade entre característica/qualidades; γ) abdução tendo como base conhecimentos prévios.

A partir dos fatores a serem levados em conta e dos detalhes da abdução que permanecem mesmo diante das autocríticas, poderemos discutir com cautela os detalhes questionados/alterados e propor uma definição peirceana de abdução. Começaremos com o detalhe γ), por ser mais simples e já ter sido discutido ao longo da apresentação das citações acima e continuaremos em ordem decrescente.

Em CP 6.525, Peirce parece ir contra a ideia de que a abdução leva em conta conhecimentos prévios (γ). Tal pensamento faz sentido já que o autor define algumas vezes essa inferência como originária e inicial no processo de raciocínio. Afinal, se ela é capaz de criar ideias novas, ela deve ser independente das antigas. Caso contrário, será apenas uma reafirmação das mesmas em outras palavras, como o é a dedução.

Contudo, como já vimos, não é exatamente isso o que o autor quis dizer. Não são esses conhecimentos prévios que garantem a certeza da nova ideia, concluída a partir de abdução. Eles apenas servem de base para que a nova ideia surja. Ora, se uma das características que Peirce permanece relacionando à abdução é o item vi) dos detalhes (relação de um fato a um conjunto de fatos), é necessário que a pessoa a abduzir tenha conhecimento desse conjunto de fatos. É a relação que é nova. É essa relação que, embora possa se basear em características, não há motivo nenhum que evidencie (antes do teste, ou seja, na abdução) que seja sustentada. Peirce percebe isso e em CP 7.37, ele admite que a abdução só funciona com conhecimentos prévios.

A característica β) que foi rejeitada por Peirce talvez seja a que ele mais combateu ou se arrependeu de haver apontado. Em seu texto *A Theory of Probable Inference*, ele propõe uma fórmula para estudar a probabilidade de relação entre característica que, aparentemente, seria a base para a abdução. Contudo, em CP 2.79-118, ele diz que estava confundindo a abdução com indução das características.

Um ponto a considerarmos antes de simplesmente descartarmos a Inferência Hipotética Provável. O exemplo dos feijões, que é básico para explicar o conceito do ponto de vista peirceano, se baseia nas características. Alguém abduz que o punhado de feijões brancos foi tirado do saco onde tem apenas feijões brancos com base em suas características semelhantes. Poderíamos pensar que, caso o punhado fosse formado por metade de feijões brancos e metade de feijões preto e que o saco fosse apenas de feijões brancos, a “força” ou “irresistibilidade” com a qual adotariamos a hipótese de que são do mesmo saco seria grandemente prejudicada.

O caso considerado por Peirce como perfeito acerca da abdução, que foi o de Kepler, aparentemente não se relaciona com as semelhanças. Contudo, quando se lê em Kepler (1992, p. 543), que ele buscou explicações para o fato de que a largura da órbita de Marte ser bem menor do que a esperada. Ora, uma forma oval de mesmo diâmetro costuma ter a largura menor que uma forma esférica. Essa característica de ter uma largura menor foi o que o levou a buscar explicações e a que apareceu primeiro e o que o satisfaz foi o formato elíptico do movimento de Marte.

Peirce diz que a probabilidade que ele atribui à inferência hipotética com base nas características deveria ser atribuída somente à indução. Mas ele não explica o porquê. Ao contrário, poderíamos pensar que a probabilidade da indução e da abdução têm bases diferentes. Enquanto a indução usa a probabilidade para **testar** uma teoria através de repetidas observações e testes, a probabilidade poderia se relacionar, com base nos exemplos dados acima, à **seleção** de uma hipótese anterior a qualquer teste. Já que o ser anterior a testes é uma das características básicas e permanentes da abdução (ponto vii)), parece não haver contradição no fato de tanto a indução quanto a abdução terem probabilidade porque a distinção entre elas permanece clara.

O filósofo americano, em CP 2.102, fala que a probabilidade na abdução poderia ser considerada apenas de forma indireta. Contudo, utilizando os exemplos que ele mesmo cita, parece ser possível que ela esteja, sim, presente na abdução. Separando o que Peirce chama de dois momentos da abdução (*insight* e seleção de hipóteses) (CP 5.172), sugerimos que a probabilidade não parece ser importante no *insight* (ou formação da hipótese), mas **pode** ser importante na seleção. Conforme veremos no próximo capítulo, podemos definir o princípio da economia como um menor acréscimo de dados da conclusão a partir das premissas. A probabilidade a partir de características tem um papel nesse princípio, já que ela apresenta justamente a proximidade (presença de um menor número de dados a mais) entre a conclusão e as premissas.

Por fim, o ponto α) que é debatido por Peirce será questionado também. Em *On the natural classification of Arguments; Some Consequences of Four Incapacities; Deduction, Induction, and Hypothesis; A Theory of Probable Inference; Abduction and Perceptual Judgments*; e *On Selecting Hypothesis* Peirce parece tratar a abdução como parte da lógica formal. Contudo, em outros textos como *Letter to Paul Carus* e *Abduction, Induction, and Deduction*, ele parece defender que não há como descrever a abdução em linguagem lógico-formal.

Uma solução inicial para esse impasse já foi apresentada quando comentamos brevemente o *Logic and Scientific Method*. Porém, aqui gostaríamos de expandir melhor essa

solução. Para isso, vamos relacionar o ponto iii) permanente na teoria peirceana com o fator 4) a ser levado em conta.

Durante muito tempo, a abdução é tratada por Peirce como *il lume nature*, um instinto natural que traz luz à natureza, aumenta nosso conhecimento sobre ela. Uma luz provinda de e acerca da natureza. Algum leitor mais inexperiente de Peirce poderia ler algum desses textos isolados e ver essa característica da abdução como algo mágico ou encantado. Contudo, isso se dá devido a um mal entendimento da metafísica do filósofo.

Quando se leva em conta o que Peirce entende por universo, percebe-se o quão natural a abdução é. Conforme já exposto, o universo peirceano é mental, ou tem características mentais. A mente e a natureza funcionam de forma semelhante. Por funcionar de modo semelhante, a mente humana, e de outros animais também, têm um instinto que leva à verdade sem o grande esforço do raciocínio indutivo. Isso não é um passe de mágica. Isso não precisa levar a um panteísmo. Não é o universo que tem um espírito que funciona semelhante a nossa mente. Mas nossa mente, que é relacionada ao material e natural, que funciona do jeito que funciona por ser material e natural. Por isso, Ibrí (2017) chama o universo peirceano de *kósmos noetós*, universo inteligível.

Para explicar melhor o que foi apresentado no parágrafo anterior, tomemos o exemplo da evolução. Sobrevive a espécie (ou o gene, no neodarwinismo) que consegue se adaptar ao meio. Essa adaptação depende de algum tipo de percepção do ambiente (mesmo as bactérias têm algum tipo de percepção) e uma reação adequada à sobrevivência a partir dessa percepção. Ora, uma espécie cujo aparelho perceptivo gerasse, por exemplo, apenas ilusões ou alucinações dificilmente sobreviveria. Por isso, é bastante aceitável entender que as espécies que hoje existem têm uma percepção adequada do meio. Adequada no sentido de que proporcionam uma reação que permite a sobrevivência. E isso parece pressupor uma percepção verdadeira e, no caso da abdução, juízos perceptivos verdadeiros.

Desse modo, a racionalidade não é uma característica que o humano impõe ao universo, mas que o universo impõe ao humano. Portanto, o fato de ser intuitivo não implica em ser ilógico ou impossível de ser transposto em lógica formal. Pelo contrário, o fato de ser intuitivo implica em ser natural e a natureza é inteligível no sentido de que seus fenômenos podem ser transcritos em fórmulas. Sendo um fenômeno muito antigo da natureza, é aceitável dizer que, numa perspectiva peirceana, a abdução também pode ser transcrita em fórmulas.

Diante do exposto, podemos estabelecer uma predefinição da abdução peirceana como o seguinte: processo inferencial de formação e seleção de hipóteses para dar explicações, apontando causas para fatos observados; esse processo, por meio de uma proposição, organiza

fatos aparentemente aleatórios (ou seja, estabelece relação) e considera um fato surpreendente como parte de um conjunto de fatos a partir de conhecimentos prévios, mas sem testar a hipótese escolhida; tal processo pode se iniciar com interrogação e se utilizar de probabilidade para selecionar hipóteses a partir de características.

Portanto, quando afirmamos que a abdução produz o juízo perceptivo queremos dizer que ela organiza os perceptos aparentemente aleatórios, estabelecendo uma relação entre eles, podendo considerar fatos previamente conhecidos para estabelecer tal relação, ou mesmo uma probabilidade a partir de comparações com as características dos perceptos. A partir dessa predefinição, faz sentido o fato de Peirce relacionar abdução e memória e, principalmente, abdução e significado.

Para começar, signo é abdução, de acordo com o americano. Isso porque a relação entre interpretante e objeto que o signo faz sempre provém de uma inferência abdutiva. Um exemplo comumente utilizado é o da referência ao coelho. Quando estamos ensinando a uma criança as palavras e apontamos para o animal roedor, com orelhas longas, pelo branquinho e olhos vermelhos e falamos “coelho”, a interpretação que a criança faz para aprender que aquele animal é um coelho é abdutiva pelos seguintes motivos: 1) ela não tem certeza se o que está sendo apontado é o pelo, as orelhas, os olhos vermelhos ou o coelho como um todo; 2) ela tem que supor que o que está sendo nomeado é uma classe de objetos (ela poderá encontrar outros coelhos) e não um objeto único (nome próprio); 3) ela supõe que seja o coelho como um todo que está sendo apontado e não apenas o pelo ou os olhos porque, como já aconteceu antes na vida dela, quando se quer apontar uma característica específica de um objeto, se aponta mais de perto e quando se quer destacar o objeto inteiro, não há problema em se apontar de longe (adequa um fato diferente a um grupo já conhecido; conhecimentos prévios); 4) ela pressupõe que o que está sendo nomeado é uma classe e não um objeto específico porque a maioria das vezes em que se apontou um objeto antes cuja classe ela não conhecia antes o que foi nomeado era uma classe e não um indivíduo (probabilidade para seleção de hipóteses).

Tendo em vista a abdução como processo de semiose (produção e interpretação de signos) o significado metafórico começa a ser entendido com mais clareza. A metáfora envolve um processo natural de abdução. Ela pode se basear nas características (“o amor é nunca contentar-se de contente”⁴³), pode considerar o objeto a ser significado como parte de determinado conjunto (“o amor é fogo que arde sem se ver”), pode estabelecer relações (“amor é querer estar preso por vontade”), pode se iniciar com um questionamento (“Mas como causa

⁴³ Exemplos de metáforas a seguir retiradas do famoso soneto de Camões “O amor é fogo que arde sem se ver”.

pode seu favor / nos corações humanos amizade?”⁴⁴). Enquanto no pensamento de Searle, a metáfora era um modo anormal de significação, em Peirce é um modo normal pelo qual a mente humana chega ao significado.

Também é importante destacar que, conforme vimos no final do capítulo anterior, a interpretação da linguagem natural parece não seguir as regras formais estabelecidas por Searle. Quando levamos em conta, então, que a interpretação da linguagem passa por uma inferência abdutiva, esse processo interpretativo começa a ficar mais claro. A seguir, veremos como Peirce lida com as características de uma proposição como questão de comparação com a proposta de Searle. No capítulo seguinte, o terceiro, veremos como a abdução se relaciona com esses aspectos da proposição.

2.6 FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE PEIRCE

Peirce trata das questões relacionadas às proposições em seu estudo sobre o que ele chama de dicissigno (CP 2.309-434). Dicissigno seria todo signo que veicula informação. Os outros signos permitem que informações sejam derivadas, mas o dicissigno seria o único que veicula informação. Para isso, é necessário que o dicissigno seja formado por duas partes: um sujeito e um predicado. Um dicissigno ou é verdadeiro ou é falso e não provê, em si mesmo, razões para ser um ou outro. Outra característica do dicissigno é que ele faz uma referência a uma Secundidade, ou seja, a um relato, a um existente. Por isso, um dicissigno deve representar a si mesmo como Índice genuíno.

Por causa disso, um dicissigno tem dois objetos: um real (objeto primário) e um que é a referência a este objeto real, ou a relação entre o signo e o objeto real (objeto secundário). Desse modo, segundo Peirce, toda proposição deve ter referência a si mesma. Contudo, como ele mesmo argumenta, embora um dicissigno como um todo seja um símbolo (tenha outro signo como seu interpretante) e o dicissigno tenha o objeto primário como sendo referido em seu interpretante, então ele não pode ser apenas símbolo, mas Índice (que tem o objeto como interpretante). Porém, o dicissigno, como dito, deve fazer referência a si mesmo (pelo objeto secundário) e nem o Índice nem o Símbolo fazem referência a si mesmos, então o dicissigno também deve conter um aspecto de Ícone que, nele, é representado como uma parte do objeto.

⁴⁴ No próximo capítulo apresentaremos com mais precisão a relação entre metáfora e abdução. Aqui apresentamos de maneira incipiente essa relação apenas para mostrar que é bastante intuitivo estabelecer uma relação entre as duas.

Por exemplo, quando digo “a grama é verde”, tenho um dicissigno. Ele é um símbolo porque ele tem como interpretante outro signo, ou seja, tomando o exemplo de Searle, seu significado pode ser expresso em outra frase. Contudo, ele não é apenas um signo porque ele faz uma referência a um ser específico, no caso, a grama. Portanto, ele deve ser um Índice. Deve apontar e possibilitar a identificação de algo que exista. Além disso, ele também destaca que essa grama, que faz parte de si mesmo como dicissigno, tem alguma característica (“verdade”), uma qualidade, e, portanto, também é Ícone. Assim, mais uma vez, reforçamos o que já foi exposto de que há referência por comparação e semelhança de qualidades. O dicissigno, portanto, veicula informação justamente porque identifica algo existente e acrescenta uma informação sobre ele.

No famoso caso problema do rei da França, para Peirce (CP 2.315), não há sentido em dizer que “o rei da França é careca” não porque essa frase não tenha significado, mas porque com essa frase eu pretendo acrescentar informação sobre algo existente quando, na verdade, esse algo não existe. Dizer que o rei da França é careca ainda tem significado mesmo que não faça referência porque essa proposição estabelece condições em que o mundo deveria estar para que seja verdadeira. Só não é o caso de que seja verdadeira.

Antes de continuar, é importante definir bem o que é significado para Peirce. De tudo o que vimos na seção sobre semiótica, podemos perceber que significado é o efeito que um signo causa a uma mente, ou seja, o interpretante do signo. Contudo, é importante levar em conta que esses efeitos podem ser variados conforme a maneira com a qual o objeto é apresentado pelo signo (objeto imediato) ou mesmo o tipo de objeto (dinâmico). Por isso, na máxima do pragmatismo, Peirce definiu o significado pleno de um conceito como o conjunto total de efeitos que o mesmo poderia causar.

Posteriormente, Peirce esclarece um pouco melhor suas ideias de referência e predicação. Ele distingue amplitude informada, que são todas as coisas reais das quais um termo é predicável num certo estado de informação, de profundidade informada, que são as características reais que podem ser predicadas desse objeto. Se digo “o abajur é branco”, a amplitude informada é todo abajur que se encaixa com a informação dada (é branco) dentro do contexto em que digo. Neste caso, se digo isso, de um abajur de um quarto específico, apenas aquele abajur específico é a amplitude informada. E profundidade informada são as características desse abajur. A característica informada é a brancura.

Amplitude informada seria então o modo de referência a um objeto real e profundidade informada seria uma referência às características desse objeto. Agora, como seria possível realizar a referência a um objeto e como referenciar uma característica? Ora, a referência a um

objeto real seria feita pela atenção, que, na definição de Peirce, seria uma modificação dos conteúdos cognitivos tendo em vista um centro. Neste caso, o centro seria objeto. Quando se diz “o abajur é branco” a atenção se direciona ao abajur. E a referência não seria bem-sucedida se a atenção do ouvinte não se direcionasse a ele, como nos casos de ambiguidade tratados por Searle.

E a referência a uma característica, como funcionaria? Peirce chama esse processo de *prescissão*, que consiste em imaginar-se em situações em que certos elementos não podem ser determinados. Assim, ao tratarmos da “brancura” do abajur, a mente teria que imaginar em que o objeto não teria forma definida, apenas a cor. Então a mente se focaria na característica, permitindo uma referência à qualidade. Isso, contudo, não é o que a mente faz naturalmente para perceber ou reconhecer o branco. É apenas uma abstração caso queiramos definir a brancura.

Tendo em vista essas conceitualizações a respeito da proposição, da referência e da predicação, Peirce conclui que a significação (sentido literal) de um termo são todas as qualidades que o próprio termo indica e a significação de um termo são todas as implicações que ela permite.

É importante lembrar aqui o papel da abdução na referência em processos de aquisição de linguagem. Voltando ao exemplo do coelho, a atenção é voltada ao objeto como um todo por uma abdução. E quanto à referência a uma qualidade, devemos lembrar o papel da abdução na percepção, formando juízos perceptivos e são esses juízos perceptivos que dão a possibilidade da *prescissão*. Assim, também no sentido literal, a abdução é o ponto de partida para o entendimento e mesmo aquisição da linguagem.

2.7 RESUMO E CONCLUSÃO PARCIAL

Neste capítulo, vimos brevemente um pouco da proposta teórica de Peirce, passando por sua faneroscopia, seu método anticartesiano, sua proposta pragmática de definição de conceitos e de produção de ciência e sua semiótica. Diante do que foi exposto, percebemos que toda cognição depende de uma cognição anterior e que a origem desse processo cognitivo se dá por abdução. Especialmente na percepção, a formação dos juízos perceptivos é produto de uma inferência abdutiva e são esses juízos que servirão de base para futuros conteúdos cognitivos.

Quando analisamos a linguagem, também pudemos perceber que ela é adquirida através de abdução e a aquisição semântica se dá por esse tipo de inferência. É importante, então, separar abdução de inferência à melhor explicação. Inferência à melhor explicação seria, de

acordo com as definições dadas por Peirce, um tipo de abdução, mas não o único. E como Peirce tem dificuldade em definir tal inferência, com base em textos do filósofo americano, estabelecemos uma predefinição, que não passa de um estabelecimento de princípios para o que seria essa abdução. Chamamos de abdução um processo inferencial de formação e seleção de hipóteses para dar explicações, apontando causas para fatos observados; esse processo, por meio de uma proposição, organiza fatos aparentemente aleatórios (ou seja, estabelece relação) e considera um fato surpreendente como parte de um conjunto de fatos a partir de conhecimentos prévios, mas sem testar a hipótese escolhida; tal processo pode se iniciar com interrogação e se utilizar de probabilidade para selecionar hipóteses a partir de características.

No capítulo seguinte, estabeleceremos uma definição mais formal da abdução para que tenhamos um parâmetro para identificar de modo mais objetivo quando uma abdução está ocorrendo. A partir dessa definição mais formal da linguagem, entenderemos de modo mais preciso seu papel na interpretação da linguagem. A partir disso, buscaremos algumas evidências de sua ocorrência na mente humana especialmente em processos de interpretação dos atos de fala.

3 ABDUÇÃO E LINGUAGEM EM FUNCIONAMENTO

Assim como Searle, Peirce tinha uma visão naturalista do mundo. Por naturalismo, entendo uma perspectiva mais branda. Nessa perspectiva, um pensamento filosófico é naturalista se procura não contradizer conhecimentos apresentados ou defendidos pela ampla comunidade científica. Sob esse pensamento, Peirce realizou um dos primeiros experimentos em neurociência moderna, relacionado à percepção.

Por causa disso, para ambos os filósofos, é importante que suas teorias a respeito da linguagem e da mente estejam em harmonia com comprovação empírica. Neste capítulo, faremos uma revisão de bibliografia na área de psicolinguística que abordam os aspectos da linguagem debatidos ao longo dos capítulos anteriores e veremos como eles se relacionam com a abdução. Para isso, uma definição mais formal de abdução será apresentada a seguir.

3.1 FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO ABDUTIVO

Terminamos o capítulo anterior com uma definição parcial de abdução baseada no conceito que Peirce tinha da mesma. Aqui, contudo, precisamos ajustar algumas arestas para conseguirmos ter uma definição mais formal do processo abduativo e, com isso, poder analisar de forma mais precisa o papel desse processo no funcionamento da linguagem natural. Antes, porém, vamos analisar uma crítica que Hintikka (2007) faz a definições tradicionais de abdução.

Primeiro, ele lida com a questão da inferência à melhor explicação. Abdução, segundo ele, não pode ser definida como inferência à melhor explicação porque essa definição em nada ajuda a entender o processo abduativo. Afinal, uma questão tão importante quanto definir abdução é definir explicação e, ainda mais, apresentar os valores pelos quais uma explicação é melhor do que as outras sem dados adicionais, como Peirce sugerira. Em outras palavras, dizer que abdução é uma inferência à melhor explicação não nos informa muita coisa a respeito de abdução.

Uma distinção, torna-se então, necessária para que abdução possa ser definida: regras definidoras (são apenas permissivas, apontando que ações fazer em determinadas circunstâncias) e regras estratégicas (ou princípios, que permitem analisar o valor das ações realizadas). Isso aproxima o processo inferencial de um jogo. A dedução seguiria, tradicionalmente, regras definidoras e sua validade proviria da adequação dos passos inferenciais a essas regras. A abdução, por outro lado, não teria regras definidoras específicas, mas seria guiada por princípios de pensamento. Mais especificamente,

Uma regra definidora é válida quando a verdade de sua premissa ou suas premissas garantem a verdade (ou ao menos a alta probabilidade) de sua conclusão. Mas uma regra estratégica não precisa fazer isso para auxiliar os objetivos da investigação. É suficiente para ela guiar à verdade a longo prazo. A resposta para uma questão estrategicamente correta pode não prover qualquer informação que serviria, por si mesma, ao fim último da investigação em questão, mesmo assim ela pode ser instrumental ao descobrir a verdade – por exemplo, ao prover o investigador com a pressuposição de uma questão que ele não poderia ter perguntado sem ela e que auxiliará diretamente a causa da investigação (HINTIKKA, 2007, p. 47)⁴⁵.

Por não se basear em regras definidoras, seria melhor definir a abdução como a produção de respostas para as perguntas centrais ou tácitas da investigação. Isso está de acordo com a definição peirceana que defendemos no capítulo anterior. Além disso, explica porque nossa formalização de abdução é tão abrangente: porque depende de regras estratégicas e não necessariamente de regras definidoras. Dentro dessa perspectiva, explicação seria dar uma resposta a perguntas *wh* (o que, por que, quem, quando, onde).

Uma formalização básica da abdução de Peirce é a clássica falácia da afirmação do antecedente:

1. $S \rightarrow P$
2. P
- $\therefore S$

Essa formalização da abdução leva em conta, contudo, apenas o aspecto da inferência *a posteriori* e da retroação, que são uma das primeiras e mais básicas definições da abdução que Peirce deu. É claro que essa formalização também se harmoniza com o conceito de abdução que apresentamos no capítulo anterior pois a conclusão S é uma explicação possível (mesmo que não decorra logicamente) para a premissa 2 dado que a premissa 1 é verdadeira. Porém, ele não consegue incluir a questão das regras estratégicas que acabamos de apresentar como necessárias. Magnani (2009) tem uma proposta um pouco mais completa, que consegue lidar melhor com a definição já dada. Dado um fato surpreendente S , uma pessoa com um conjunto

⁴⁵ Original em inglês: “A definitory rule is valid when the truth of its premise or premises guarantees the truth (or at least the high probability) of its conclusion. But a strategic rule need not do so in order to further the aims of inquiry. It suffices for it to lead to truth in the long run. The answer to a strategically correct question might not provide any information that would by itself serve the ultimate end of the inquiry in question, yet might be instrumental in finding out the truth – for instance, by providing the inquirer with the presupposition of a question that the inquirer could not have asked without it and that will directly further the cause of the inquiry”.

de conhecimento C não consegue incluir S dentro de C pois ambos não se relacionam (R) e sendo C^* o conjunto de conhecimento C mais o que pode ser derivado logicamente ou indutivamente dele, S também não se inclui em C^* , essa pessoa precisa formular uma hipótese H que não pertença a C nem C^* , mas que, quando incluída em C permita a inclusão de S no conjunto C .

S	(fato 1)
$\neg(R(C \wedge S))$	(fato 2)
$\neg(R(C^* \wedge S))$	(fato 3)
H	(formulação da hipótese)
$H \notin C$	(Regra da novidade da hipótese)
$H \notin C^*$	(Regra de diferenciação da abdução)
$H \rightarrow R(C \wedge [H]S)$	(Princípio da coerência)
$\therefore H$	

Podemos perceber que essa proposta casa muito bem com nossa definição preliminar. H explica S ao estabelecer uma relação entre esse fato surpreendente e o conjunto de conhecimentos já estabelecido. As duas regras apresentadas aqui são necessárias para afirmar que, de fato, H provém de uma abdução. A regra da novidade da hipótese foi discutida no capítulo anterior, em que Peirce apresenta que a abdução não deve se basear em testes e deve ampliar o conhecimento, ou gerar novas ideias. A regra da diferenciação da abdução tem o objetivo de diferenciar a abdução de um processo dedutivo ou indutivo. Por fim, conforme vimos, a abdução deve ser conduzida por regras estratégicas e o princípio da coerência é uma dessas regras.

Porém, conforme já vimos, Peirce acrescenta o princípio da economia na abdução. A economia é o princípio que permite a escolha da hipótese (ou melhor explicação) sem recorrer a testes. Lembrando que essa hipótese ainda pode ser falsa, mas é a melhor porque viabiliza a continuidade da investigação. Para formalizar esse princípio, vamos apresentar a seguinte definição: uma hipótese (H) passa pelo princípio da economia (ε) se e somente se o número de dados (nD) dela for menor que o número de dados (nD) de outras hipóteses H^n .

$$(\varepsilon \rightarrow H) \leftrightarrow (nDH < nDH^n)$$

Eco (1984) defende três princípios que regem a escolha de uma hipótese: 1) capacidade explicativa diante de dados já conhecidos (que já foi apresentada na formalização através do Princípio da coerência); 2) economia; e 3) não-contradição (a hipótese não pode se autocontradizer, caso contrário, perderia seu poder explicativo). Neste caso,

$$H \rightarrow \neg(H \wedge \neg H)$$

Esse princípio é porque, como já demonstrado, uma contradição não é informativa (FLORIDI, 2011; ALONSO, 2012) e a hipótese, por trazer uma nova explicação, precisa, por sua vez, ser informativa. Por isso, precisamos acrescentar esses dois princípios à proposta de Magnani.

S	(Fato 1)
$\neg(R(C \wedge S))$	(Fato 2)
$\neg(R(C^* \wedge S))$	(Fato 3)
H	(Formulação da hipótese)
$H \rightarrow \neg(H \wedge \neg H)$	(Princípio da não-contradição da hipótese)
$H \notin C$	(Regra da novidade da hipótese)
$H \notin C^*$	(Regra de diferenciação da abdução)
$H \rightarrow R(C \wedge [H]S)$	(Princípio da coerência)
$(\varepsilon \rightarrow H) \leftrightarrow (nDH < nDH^n)$	(Princípio da economia)
$\therefore H$	

Tanto Hintikka quanto Peirce defenderam o papel do questionamento no processo abduutivo. Para satisfazê-los, alguém poderia inserir antes da formulação da hipótese uma pergunta a respeito de S . Contudo, para seguir o princípio da economia, vamos considerar os fatos 1 a 3 como a formulação de um questionamento, a formulação da hipótese como equivalente à proposta de uma resposta a esse questionamento e os princípios como os motivos para selecionar uma resposta e não outra.

Esse modelo de abdução parece funcionar muito bem com o exemplo que Peirce dá de Kepler e mesmo de outras descobertas científicas. Um fato surpreendente (que não estava de acordo com a teoria padrão) precisava ser explicado por uma nova hipótese. Essa nova hipótese precisava relacionar dados já conhecidos com o fato surpreendente. Fica difícil avaliar a economia da hipótese, pois não temos à disposição outras hipóteses. Mas tomando o exemplo

de Kepler, que para explicar a anomalia do movimento de Marte, hipotetizou que o movimento não era circular, mas elíptico. Outras hipóteses de movimento poderiam ser triangulares, pentagonais, hexagonais. Todas essas opções extras acrescentariam muito mais dados ao conjunto de conhecimentos já estabelecidos do que a elipse, que seria uma mudança não tão grande do modelo circular.

O mesmo vale para diagnósticos e investigação policial. O sintoma e a evidência são os fatos novos, que em nosso modelo chamamos de fato surpreendente. Esse sintoma/evidência deve se encaixar nos conhecimentos prévios (manuais de medicina/perícia criminal, por exemplo). A hipótese de um sintoma é uma doença e a hipótese de uma investigação policial é um culpado. Mesmo que sejam vários sintomas, a melhor hipótese é que apenas uma doença esteja causando os sintomas, pois acrescenta menos dados do que apresentar várias doenças. No caso da investigação policial, mesmo que o crime envolva a morte de várias pessoas num local, a melhor hipótese é que haja um culpado ou, no caso de vários, que seja uma ação conjunta. Hipotetizar que várias pessoas agiram de modo aleatório é acrescentar mais dados à hipótese.

É importante notar que no caso do diagnóstico a relação estabelecida no princípio da coerência é uma relação de pertencimento a um conjunto. Diagnosticar é dizer que os sintomas do paciente pertencem ao conjunto de sintomas de determinada doença. Esse exemplo foi importante para exemplificar como essa relação estabelecida pelo princípio da coerência não precisa ser apenas de conjunção. No caso dos atos de fala, vamos supor que a interpretação pode se encaixar, também, no caso de pertencimento.

Peirce parece propor que a abdução esteja envolvida em todo o funcionamento da linguagem natural. Porém, vamos analisar a seguir apenas a questão da compreensão. Quando um ouvinte entra em contato com um ato de fala, ele está diante de um fato novo por dois motivos: 1) como Chomsky (2018) declara, as possibilidades de construção da linguagem através de caracteres finitos são infinitas e 2) mesmo que a sequência de sons (fala) ou sequência de grafos (escrita) seja conhecida, o contexto em que aparecem é sempre novo. Esse fato novo precisa se encaixar no contexto e, para isso, o ouvinte hipotetiza um conteúdo intencional do ato de fala que encaixe o ato ao contexto maior. Esse conteúdo intencional hipotetizado pelo ouvinte, tradicionalmente, passará pelos três princípios estabelecidos anteriormente.

Em outras palavras, Searle havia defendido o papel das regras constitutivas para a interpretação dos atos de fala. Por serem regras do tipo “X conta com Y no contexto C”, as regras constitutivas nada mais são do que um tipo de regra regulativa na definição de Hintikka. O que Searle negligenciou e por isso identificamos lacunas em seu modelo de interpretação é

justamente a presença de regras estratégicas. E ao menos três dessas regras estratégicas constituem o que estamos chamando de abdução. Diante dessa perspectiva, a interpretação depende do conhecimento das regras convencionais da língua mais a utilização da abdução, a saber, de regras estratégicas específicas.

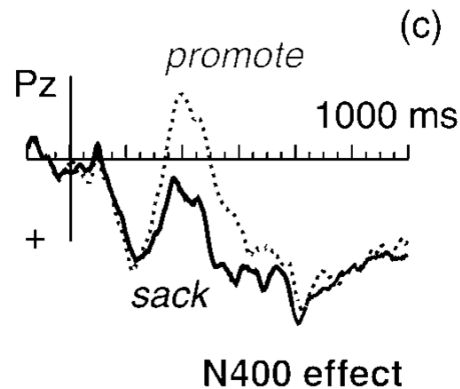
Veremos a seguir se esse modelo se harmoniza com investigações empíricas acerca do funcionamento da linguagem.

3.2 ABDUÇÃO E COMPREENSÃO NA LINGUAGEM NATURAL

Um tipo de pesquisa que alavancou os estudos de psicolinguística foi o Evento Potencial Relacionado ao cérebro (ERP, em inglês). Um ERP é uma série padronizada de desvio de voltagem percebido por exames de eletroencefalograma (EEG). Esse desvio é uma reação a algum estímulo crítico e tem sido utilizado por psicólogos e neurocientistas para estudar o funcionamento da linguagem.

Van Berkum (2008) aponta a presença de um ERP denominado efeito N400 que é uma variação que aumenta a voltagem especialmente na parte de trás da cabeça. Ele aparece de 150 a 250 milissegundos após o estímulo e dura, mais ou menos, 400 milissegundos. Esse efeito demonstra uma reação cerebral a uma quebra de concordância semântica. Por exemplo, num estudo em que os participantes voluntários tinham que ler e ouvir uma pequena história (parte dos participantes ouviu e parte dos participantes leu) ao mesmo tempo em que estavam sendo monitorados por EEG. A história que todos entraram em contato foi: “Em tristeza, o diretor da faculdade chamou o professor [...] em seu escritório. Isso porque o professor cometeu plágio [...]. O diretor disse ao professor que havia ampla evidência para demiti-lo/promovê-lo.” (VAN BERKUM, 2018, p. 377, adaptado). A seguir, vemos a medição da voltagem em função do tempo. O gráfico mostra a diferença de voltagem daqueles que ouviram/leram a palavra “demiti-lo” em relação àqueles que ouviram/leram a palavra “promovê-lo”. A hipótese do experimento é que tal discrepância na frase geraria uma alteração na voltagem dos impulsos cerebrais daquela região.

FIGURA 4 - ERP N400 indicando incômodo semântico com a variação de promover/demitir



Fonte: Van Berkum (2008).

O efeito pode ter sido gerado por um caso de priming, por causa da palavra que inicia o texto padrão do estudo “em tristeza”. Essa palavra pode ter feito com que o efeito de “incômodo” semântico que é a característica do N400 surgisse. Contudo, quando trocaram a história acima por uma história em quadrinhos (HQ) que contava o romance de um amendoim, não houve detecção de incômodo semântico com a frase “o amendoim está apaixonado”, mas o efeito apareceu quando, em outros participantes, a frase dizia: “o amendoim está salgado”. Num estudo de priming, “amendoim” proporcionava uma resposta mais rápida na leitura da palavra “salgado” do que da palavra “apaixonado”. O que este ERP N400 aponta é que o leitor/ouvinte constrói hipóteses ao longo da leitura com base no contexto do ato de fala. Quando essa hipótese não é satisfeita, o efeito N400 aparece demonstrando um incômodo semântico.

O contexto que o ouvinte leva em conta não é só o que é apresentado pelo ato de fala, mas também pelo falante, indicando que a hipótese semântica do ouvinte tem justamente a ver com Intencionalidade. Quando colocaram participantes de uma pesquisa para ouvir a voz de pessoas que eles conheciam, o efeito N400 aparecia quando as vozes diziam coisas que não condiziam com o que eles conheciam acerca do falante. Por exemplo, “eu tenho uma tatuagem enorme nas costas” proporcionavam o efeito de incômodo semântico naqueles ouvintes que sabiam que os falantes não tinham tatuagem nas costas. “Eu gosto de azeitonas” despertava o mesmo efeito quando o ouvinte sabia que o falante as detestava. Quando solicitados a escrever o que ouviram, os participantes algumas vezes alteraram as palavras para aquilo que fazia sentido diante do contexto tanto textual quanto do falante, indicando uma preocupação de se adequar à intenção do produtor do ato de fala.

Van Berkum *et. al* (2008) também demonstra um outro ERP, chamado de efeito NREF, que aparece quando há ambiguidade de referência tanto de pronomes quanto de substantivos.

Essa ambiguidade é construída no contexto, já que o efeito apareceu tanto quando o texto lido pelos participantes continha mais de um candidato a referente da palavra que levou ao NREF quanto quando o texto apresentava verbos que apontavam para a agência de um dos referentes. Isso indica que a identificação do referente também depende do princípio da coerência. Embora isso não seja suficiente para dizer que se trata de um processo abduutivo, se admitirmos que é o caso, explicaria o aspecto referencial na linguagem natural mencionado por Searle em que o princípio de identificação não é, na maioria das vezes, satisfeito e, ainda assim, os ouvintes conseguem captar bem o referente. Em outras palavras, eles formam uma hipótese acerca de quem aquela palavra se refere com base no contexto do que está sendo dito/lido e isso se harmoniza com a proposta de van Berkum *et al* (2008)⁴⁶.

Nesse mesmo estudo, o princípio da economia também foi evidenciado. Quando um pronome era colocado de modo errado numa frase, o efeito NREF aparecia e, quando solicitados a contarem a história que acabaram de ler/ouvir, os participantes, sem exceção, apresentavam o pronome correto. Um exemplo de pronome colocado de modo errado é o seguinte: “Havia uma menina de cabelo loiro e cacheado. Ele morava numa cabana de palha”. Quando ouviam/liam o pronome “ele”, o efeito aparecia e, ao recontarem a história, invariavelmente, eles colocavam o pronome “ela” no lugar. Podemos supor que o ouvinte hipotetizou que o falante se equivocou ao falar o pronome. Ao mesmo tempo, o ouvinte tomou como hipótese qual seria o pronome correto. Essa hipótese foi tomada levando em conta o princípio da economia. De acordo com esse princípio, faz mais sentido supor que algo que está sendo referido por um pronome já estava no texto do que acrescentar um novo referente à interpretação, pois o acréscimo desse novo referente seria um acréscimo de dados e, portanto, a hipótese com menor número de dados é preferível.

Um estudo publicado por Champion (2004) também é interessante para nossos propósitos. Ele apresentou narrativas para os participantes. Essas narrativas eram apresentadas uma frase por vez na tela do computador. Quando o participante entendesse a frase presente, ele apertava um botão e uma nova frase aparecia. Esse estudo mostrou que os leitores fazem previsões a respeito da continuidade da história, porém, mais do que isso, ele mostrou que os leitores fazem uso de hipóteses para fazer essas previsões. Ele diferenciou previsões hipotéticas de dedutivas.

As previsões dedutivas apareciam na história de forma análoga a essa: “João tinha um bosque ao lado de sua casa. Ele tinha uma árvore preferida que tinha 15 metros de altura. Um

⁴⁶ A quebra da expectativa gerada pela hipótese explica o que ocorre nesse estudo. A importância da formulação de hipóteses nesse contexto ficará ainda mais evidente pelos experimentos seguintes.

dia um furacão derrubou todas as árvores maiores que 9 metros”. A expectativa do estudo é que, numa história assim, a previsão “a árvore preferida de João foi derrubada” não fosse hipotética, mas fosse dedutiva. A hipótese desse estudo é que a esse tipo de previsão os participantes atribuiriam maior grau de certeza e, por isso, demorariam mais numa sentença que invalidasse essa previsão. As previsões hipotéticas apareciam de forma semelhante a: “João estava num navio apreciando suas férias. Após colidir com um iceberg, o navio naufragou.”. A previsão esperada seria “João morreu afogado”. A esse tipo de previsão, foi hipotetizado que os participantes atribuiriam menor grau de certeza e, por isso, demorariam tanto com uma confirmação da hipótese quanto com uma negação da hipótese.

Os participantes desse estudo tiveram uma média de tempo de leitura de 82 milissegundos quando a previsão dedutiva era confirmada em contrapartida a uma média de 198 milissegundos quando uma previsão hipotética era confirmada, indicando o valor hipotético da segunda previsão. Quando as previsões foram invalidadas por frases posteriores, a média foi de 698 milissegundos nas previsões dedutivas e de 390 milissegundos nas preditivas. O estudo tomou o cuidado para que o número de sílabas de ambas as frases (confirmação e invalidação das previsões) tivessem o mesmo número de sílabas, de modo que a velocidade média de leitura dessas frases, se isoladas, fosse semelhante. Essa diferença indica o valor hipotético de previsões não dedutivas numa leitura. Além disso, evidencia que algumas hipóteses são escolhidas já que, quando negadas, o tempo de leitura é maior.

É importante ressaltar aqui o princípio que rege a formação dessas hipóteses acerca do que aparecerá a seguir na narrativa. Otten, Nieuwland e van Berkum (2007) tinham como hipótese que essas previsões na compreensão eram resultado não de adequação lexical, mas de combinação com informações do estrito (agrupamento de palavras mais próximo) e amplo (mais distante). Para testar isso, eles utilizaram EEG nos participantes. Estes ouviam uma história que teria uma lição de moral ao final. A palavra que resumiria a lição de moral não estava presente no texto, nem mesmo sinônimas. Quando a lição de moral exposta ao final se harmonizava com aquilo que eles haviam previsto, nenhum ERP foi evidenciado. Contudo, quando a lição era diferente, um efeito semelhante ao N400 aparecia nos participantes, indicando um incômodo semântico. Esse estudo demonstra que, mais do que dependerem de um priming ativado por palavras de um texto, as previsões dependem da mensagem geral de um texto, apresentada pelo contexto, evidenciando o papel do princípio da coerência na interpretação de um ato de fala.

Graesser, Singer e Trabasso (1994) apresentam uma série de estudos em que os participantes liam uma pequena sequência de frases e tinham que responder perguntas sobre o

que tinham lido. As perguntas inquiriam a respeito de inferências retiradas a partir do que foi lido. As frases contavam pequenas histórias e os participantes tinham que dizer se algumas inferências estavam certas ou não (marcando X em certo/errado). Os tipos de inferência aos quais os participantes responderam corretamente e em tempo mais hábil foram as inferências a respeito de: referência, antecedentes causais, objetivo superordenado, tema e reação emocional do personagem. Especialmente a questão do tema e da reação emocional dos personagens indicam uma inferência que leva em conta algum tipo de conteúdo Intencional, pois hipotetiza que emoção o personagem sentiria em determinada situação. E ao analisar o tema e o objetivo superordenado, o leitor tem que hipotetizar qual a intenção daquela história. Portanto, o leitor tem que hipotetizar tanto conteúdos Intencionais de personagens (no caso da reação emocional dos personagens) quanto conteúdos Intencionais do autor (tema da história).

Vale a pena mencionar também Kintsch e van Dijk (1978) que propuseram um modelo de compreensão de textos que envolve a formação de um modelo global de significação de um texto a partir do qual cada sentença é analisada. Esse modelo global é formado à medida que o texto vai sendo lido e leva em conta a leitura de outros textos. O modelo se harmoniza com nossa proposta de abdução já que, nela, o significado é percebido ao se hipotetizar Intencionalidade que harmonize com o contexto. E embora esse modelo não conte com muita evidência empírica, Kintsch testou a capacidade de compreensão de programas de computador a partir dele e percebeu uma margem de diferença pequena em relação aos resultados apresentados por seres humanos.

Essas evidências empíricas nos mostram que há um processo de formação de hipóteses (e, possivelmente, de seleção delas) durante o processo de compreensão de um ato de fala. Esse processo de seleção leva em conta o contexto do ato e o falante, se harmonizando com nosso modelo em que a hipótese é de conteúdo intencional que relaciona a sentença ao contexto. Especialmente os estudos de van Berkum e Campion também apontam para o papel do princípio de coerência na seleção dessas hipóteses, já que quando uma frase fugia do contexto, o efeito era sentido. O princípio da economia se viu mais fortemente no estudo sobre referências. Mas ele pode ser visto também na seção a seguir em que falaremos sobre a compreensão da metáfora. Ainda assim, o modelo de Kintsch e van Dijk apresenta o princípio da economia na formação do modelo global que eles defendem.

A seguir, vamos analisar se o modelo da abdução se harmoniza com evidências empíricas a respeito do processo de interpretação de linguagem figurada.

3.3 ABDUÇÃO E METÁFORA

Searle apresentava a ideia de que a linguagem figurada era analisada de forma secundária em relação à linguagem literal. Isso porque, segundo ele, o ouvinte percebia que havia um conteúdo figurado pela falta de sentido da interpretação literal. Assim, quando o ouvinte entrasse em contato com uma sentença, a primeira maneira de interpretá-la seria literalmente. Caso essa interpretação não funcionasse, o ouvinte passaria a levar em conta um sentido figurado.

Contudo, muitas pesquisas têm evidenciado o contrário. Glucksberg, Gildea e Bookin (1982), por exemplo, apontam que tanto o significado literal como o figurado são processados ao mesmo tempo. Para demonstrar isso, eles montaram um questionário em que os participantes deveriam responder se a sentença que aparecia era literalmente verdadeira ou literalmente falsa. A hipótese seguia o seguinte raciocínio: se a metáfora for processada primeiro como literal e só então como figurada, quando o participante da pesquisa ver a frase metafórica, ele, primeiro vai indicá-la como literalmente falsa, o que fará com que o tempo de resposta seja mais rápido. Se a metáfora for processada imediatamente como linguagem figurada, então o participante iria identificar a frase metafórica, inicialmente, como figurativamente verdadeira e, só então, iria perceber que ela era literalmente falsa.

O resultado foi que as sentenças metafóricas demoravam mais para serem respondidas do que as literais e mesmo do que linguagem figurada sem sentido. Eles concluíram que os participantes levavam mais tempo para responder a essas perguntas porque as metáforas eram literalmente falsas, mas figurativamente verdadeiras. Assim, o significado figurado não podia ser ignorado, por isso, a demora. Isso contradiz a proposta de Searle, que requeria uma análise da metáfora e, por isso, o significado metafórico não seria automático e poderia ser ignorado.

Outro estudo mencionado por Glucksberg (2003) analisou o efeito de priming semântico em sentenças metafóricas. Os participantes liam frases com metáforas novas a eles como “Jerry soube logo que a solidão era um deserto”. Após ler essa frase, os participantes da pesquisa tinham que responder à pergunta acerca de qual das três palavras que seriam mostradas na tela era da língua inglesa o mais rápido possível. Entre palavras de outras línguas, para a frase acima, foram apresentadas as seguintes: isolado, areia e bigode. Bigode era uma palavra controle que não podia ser acionada por priming a partir da leitura da frase anterior. Isolado estava relacionado ao significado metafórico e areia, ao significado literal. Os resultados do estudo demonstraram que tanto palavras relacionadas ao significado literal quanto ao metafórico eram indicadas pelos participantes significativamente mais rápido que a palavra controle, a diferença

de velocidade entre os dois era desprezível estatisticamente. Desse modo, o que se conclui é que tanto metáforas quanto sentenças literais são compreendidas na mesma velocidade.

Os dois estudos mencionados acima indicam uma característica muito interessante da linguagem que, a partir de Peirce, já previmos no capítulo dois deste trabalho: metáforas, ao contrário do pensamento de Searle, não são uma exceção no uso da linguagem. Ao contrário, quando temos uma frase metafórica do tipo *X é um Y*, ela é processada de modo semelhante ao tipo de predicação (*X é um Y*) numa linguagem literal. Resta-nos, então, responder como funciona esse processo.

Glucksberg e Keysar (1990) propuseram o seguinte modelo de funcionamento de compreensão de uma metáforas: as metáforas são entendidas exatamente como pretendem ser. Em outras palavras, quando se diz “meu emprego é uma prisão”, o sentido pretendido é justamente inserir “meu emprego” na categoria recém-criada “prisão”. Dessa forma, diferente das propostas que se baseiam na interpretação de uma metáfora com base na similaridade entre veículo (predicado) e tópico (sujeito), os dois propõem que a interpretação de uma metáfora se dá como “inclusão numa classe/categoria”. Assim, o veículo seria um protótipo de uma categoria.

É importante entender categoria. Gato é uma categoria que está dentro de felinos, este, por sua vez, se encaixa dentro de mamíferos, que estão dentro da categoria dos vertebrados e, por fim, de animais e seres vivos. Contudo, uma palavra não implica em apenas uma categoria. Gato, por exemplo, pode ser tomado como uma categoria de animais dengosos ou preguiçosos. Numa metáfora, o que se faz é escolher um protótipo como veículo que inaugurará uma categoria nova da qual o tópico faz parte.

Esse modelo foi testado empiricamente em Glucksberg, McGlone e Manfredi (1997) com base em suas implicações. Duas implicações desse modelo são: as metáforas não são reversíveis e veículo e tópico têm funções diferentes no significado. Se o modelo fosse apenas de comparação de similaridades, “emprego e prisão” são tão similares quanto “prisão e emprego”, dessa forma, as metáforas poderiam ser reversíveis. Dizer: “meu emprego é uma prisão” significaria a mesma coisa que “a prisão é meu emprego”. Porém, no modelo de inclusão em categoria, não funciona assim, por isso, as metáforas são irreversíveis. Alterar o papel do veículo e tópico produz ou uma frase sem sentido ou uma frase com sentido totalmente diferente.

Para testar isso, eles pediram aos participantes que escrevessem paráfrases de cada frase metafórica que recebiam. No meio do conjunto de frases, metade era o reverso da outra. Ao analisar as paráfrases realizadas foi justamente o que era previsto pela teoria da inclusão em

categoria proposta anteriormente. Ou seja, as paráfrases de frases metafóricas revertidas ou não tinham sentido algum ou tinham um sentido completamente diferente.

Alguém poderia questionar se inclusão em categoria não envolve, também, a presença de similaridade de propriedade. Camac e Glucksberg (1984) deram evidência de que, embora haja similaridade entre tópico e veículo, a relação entre as duas não é construída por essa similaridade. Primeiro, é importante lembrar que similaridade pode ser percebida entre quaisquer objetos. Segundo, os participantes nesse estudo recebiam por meio de uma tela, uma palavra que normalmente era associada a uma metáfora. Logo a seguir, eles deveriam responder se os conjuntos de letras que apareciam na tela eram ou não palavras em inglês. Entre as palavras-controle, estavam palavras utilizadas em frases metafóricas em que a palavra inicial estava ou características dela.

O tempo de resposta evidenciaria se a similaridade entre as duas acionava um priming levando os participantes a responderem mais rápido quando essas palavras apareciam. O resultado evidenciou o contrário. A influência de uma palavra que normalmente era associada a outra metaforicamente foi desprezível e ainda mais quando as características/propriedades vinham à tona. Dessa forma, não é a similaridade que cria a relação entre tópico e veículo numa metáfora.

Na verdade, o que mais se adequa às evidências empíricas acima descritas é um processo de atribuição de propriedades. Assim que o veículo se torna um protótipo de uma categoria nova, as propriedades dessa categoria são atribuídas a seu membro que, no caso, é o tópico. Desse modo, veículo e tópico têm funções diferentes. O veículo apresenta as propriedades que serão atribuídas ao tópico e o tópico serve como limitador ou estreitador dessas propriedades (de acordo com o que mais se adequa a ele).

Para testar essa diferença de funções, Glucksberg, McGlone e Manfredi (1997) distinguiram entre tópicos muito limitadores (tal como “advogado”) e pouco limitadores (como “meu irmão”) e veículos ambíguos e não-ambíguos. Os participantes foram instruídos a lerem com atenção uma palavra que aparecesse na tela e pensassem nas possíveis colocações dessa palavra numa metáfora. Depois, uma frase metafórica com a palavra aparecia e eles tinham que apertar um botão assim que sentissem que tinham entendido a metáfora. O tempo de reação deles foi medido em cada frase metafórica. O modelo de atribuição de propriedades previa que tópicos muito limitadores e veículos não-ambíguos permitiriam uma leitura mais rápida da metáfora. E foi assim que aconteceu. Tópicos muito limitadores levaram 1,445 segundos para serem entendidos enquanto os pouco limitadores levaram 2,143 segundos. E veículos não-

ambíguos levaram 1,292 segundos para serem compreendidos contra os 2,33 segundos dos ambíguos. Isso demonstra uma diferença de função entre tópicos e veículos.

Tal diferença é evidenciada também por Kintsch (2001), mas, dessa vez, através de simulação em computadores. Walter Kintsch utilizou um programa (LSA) que compreende o significado de textos com base nas relações entre as palavras que o compõem. As propriedades evocadas por essas palavras são apreendidas de um conjunto de mais de um milhão de textos que alimenta sua base de dados. Num conjunto de predicções em que o mesmo predicado era empregado com diferentes sujeitos, as interpretações do programa não batiam com interpretações humanas. Walter então adaptou o programa com base no modelo de Glucksberg sobre o processamento de metáforas e estabeleceu o sujeito (tópico) como limitador das propriedades que o predicado lhe dava e só assim as interpretações do LSA concordaram com interpretações humanas.

Podemos resumir o funcionamento das metáforas da seguinte forma: o veículo serve como uma categoria que atribui propriedades ao tópico de modo que ele passe a ser visto como parte dessa categoria. Esse processo se dá automaticamente e não difere da interpretação de uma sentença literal. Ele também não difere de nossa proposta de abdução como modelo de compreensão de atos de fala. Como a metáfora funciona como uma inclusão em categoria, a interpretação dela consiste na formulação de uma hipótese. A hipótese é mais uma vez o conteúdo Intencional que, neste caso, é formado pela atribuição de propriedades do veículo ao tópico. A atribuição de propriedades, conforme demonstrado acima, não se dá pela semelhança entre os dois, mas, antes, por uma coerência em que o tópico não admite propriedades atribuídas pelo veículo que não lhe caibam. Vemos, então, a presença do princípio da coerência.

Além disso, o princípio da economia também se vê aqui. Glucksberg, Newsome e Goldvarg (2001) realizaram um experimento também envolvendo priming em que propriedades (irrelevantes) do veículo que não se relacionavam diretamente ao tópico e propriedades aleatórias não evidenciavam qualquer aumento na velocidade de compreensão da metáfora. Por outro lado, propriedades do veículo que se relacionavam de modo mais direto ao tópico proporcionavam esse aumento na velocidade de compreensão. Note que, conforme dissemos anteriormente, é possível estabelecer uma relação entre quaisquer dois objetos no universo. Então as propriedades chamadas irrelevantes se relacionam sim ao tópico. Mas o estabelecimento de relação entre eles exigiria um número de dados maior do que o estabelecimento de uma relação entre o tópico e propriedades que o tocavam mais diretamente.

Assim, a criação de hipóteses seguindo os princípios de não contradição, de coerência e de economia também está presente na compreensão de metáforas e mesmo de predicação em geral, como aponta o estudo de Kintsch (2001).

3.4 RESUMO E CONCLUSÃO PARCIAL

Por ser uma inferência ampliativa do conhecimento, seu método de funcionamento não deve ser determinado por regras definidoras, mas por regras estratégicas. Isso faz com que a uma formalização da abdução, de maneira simples, deva expressar os princípios que a compõem. Os princípios apresentados neste capítulo foram: o princípio da não-contradição da hipótese, o princípio da coerência entre hipótese e o conhecimento anterior e o princípio da economia.

Como é importante para os filósofos que abordamos ao longo deste texto uma harmonização de suas teorias com evidências empíricas, também buscamos ver se os princípios que compõem nossa definição de abdução se encontram no que estudos da psicolinguística têm apresentado sobre a compreensão da linguagem. O princípio da coerência parece bastante evidente em testes empíricos. Por outro lado, não existem tantos estudos que apresentem ou lidem com o princípio da economia. Mas nos poucos estudos que tratam de princípio, os resultados concordam que ele exerce um papel importante na compreensão da linguagem.

Por isso, embora não possamos dizer que estudos confirmem ou comprovem o papel da abdução na compreensão da linguagem natural, podemos dizer que há uma harmonização entre nossa proposta e evidências empíricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos entender como funciona a interpretação dos atos de fala. Para isso, apresentamos a proposta de Searle acerca do funcionamento dos atos de fala. Contudo, embora a proposta searleana trate também da interpretação, seu foco está na produção dos atos de fala. A interpretação seria uma apreensão do significado de um ato de fala que consistiria em uma informação adquirida a partir do enunciado.

Sendo o significado composto pela intenção de representação por parte do falante, interpretar seria, então, captar essa intenção. Isso é possível porque, juntamente com a intenção de representação, o falante normalmente também tem uma intenção de comunicação. Ou seja, ele tem a intenção de que sua intenção de representação seja captada a partir de seu enunciado. E o falante imagina que tal intenção será satisfeita porque tanto ele quanto o ouvinte compartilham regras convencionais que regem a linguagem. Em outras palavras, ambos se utilizam do mesmo grupo linguístico.

Dessa forma, de acordo com a proposta searleana, a interpretação depende totalmente de regras convencionais que estabelecem uma linguagem em comum entre falante e ouvinte. O problema é que, especialmente no caso da metáfora e, até em casos de referentes não muito claros, o falante foge parcialmente dessas regras e, ainda assim, o ouvinte consegue interpretar o que está sendo dito. Dizemos que, nestes casos o falante foge parcialmente das regras porque é impossível fugir totalmente das regras de linguagem. Mesmo no caso de Humpty Dumpty, ele fugiu da regra apenas com referência ao significado da palavra “glória”. O restante da frase foi construída conforme as regras linguísticas. Essa impossibilidade de fugir das regras se dá pelo fato de que, sendo a linguagem formada por regras constitutivas, sem essas regras, ela não existe da mesma forma que não existe um pênalti sem as regras do futebol. São as regras que formam a linguagem. Por isso, é impossível que um ato de fala fuja totalmente delas.

Contudo, essa fuga parcial já é suficiente para evidenciar que as regras linguísticas, embora necessárias para uma interpretação, não são critério suficiente para que ela ocorra. Desse modo, a proposta searleana de interpretação fica incompleta. Ela consegue explicar bem a interpretação de atos de fala que seguem estritamente às regras convencionais, mas não consegue explicar como o ouvinte consegue interpretar com sucesso atos de fala que não seguem estritamente as regras convencionais da linguagem, como, por exemplo, numa metáfora.

É por isso que nos propusemos a apresentar a proposta peirceana do funcionamento da interpretação. Para Peirce, a interpretação é a atividade básica da cognição. Isso fica evidente

quando ele afirma que a percepção passa por um juízo perceptivo, em que, através de comparações, de categorizações e de valoração, se interpreta o conteúdo perceptivo. A interpretação é uma atividade sígnica porque consiste em traduzir um signo em outro.

Esse é um processo de estabelecimento de relação entre o objeto imediato do signo (o aspecto pelo qual este é apresentado à mente) e o interpretante do signo (o efeito que este signo causa a uma mente). Interpretar seria, então, esse processo de estabelecimento de relação que afeta a mente do intérprete. Agora, estabelecer relação depende de uma inferência abductiva. Por isso, para Peirce, não existe interpretação sem abdução.

Abdução é um termo de difícil conceituação até mesmo dentro dos escritos de Peirce. Por se tratar de um conceito novo, o estadunidense do século XIX tinha uma definição formada e precisou reavaliar muitas vezes o que entendia por abdução. Seus esforços, porém, nunca chegaram a conceituar definitivamente abdução. Todavia, através de uma análise detida dos textos em que ele trata sobre o conceito, pudemos perceber algumas constâncias importantes para uma definição de abdução que se pretenda ser chamada de peirceana.

Consideramos uma abdução conforme o que Peirce pretendia um processo inferencial de formação e seleção de hipóteses para dar explicações, apontando causas para fatos observados; esse processo, por meio de uma proposição, organiza fatos aparentemente aleatórios (ou seja, estabelece relação) e considera um fato surpreendente como parte de um conjunto de fatos a partir de conhecimentos prévios, mas sem testar a hipótese escolhida; tal processo pode se iniciar com interrogação e se utilizar de probabilidade para selecionar hipóteses a partir de características.

Porém, essa definição inicial carece de maior precisão de conceitos. Por isso, nos utilizamos de Hintikka, que separa as regras regulativas de regras estratégicas. A abdução precisa ser definida justamente por regras estratégicas. Em outras palavras, a abdução é constituída por princípios de investigação. Desse modo, onde vemos esses princípios sendo utilizados, vemos uma aplicação da abdução.

O princípio que está presente nessa definição inicial é o princípio da coerência, em que se estabelece relação entre um fato novo e conhecimentos prévios. Porém, Peirce menciona algumas vezes a importância do princípio da economia, que definimos melhor como o princípio pelo qual se seleciona a hipótese que acrescenta menos dados ao conjunto de conhecimentos prévios. Por fim, é importante que a hipótese não seja contraditória (princípio da não contradição) para que seja informativa. Essa característica de ser informativa é necessária porque a hipótese, conforme a definição inicial, tem o objetivo de dar explicação. Desse modo, a hipótese tem de ser explicativa.

Através dos estudos de psicolinguística que apresentamos no capítulo três, percebemos que, de fato, esses princípios parecem estar presentes em processos de interpretação de atos de fala. Contudo, podemos acrescentar que mais estudos podem ser feitos para entendermos melhor o papel de cada um desses princípios na interpretação. Tais estudos empíricos fogem da proposta deste trabalho, mas supomos que, caso venham a ser realizados, concordem com a conclusão a que chegamos nesta dissertação.

E a conclusão é que o processo de interpretação depende da aplicação de dois tipos de regras. Primeiro, é necessário conhecer as regras constitutivas da linguagem e identificar sua aplicação no ato de fala. Segundo, é importante se utilizar das regras estratégicas que constituem a abdução, a saber: o princípio da coerência, o princípio da economia e o princípio da não-contradição. A utilização desses dois tipos de regras permite identificar com certo grau de sucesso a intenção de representação que o falante teve ao enunciar um ato de fala. E é assim que a interpretação ocorre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Bernardo Gonçalves. A tese da veracidade na teoria da informação fortemente semântica de Floridi e o paradoxo de Bar-Hillel-Carnap. **Veritas**, v. 57, n. 2, p. 123-142, 2012.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

CAMAC, Mary; GLUCKSBERG, Sam. Metaphors do not use associations between concepts, they are used to create them. **Journal of Psycholinguistic Research**, v. 13, n. 6, p. 443-455, 1984.

CAMPION, Nicolas. Predictive inferences are represented as hypothetical facts. **Journal of memory and language**, v. 50, p. 149-164, 2004.

CHAMPAGNE, Marc. **Consciousness and the philosophy of signs: how Peircean semiotics combines phenomenal qualia and practical effects**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

CHOMSKY, Noam. **Estruturas sintáticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

COLAPIETRO, Vincent Michael. **Peirce's approach to the self: a semiotic perspective on human subjectivity**. New York: State University, 1989.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Brasília: EdUnB, 1981.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

FLORIDI, Luciano. **The philosophy of information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GLUCKSBERG, Sam. The psycholinguistics of metaphor. **Trends in Cognitive Science**, v. 7, n. 2, p. 92-96, 2003.

GLUCKSBERG, Sam; GILDEA, Patricia; BOOKIN, Howard. On understanding nonliteral speech: can people ignore metaphors? **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, v. 21, p. 85-98, 1982.

GLUCKSBERG, Sam; KEYSAR, Boaz. Understanding metaphorical comparisons: beyond similarity. **Psychological Review**, v. 97, n. 1, p. 3-18, 1990.

GLUCKSBERG, Sam; MCGLONE, Matthew; MANFREDI, Deanna. Property attribution in metaphor comprehension. **Journal of Memory and Language**, v. 36, n. 1, p. 50-67, 1997.

GLUCKSBERG, Sam; NEWSOME, Mary; GOLDVARG, Yevgeniya. Inhibition of the literal: filtering metaphor-irrelevant information during metaphor comprehension. **Metaphor and Symbol**, v. 16, n. 4, p. 277-293, 2001.

GRAESSER, Arthur C.; SINGER, Murray; TRABASSO, Tom. Constructing inferences during narrative text comprehension. **Psychological review**, v. 101, n. 3, p. 371-395, 1994.

HINTIKKA, Jaakko. **Socratic epistemology**: explorations of knowledge-seeking by questioning. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

IBRI, Ivo Assad. **Kósmos Noetós**: the metaphysical architecture of Charles S. Peirce. Dordrecht: Springer, 2017.

JOSEPHSON, John R. JOSEPHSON, Susan G. **Abductive inference**: computation, philosophy, technology. New York: Cambridge University Press, 1996.

KINTSCH, Walter. Predication. **Cognitive Science**, v. 25, n. 1, p. 173-202, 2001.

KINTSCH, Walter; VAN DIJK, Teun. Toward a model of text comprehension and production. **Psychological review**, v. 85, n. 5, p. 363-394, 1978.

MAGNANI, Lorenzo. **Abductive cognition**: the epistemological and eco-cognitive dimensions of hypothetical reasoning. Berlin: Springer, 2009.

MAITRA, Ishani. The nature of epistemic injustice. **Philosophical books**, v. 51, n. 4, p. 195-211, 2010.

MILLER, Cynthia L. Pivotal issues in analyzing the verbless clause. In: MILLER, Cynthia L (ed.). **The verbless clause in Biblical Hebrew**: linguistic approaches. Winona Lake: Eisenbrauns, 1999.

OTTEN, Marte; NIEUWLAND, Mante; VAN BERKUM, Jos. Great expectations: specific lexical anticipation influences the processing of spoken language. **BMC Neuroscience**, v. 8, art. 89, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. (CP) **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

_____. (MS) **The Charles S. Peirce Papers**. Cambridge: Harvard University Library, 1966.

_____. (NEM) **The New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce**. 4 vols. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1976.

_____. (HP) **Historical Perspectives on Peirce's Logic of Science**: a History of Science. Vols. 1-2. Berlin: Mouton, 1985.

_____. (W) **The Writings of Charles S. Peirce**: a chronological edition. Vols. 1-6. Bloomington: Indiana University Press, 1980-2000.

_____. **Ilustrações da lógica da ciência**. Tradução de Renato Rodrigues Kinouchi. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

PUTNAM, Hillary. The meaning of meaning. **Language, mind, and knowledge**, v. 07, p. 131-193, 1975.

QUINE, W. **From a logical point of view**. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. Abduction: The Logic of Guessing. **SEMIOTICA (BERLIN)**, v. 153, n.1, p. 175-198, 2005.

SEARLE, John R. **Speech Acts: an essay in the philosophy of language**. New York: Cambridge University Press, 1969.

_____. Intentionality and the use of language. In: MARGALIT, Avishai (ed.). **Meaning and use: papers presented at the Second Jerusalem Encounter**. London: D. Reidel Publishing Company, 1976.

_____. **Expression and meaning: studies in the theory of speech acts**. New York: Cambridge University Press, 1979.

_____. **Intentionality: an essay in the philosophy of mind**. New York: Cambridge University Press, 1983.

_____. Intentionality and its place in nature. **Synthese**, v. 61, n. 1, p. 3-16, 1984.

_____. Individual intentionality and social phenomena in the theory of speech acts. In: DELEDALLE, Gérard (org.). **Semiotics and pragmatics: proceedings of the Perpignan Symposium**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1989.

_____. **Mind, language and society: philosophy in the real world**. New York: Basic Books, 1998.

_____. **A redescoberta da mente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Seeing things as they are: a theory of perception**. New York: Oxford University Press, 2015.

SHORT, T. L. **Peirce's theory of signs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SILVA, Ana Paula Rocha Coelho de Figueiredo. **Metamorfoses do conceito de abdução em Peirce. O exemplo de Kepler**. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

VAN BERKUM, Jos. Understanding sentences in context: what brain waves can tell us. **Current directions in Psychological Science**, v. 17, n. 6, p. 376-380, 2008.

VAN BERKUM, Jos; *et al.* Establishing reference in language comprehension: an electrophysiological perspective. **Brain Research**, v. 1146, p. 158-171, 2007.